

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE

Camila Souza Petrovitch

**ATOS DE CONTROLE, CENSURA E REGULAÇÃO NA LITERATURA INFANTIL E
A PRÁTICA DOCENTE: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo
Horizonte**

Belo Horizonte
2023

Camila Souza Petrovitch

**ATOS DE CONTROLE, CENSURA E REGULAÇÃO NA LITERATURA INFANTIL E
A PRÁTICA DOCENTE: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo
Horizonte**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha – Infâncias e Educação Infantil.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Correia Baptista.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Alessandra Latalisa de Sá.

Belo Horizonte
2023

P497a
T

Petrovitch, Camila Souza, 1997-

Atos de controle, censura e regulação na literatura infantil e a prática docente [manuscrito] : vozes de professoras da educação infantil de Belo Horizonte / Camila Souza Petrovitch. -- Belo Horizonte, 2023.
149 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Mônica Correia Baptista.
Coorientadora: Alessandra Latalisa de Sá.
Bibliografia: f. 136-143.
Apêndices: f. 144-149.

1. Educação -- Teses. 2. Educação de crianças -- Teses. 3. Literatura infanto-juvenil -- Censura -- História -- Teses. 4. Literatura infanto-juvenil -- Seleção de livros -- Teses. 5. Livros -- Censura -- História -- Teses. 6. Liberdade de ensino -- Teses. 7. Censura -- Teses.

I. Título. II. Baptista, Mônica Correia, 1962-. III. Sá, Alessandra Latalisa de, 1971-. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 808.89282

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA - PROMESTRE

FOLHA DE APROVAÇÃO

ATOS DE CONTROLE, CENSURA E REGULAÇÃO NA LITERATURA INFANTIL E A PRÁTICA DOCENTE: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo Horizonte

CAMILA SOUZA PETROVITCH

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 02 de junho de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Profa. Monica Correia Baptista (Doutora)
Profa. Alessandra Latalisa de Sá (Doutora)
Profa. Renata Junqueira de Souza (Doutora)
Prof. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Coordenador(a) de curso**, em 05/06/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Correia Baptista, Professora do Magistério Superior**, em 06/06/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Junqueira de Souza, Usuária Externa**, em 16/06/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Latalisa de Sá, Usuária Externa**, em 22/06/2023, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2344255** e o código CRC **DEF7FBD5**.

A Rita Lee, padroeira da liberdade.

AGRADECIMENTOS

A origem dessa Dissertação se deu em 2018, nos meus primeiros dias na Bebeteca. Rodeada por livros e por ideias, iniciamos nossa investigação. A Bebeteca me recebeu, me ensinou, me acolheu, ampliou meus olhares, me apresentou um novo e imenso mundo de fantasia, dores e amores e, a ela, eu deixo meus primeiros agradecimentos, estendidos a toda equipe que não mede esforços para ajudar umas às outras a crescerem.

Às minhas orientadoras, Mônica e Doca, eu agradeço as trocas, os aprendizados, as oportunidades, os puxões de orelha, os conselhos, agradeço pela paciência e pelo carinho. Nosso trio trabalhou duro. A cada dúvida que surgia eram lidos mais textos e realizadas as mais engraçadas reuniões. Juntas, nos fortalecemos e, com nossa leveza, chegamos aqui. Vocês se tornaram minhas “mães acadêmicas” e me ensinaram muito além de como ser pesquisadora. São minhas inspirações como professoras, mulheres, mães, filhas, pontos de força e de alegria! Obrigada.

Agradeço a minha família que sempre acreditou no meu potencial e apoiou meus estudos acima de tudo: meu pai, Alexandre, minha mãe, Carmita, e minha irmã, Alessandra. Agradeço a paciência diante de algumas ausências e as preces que minha mãe nunca deixou de fazer por mim. Agradeço a Eva que, ainda tão pequenina, precisou entender que a titia era igual a aranha de Eric Carle, “muito ocupada”.

Ao Gustavo, agradeço pela compreensão por minhas ausências, pelas contribuições à pesquisa, pelos abraços que trouxeram calma diante minhas ansiedades e, ainda, como um grande fã de discussões, por implicar com cada um dos meus argumentos, me incentivando a estudar mais e fortalecer minhas posições.

Aos autores dos livros infantis, agradeço a coragem por escreverem para nossas crianças sabidas, corajosas, aventureiras. Que censura nenhuma os impeça de criar os mais belos mundos.

Às professoras que participaram das entrevistas e tantas outras que enfrentam o cerceamento e outras lutas diárias para oferecer para as crianças uma educação comprometida com a qualidade, como elas merecem.

E às crianças, pelos suspiros, olhares atentos, perguntas espertas e toda alegria a cada leitura que eu apresentava.

“Isso de começar não é fácil. Muito mais simples é acabar.
Pinga-se um ponto final e pronto; ou então escreve-se um
latinzinho: FINIS. Mas começar é terrível”.

(Memórias de Emília, Monteiro Lobato)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo mapear casos de controle a livros infantis ao longo do tempo e compreender como atos de cerceamento e discursos acerca da necessidade de controlar o acesso das crianças a determinados livros se relacionam com as práticas educativas de professoras que atuam junto a crianças de zero a seis anos. A circulação cada vez mais rápida de informações, por meios digitais, juntamente à chegada da chamada “onda conservadora”, entre outros fatores, vêm dando destaque, nas diferentes mídias, a avaliações de livros infantis. Nessas avaliações, são enfatizados os pretensos efeitos dos textos literários na conformação do caráter e dos comportamentos infantis. Nesta pesquisa propomos mapear casos de controle ou de cerceamento de livros de literatura infantil no Brasil; identificar as concepções de criança e de literatura que subjazem os depoimentos de professoras acerca das suas práticas como docentes da Educação Infantil; analisar suas percepções em relação a atos de cerceamento do acesso de crianças a livros infantis e os possíveis impactos destes atos em processos de seleção de livros. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada em três eixos: análise de registros em documentos encontrados na hemeroteca digital, em trabalhos acadêmicos e documentos afins, que comprovam o controle a livros infantis ao longo dos anos; aplicação de formulário para conhecer o perfil das professoras participantes da pesquisa e realização de entrevistas coletivas com essas profissionais que atuam em escolas de Educação Infantil das redes particular e pública de Belo Horizonte. São analisados casos de controle a livros destinados ao público infantil no Brasil, datados de 1850 a 2021 e as entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados coletados por meio dos documentos encontrados evidenciou que a censura subestima a infância ao menosprezar as capacidades de compreensão e interpretação das crianças. Quanto aos depoimentos das professoras observou-se que o cerceamento encontra ressonância no tradicionalismo presente na sociedade brasileira, o que influencia a seleção dos livros e a prática de leitura das professoras da Educação Infantil.

Palavras-chave: Censura. Controle. Regulação. Literatura Infantil. Prática Docente.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship between cases of control (regulation and censorship) combined with selection and mediation practices of children's literature books developed by preschool teachers in Belo Horizonte. The increasingly rapid circulation of information through digital media, together with the arrival of the so-called "conservative wave", among other factors, has highlighted, in different media, evaluations of children's books. In these evaluations, the supposed effects of literary texts on the shaping of children's character and behavior are emphasized. In this research, we propose to map cases of control or censorship of children's literature books in Brazil; identify the conceptions of child and literature underlying the testimonies of teachers about their practices as early childhood educators; analyze their perceptions regarding acts of censorship of children's access to books and the possible impacts of these acts on book selection processes. This is a qualitative research, carried out in three axes: analysis of records in documents found in the digital *Hemeroteca*, academic works, and related documents that prove the control of children's books over the years; application of a form to know the profile of the participating teachers and conducting collective interviews with these professionals who work in preschools in the private and public networks of Belo Horizonte. Cases of control of books intended for children in Brazil, dated from 1850 to 2021, and semi-structured interviews are analyzed. The analysis of the data collected through the documents found showed that censorship underestimates childhood by belittling children's comprehension and interpretation abilities. As for the teachers' testimonies, it was observed that censorship finds resonance in the traditionalism present in Brazilian society, which influences book selection and reading practices of preschool teachers.

Keywords: Censorship. Control. Regulation. Children's literature. Teaching Practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Páginas do livro <i>Thesouro de Meninos</i> de 1839.....	30
Figura 2	–	Capa da primeira edição do livro <i>A menina do narizinho arrebitado</i>	31
Quadro 1	–	Classificação de censura Fromming (2014).....	45
Figura 3	–	Capa do livro <i>Pode Pegar!</i>	57
Figura 4	–	Capa do livro <i>Olavo</i>	57
Figura 5	–	Recorte do jornal <i>O Correio da Tarde</i> – 1851.....	60
Figura 6	–	Capa do livro <i>Contos infantis</i>	62
Figura 7	–	Páginas do livro <i>Através dos romances</i>	63
Figura 8	–	Capa do livro <i>A árvore</i>	64
Figura 9	–	Página do livro <i>A árvore</i>	64
Figura 10	–	Jornal <i>Gazeta de Notícias</i>	65
Figura 11	–	Recorte do jornal <i>A União</i>	66
Figura 12	–	Jornal <i>Diário da Noite</i>	68
Figura 13	–	Capa do livro <i>Emília no país da gramática</i>	69
Figura 14	–	Parecer do Departamento de Educação de São Paulo - 1939	70
Figura 15	–	Página do livro <i>Peter Pan</i> de Monteiro Lobato com marcações de Tupy Caldas.....	71
Figura 16	–	Quadro de análise da redação do texto verbal nas revistas infantis.....	73
Figura 17	–	Exemplos de ilustrações em gibis.....	74

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 18 – Capa da obra <i>dos irmãos Grimm</i>	76
Figura 19 – Recorte de <i>Jornal Literário</i> de 1968.....	77
Figura 20 – Capa da obra <i>Caçadas de Pedrinho</i>	80
Figura 21 – Trechos da obra <i>Caçadas de Pedrinho</i>	81
Figura 22 – Páginas da obra <i>A máquina de brincar</i>	84
Figura 23 – Capas dos livros mencionados por Damares Alves.....	88
Figura 24 – Capa da obra <i>O menino que espiava para dentro</i>	89
Figura 25 – Capa e página da obra <i>Peppa</i>	91
Figura 26 – Recorte da página 26 da obra <i>Abecedário</i>	97
Figura 27 – Página 26 da obra <i>Abecedário</i>	98
Figura 28 – Imagem do livro <i>Abecê da liberdade</i>	99
Figura 29 – Capa da obra <i>Narizinho arrebitado</i>	100
Quadro 2 – Casos de controle registrados na pesquisa de 1850 a 2022....	101
Quadro 3 – Casos de controle relatados nas entrevistas.....	115
Figura 30 – Imagem do livro <i>Bruxa, bruxa, venha à minha festa</i>	118
Figura 31 – Página da obra <i>O livro da família</i>	123
Quadro 4 – Temas das obras.....	125
Figura 32 – Páginas da obra <i>Pode pegar!</i>	129
Figura 33 – Página do livro <i>Olavo</i>	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Número de casos por instituições censoras – 1850 – 2020.....	17
Tabela 2	–	Número de casos por caráter censor.....	18
Tabela 3	–	Total de publicações por plataforma e descritor.....	21
Tabela 4	–	Total de publicações por plataforma e novos descritores.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTB Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEALE Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita

CNE Conselho Nacional de Educação

DEOPS Departamento Estadual de Ordem Política e Social

FNLIJ Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

PNBE Programa Nacional Biblioteca da Escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ATOS DE CONTROLE NA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS.....	20
2. A TRAJETÓRIA DOS ATOS DE CONTROLE NA LITERATURA INFANTIL.....	26
2.1 Infâncias, crianças e o controle ao livro infantil.....	26
2.2 História do controle na literatura infantil no Brasil.....	28
3. CONTROLE, CENSURA E REGULAÇÃO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DA PESQUISA.....	34
3.1 O que é a censura?.....	34
3.2 O que é regulação?.....	38
3.3 As especificidades do controle na literatura infantil.....	40
3.4 O controle aos livros infantis na cadeia da comunicação.....	42
3.5 Uma proposta de classificação.....	44
4. AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	49
4.1 Análise documental dos casos de censura encontrados.....	49
4.1.1 <i>Recurso educacional</i>	50
4.2 Constituição do grupo de professoras.....	51
4.3 Elaboração e aplicação do formulário.....	53
4.4 Entrevistas semiestruturadas coletivas.....	54
4.4.1 <i>Organização e roteiro de entrevistas</i>	55
4.4.2 <i>Metodologia de análise de conteúdo das entrevistas</i>	58
5. A BUSCA POR CASOS DE CONTROLE À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL: VASCULHANDO REDES E ARTIGOS.....	59
5.1 Registros de controle a livros de literatura infantil no Brasil identificados por este estudo.....	59

5.1.1	<i>Primeiros livros, primeiras restrições (1850 - 1917)</i>	60
5.1.2	<i>A era Lobatiana</i>	65
5.1.3	<i>O controle aos estrangeiros no Brasil</i>	72
5.1.4	<i>A “negligência” aos livros infantis na Ditadura</i>	76
5.1.5	<i>O politicamente correto chega aos livros infantis</i>	79
5.1.6	<i>A onda conservadora na literatura infantil</i>	82
5.1.7	<i>Direitos humanos violados?</i>	90
5.1.8	<i>Os últimos cinco anos: perspectivas para o futuro</i>	94
5.2	<i>Análise geral dos casos reunidos</i>	101
6.	NAS VOZES DAS PROFESSORAS: ONDE ESTÁ O CONTROLE?..	108
6.1	Bloco 1: A seleção dos livros de literatura infantil	110
6.1.1	<i>A chegada dos livros à escola</i>	110
6.1.2	<i>Os critérios de seleção dos livros definidos pelas professoras a partir do acervo disponível</i>	114
6.2	Bloco 2: Casos de controle registrados nas entrevistas	115
6.3	Bloco 3: Temas lidos e temas evitados nas leituras com as crianças	124
6.4	Bloco 4: Análise das obras literárias com temas delicados	128
	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: “menos censura, mais reflexão”	132
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICES	144

INTRODUÇÃO

O movimento de cercear expressões humanas está presente ao longo da história e se intensifica em momentos de maior opressão, nos quais direitos de expressão e de participação se veem ameaçados. Independentemente de quem o exerça ou o estimule, o ato ou a tentativa de restrição revela-se contrário a algo ou a ideias que um grupo busca defender. Pode estar relacionado a diferentes matérias, sujeitos e pensamentos, inclusive à literatura infantil.

No caso da literatura infantil, para analisar atos de cerceamento ou de restrições do acesso das crianças a livros infantis é preciso empreender dois movimentos. Em primeiro lugar, compreender as funções atribuídas à literatura infantil em diferentes contextos históricos e sociais. Em segundo lugar, conhecer as concepções acerca dos sujeitos, do público-alvo para o qual essa produção se destina: as crianças.

Segundo registros históricos (DARNTON, 1986; ZILBERMAN, 2016; LAJOLO; ZILBERMAN, 2007), a literatura infantil surgiu com o objetivo de entreter e, ao mesmo tempo, transmitir valores e ensinamentos para as crianças. No entanto, desde seu surgimento, vem se transformando e alcançando diferentes expectativas, como veremos a seguir.

Voltemos aos primeiros registros ocidentais e europeus de textos da tradição oral que, com o passar do tempo, foram sendo incorporados à literatura destinada às crianças, os contos de fada. Segundo Robert Darnton (1986), os contos tradicionais, transmitidos oralmente por famílias, nos vilarejos franceses, representavam o contexto da sociedade daquela época: a miséria, a peste negra, os altos índices de mortalidade, os perigos do dia a dia e a forma que encontravam para contorná-los. E assim, elaborados com criatividade, imaginação e fantasia, eram repassados oralmente de geração em geração. Depois de mais de 200 anos, a literatura infantil se desenvolveu, ampliou seu alcance, explorou diferentes formatos e atravessou marcos históricos.

Revisitando essa trajetória, apesar da maior ênfase na dimensão estética nas produções contemporâneas, pode-se observar que a característica moralizante deixou marcas que ainda se fazem presentes em obras escolhidas para serem lidas com as crianças pelas famílias, professoras, avós, bibliotecários, enfim, pelos mediadores que selecionam uma obra para ser compartilhada com crianças de

diferentes idades. Não só o aspecto moral presente nas obras, mas a ausência direcionada de determinados temas também se tornou relevante. As tentativas de cerceamento na literatura, presentes em diferentes épocas, lugares, grupos, revelam o que o pesquisador canadense Perry Nodelman (2020) defende em sua produção: somos todos censores. Cada qual busca a hegemonia no discurso destinado às infâncias, na mensagem final transmitida, na ideia defendida, na concepção de mundo. Entre o conservadorismo e o politicamente correto, os livros infantis se tornaram campos de disputas para alcançar esse controle.

Em muitas ocasiões, o controle materializa-se por meio da destruição e do apagamento das narrativas, tanto física quanto simbólica. Segundo Fernando Baez, “Ao destruir [os livros], o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta devida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência” (BAEZ, 2004, p. 18). Ou seja, há uma busca incessante pelo discurso único. Por meio de levantamentos dos casos de destruição de livros, Baez (2004) comprovou ainda que a “mão violenta do homem” tinha como grande motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre. Tal desejo se adapta aos modelos sociais e políticos de cada época, sem deixar de influenciar as produções literárias e artísticas e suas respectivas subversões.

No caso da literatura infantil, ao compreenderem as crianças como sujeitos influenciáveis, inocentes e acrílicos, as obras se afastam de sua concepção artística (CORRÊA, 2008, MARTHA, 2011) e propriamente literária e se aproximam do caráter moral e instrucional, ao qual correspondiam principalmente no século XIX.

Outra concepção em disputa, quando pensamos na finalidade de se controlar o acesso ao livro infantil, diz respeito ao papel que se atribui ao livro e à literatura na formação humana. Dentre algumas perspectivas, compreende-se o livro como objeto de representação, tal como Stuart Hall (2016) investiga. Segundo o autor, as representações e os discursos - nesse caso, presentes nos livros infantis - posicionam os sujeitos. Tal posicionamento, descrito por Hall, provoca uma interferência tanto na ordem social quanto cultural. As representações, portanto, se traduzem nas relações de poder, pois são capazes de produzir identidades e subjetividades do opressor e do oprimido. A partir do entendimento do livro infantil como objeto de representação, é possível inferir que, nesse caso, grupos disputam exatamente qual representação de sujeito deveria ser dominante nas publicações destinadas às crianças.

Considerando tal perspectiva, nos deparamos com uma contradição em relação à avaliação e seleção de obras infantis. Levando em conta o papel do adulto de cuidar, educar e proteger as crianças, seria legítimo limitar ou restringir o acesso das crianças a algumas obras infantis? Em caso afirmativo, em que situações o ato de cerceamento se justificaria? Sempre que ocorre um ato que busca restringir o acesso das crianças a uma obra infantil, ele se configura como um ato de censura?

Como veremos mais adiante, esses e outros questionamentos nos levaram a uma conceitualização, para fins desta pesquisa, a partir da qual denominamos *atos de controle* todos os atos que, de alguma forma, interferem ou tentam interferir na circulação da obra infantil. Dito de outra forma, são ações que desencadeiam, desde a denúncia, passando pela avaliação do livro como objeto cultural inadequado até a proibição da sua circulação. Os atos de controle se dividem em dois grupos em relação à justificativa empregada para a consumação do ato: censura e regulação. À censura, são atribuídos interesses pessoais de grupos privados. Já a regulação diz respeito a atos de controle a partir dos quais se busca a garantia de direitos individuais ou de segmentos sociais, étnicos, etários e de gênero com escassa representação social, política e econômica.

Ao analisarmos a dimensão atribuída à literatura infantil, por sujeitos e grupos sociais, como ferramenta de conformação de personalidades, passamos a compreender a potência desse campo e as disputas de discursos que nele ocorrem. Como e por que se determina o conteúdo a ser consumido pelas crianças? O que deve ser escondido ou apresentado a elas? Com base em quais justificativas? A rigor, a escola de Educação Infantil é um dos espaços privilegiados para garantir o acesso das crianças menores de seis anos aos livros infantis (COLOMER, 2007). Sendo assim, as professoras são responsáveis por fortalecer o elo entre o objeto livro e o pequeno leitor. Nesse contexto, como elas selecionam as leituras a serem compartilhadas com as crianças? Que concepções sustentam suas escolhas? Qual o papel da escola nesse processo? Atos de controle são percebidos nesses contextos de escolha e seleção de obras a serem lidas com as crianças?

Esta investigação tem como objetivo mapear casos de controle a livros infantis ao longo do tempo e compreender como atos de cerceamento e discursos acerca da necessidade de controlar o acesso das crianças a determinados livros se relacionam com as práticas educativas de professoras que atuam junto a crianças de zero a seis anos.

O interesse por esse tema foi despertado na graduação e resultou no trabalho monográfico *Casos de censura na literatura infantil no Brasil*, apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - FaE/UFMG em novembro de 2020. A pesquisa que passo a relatar, se revelou um percurso de estudo desafiador, no qual cada novo aprendizado desencadeou também novos questionamentos. Por meio da pesquisa qualitativa e da análise de documentos encontrados em artigos e na hemeroteca digital, foram registrados 29 casos de censura, no período de 1850 a 2020, sendo 27 obras diferentes, de 25 autores: 17 brasileiros¹ e 8 estrangeiros. Na análise dos casos encontrados, criamos categorias para classificar as instituições responsáveis pelos atos de controle, sendo elas escolares, governamentais, organizacionais, familiares, midiáticas, editoriais e de investimento, as quais serão melhor detalhadas nos capítulos seguintes.

A distribuição dos casos, de acordo com as instituições, pode ser verificada na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Número de casos por instituições censoras – 1850 - 2020

Instituição	Número de casos
Escolar	10
Governamental	9
Organizacional	3
Familiar	3
Midiática	1
Editorial	1
Investimento	1
Total	28

Fonte: Petrovitch (2021).

Outra categoria criada diz respeito ao que denominamos caráter da censura, podendo ser moral ou por fundamentos das ideias. No primeiro caso, foram computados 19 livros e, no segundo, fundamentos das ideias, foram 10 livros. Tais categorias se desmembraram em subclassificações, como se pode ver na Tabela 2 a

¹ Dos 29 casos de censura, 6 foram de obras de Monteiro Lobato. Esse caráter diverso e persistente das censuras que impactam a obra de Lobato nos levou, nesta Dissertação, à decisão de abordar, mais especificamente, o contexto das obras e as repercussões relacionadas a esse autor.

seguir:

Tabela 2 – Número de casos por caráter censor

Caráter moral			Fundamentos das ideias					Total
Religioso	Bons costumes	Sexual	Político	Racial	Aura	Gênero	Ideológico	
9	7	3	4	2	2	1	1	29

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dando sequência ao que foi desenvolvido no trabalho monográfico, investigamos possíveis impactos de atos cerceadores nas práticas de professoras da Educação Infantil no que diz respeito à seleção e à mediação de leitura dos livros junto às crianças. Como se restringe o acesso das crianças a livros infantis? As professoras compreendem/fazem parte desse processo? Como? Por quê? Este trabalho, portanto, busca compreender a relação entre os casos de controle na literatura infantil que ocorreram/ocorrem no Brasil e as práticas de seleção e de mediação de leituras de professoras da Educação Infantil.

Importante para esta pesquisa são, também, as justificativas aplicadas aos atos de controle e a reflexão sobre como as professoras explicam as restrições ou como as compreendem em cada contexto. Ou seja, como as professoras lidam com os argumentos usados para impedir a circulação de alguma obra. Para esta pesquisa, investigamos os processos e as consequências que o controle, principalmente escolar, têm na prática de seleção de obras de literatura infantil pelas professoras. Nesse percurso, novas perguntas sobre o tema se delinearam e, junto a elas, o interesse por ampliar e aprofundar os estudos relacionados às restrições promovidas à literatura infantil.

Esta Dissertação está organizada em seis capítulos. No capítulo 1, apresentaremos o levantamento bibliográfico realizado com o intuito de conhecer o contexto das pesquisas sobre temas relacionados a atos que visam a controlar o acesso das crianças a livros infantis no Brasil. Para tanto, realizamos buscas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTB) e nos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Nos capítulos 2 e 3, serão apresentados os pressupostos teórico-conceituais para situar o leitor acerca de alguns pontos fundamentais: serão abordadas as definições de literatura infantil, de criança e das expressões que designam esses atos de controle: censura e regulação. Será elaborado um panorama histórico do controle na literatura infantil no Brasil e, em seguida, discorreremos sobre estudos na busca de definir as formas de cerceamento, abordando as perspectivas do livro como enunciado e como discurso.

No capítulo 4, descreveremos o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa e, no capítulo 5, será feita uma análise documental dos registros de controle de livros de literatura infantil no Brasil identificados por este estudo.

No capítulo 6, apresentaremos análises do formulário aplicado e das discussões das entrevistas coletivas feitas com grupos de professoras. Finalmente, traçaremos algumas considerações e reflexões a partir dos resultados e análises feitas das entrevistas.

1. ATOS DE CONTROLE NA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Com vistas a apoiar o processo de investigação, realizamos o levantamento bibliográfico para conhecer como o controle na literatura infantil brasileira vem sendo investigado em trabalhos acadêmicos. Para tanto, foram feitas pesquisas de artigos, teses e dissertações, publicados sobre a temática em questão, nas seguintes bases de dados: Portal da CAPES; Banco de Dados da BDTD; Biblioteca da ANPEd.

Inicialmente, empregamos os descritores: *literatura*, *literatura infantil* e *censura*. Para as buscas, pesquisamos isoladamente o termo *literatura* e depois se fez a pesquisa conjugada com o segundo descritor, *literatura infantil*. Com esse cruzamento, pretendíamos verificar, dentre as pesquisas voltadas para a temática da literatura, quantas se dedicavam à literatura destinada à infância. Em seguida, dentre os trabalhos encontrados a partir do descritor *literatura infantil*, a busca foi conjugada com o termo *censura*.

Outros termos, acrescentados posteriormente à busca, foram *controle* e *regulação*. Com o desenvolvimento da fundamentação teórica, compreendemos a possibilidade de haver outras denominações para a restrição das obras que, portanto, deveriam ser também investigadas. Sendo assim, novos descritores foram acrescentados a partir da identificação de algumas expressões comumente utilizadas para nomear os livros censurados em leituras de trabalhos acadêmicos, congressos e também nas redes sociais: os termos *temas polêmicos*, *temas sensíveis*, *temas delicados* e *temas fraturantes*. Por serem pesquisas recentes e não haver um consenso na nomenclatura, optamos por realizar uma breve pesquisa também com esses descritores, a fim de tentar encontrar um maior número de trabalhos. As buscas não foram determinadas por um recorte temporal visto que a quantidade de produções sobre o tema é muito reduzida, como pode ser observado nos dados a seguir, o que implicou a necessidade de coletar todos os materiais independentemente do período:

Tabela 3 – Total de publicações por plataforma e descritor

Plataforma	Literatura	Literatura Infantil	Literatura Infantil + Censura	Literatura Infantil + Controle	Literatura Infantil + Regulação
CAPES (Teses e Dissertações)	1.325	32	0	10	0
CAPES (Artigos e Livros)	703.685	8.459	58	13	20
BDTD	100.132	791	8	17	1
ANPED	13	4	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Portal CAPES, na busca por teses e dissertações, das 1.325 produções relacionadas à *literatura*, apenas 32 trabalhos indicaram a temática *literatura infantil*, revelando o baixo número de trabalhos que abordam esse tema. Com o termo *controle*, foram encontradas 10 dissertações, mas nenhuma relacionada à *literatura*. Ao cruzar o resultado com o termo *censura* e, posteriormente, com o termo *regulação*, nenhum trabalho foi encontrado.

A busca, no mesmo Portal CAPES, por artigos científicos, empregando-se o termo *literatura*, resultou em 703.685 trabalhos, mas somente 8.459 tratavam de *literatura infantil*. Ao cruzar o termo anterior, *literatura infantil*, com o termo *censura*, restaram 58 trabalhos. Ainda que tenha sido encontrado esse quantitativo, bem maior do que na busca em teses e dissertações, observa-se uma redução significativa no número de publicações em relação ao total. Dos 58 artigos, 51 não contribuíram para esta pesquisa ou por abordarem a censura em outros países, por se referirem a livros juvenis, por serem arquivos repetidos na plataforma ou, ainda, por não se relacionarem com a temática da censura. Foram encontrados 7 trabalhos que, por sua estreita relação com o tema da pesquisa, foram estudados e contribuíram para a fundamentação teórica. Desses, 2 artigos sobre a obra de Monteiro Lobato, 2 sobre questões raciais, 2 sobre os chamados temas delicados e 1 que analisava as políticas públicas de compra e distribuição de livros.

Ao cruzar o termo *literatura infantil* com o termo *regulação*, foram encontrados

20 artigos, mas nenhum se relacionava com a literatura de fato, mas com outros temas como saúde, pediatria e obesidade. Com o termo *controle*, foram encontrados 13 resultados, nenhum em português ou relacionado à literatura.

Nos trabalhos publicados no Portal da BDTD, foram encontradas 100.132 teses e dissertações sobre *literatura*. Dessas, 791 eram sobre *literatura infantil*, dentre as quais apenas 8 abordavam a temática do *controle*. Após a leitura dos textos, concluiu-se que apenas 1 se relacionava diretamente ao tema da pesquisa e foi incorporado ao capítulo de fundamentação teórica. As outras 7 teses e dissertações sobre censura na literatura infantil abordavam recortes muito específicos, como uma obra ou um autor, e que não consideramos relevantes para esta investigação.

Com o descritor *controle*, foram encontradas 17 teses e dissertações. Dessas, a única que se relacionava ao tema da pesquisa já havia sido localizada pelo descritor *censura*. Com o descritor *regulação*, apenas 1 dissertação foi encontrada que se relacionava com a alfabetização e para esta pesquisa também foi descartada.

Já na Biblioteca da ANPEd, a busca foi realizada no Grupo de Trabalho GT07, Educação de crianças de 0 a 6 anos. A plataforma não opera com o mesmo sistema de busca que as anteriores e, para a pesquisa, é necessário determinar o GT em que os textos se enquadram. Nessa plataforma, foram encontrados 13 artigos sobre literatura. Desses, somente 4 eram sobre *literatura infantil*. Ao cruzar com os termos *censura*, *controle* e *regulação*, não apareceram resultados.

Acompanhando outros textos e estudos da literatura infantil, como *O uso de textos polêmicos em sala de aula: formação e prática docente* (DAVILA; SOUZA, 2013) e *A literatura infantojuvenil na contemporaneidade: desafios, controvérsias e possibilidades* (KIRCHOF; SOUZA, 2019), observamos que os termos escolhidos para caracterizar alguns temas considerados difíceis têm se apresentado de forma variada. Na bibliografia geral, ainda não se unificou uma nomenclatura para designar livros que tratam dessas temáticas, encontrando-se expressões tais como: “temas polêmicos”, “temas sensíveis”, “temas delicados” e “temas fraturantes”. Considerando que tais temas, em geral, são considerados inadequados para crianças e que, portanto, sobre eles podem ser exercidos atos de controle, acrescentamos à busca esses descritores, que foram cruzados com o descritor *literatura infantil*.

Tabela 4 – Total de publicações por plataforma e novos descritores

Plataforma	Literatura Infantil + Temas polêmicos	Literatura Infantil + Temas fraturantes	Literatura Infantil + Temas delicados	Literatura Infantil + Temas sensíveis
CAPES (Teses e Dissertações)	0	0	0	0
CAPES (Artigos e Livros)	4	6	2	1
BDTD	11	1	1	11
ANPED	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Portal CAPES, em teses e dissertações, nenhum trabalho foi encontrado com os descritores mencionados. No mesmo Portal, na busca em artigos e livros com o descritor *temas polêmicos*, 4 trabalhos foram encontrados: 2 sobre literatura infantil e 2 sobre literatura juvenil. Com *temas fraturantes*, restaram 6 trabalhos, mas desses, 3 eram sobre literatura juvenil e foram descartados. Com o descritor *temas delicados*, foram encontrados 2 trabalhos. Por fim, com o descritor *temas sensíveis*, 1 trabalho foi registrado. Os 8 trabalhos encontrados sobre literatura infantil com os descritores citados foram lidos e incorporados ao desenvolvimento do Capítulo 2 desta pesquisa.

No Portal da BDTD, a busca realizada com o descritor *temas polêmicos* resultou em 11 trabalhos, sendo 1 sobre composições familiares, 6 sobre literatura juvenil e 3 sobre literatura étnico-racial. Um dos trabalhos estava duplicado, pois havia sido identificado em buscas com outros termos. Com o termo *temas fraturantes*, 1 trabalho sobre literatura para bebês foi registrado. Com o descritor *temas delicados*, 1 trabalho com a temática de morte na literatura infantil foi encontrado. Com o termo *temas sensíveis*, também foram registrados 11 trabalhos, dos quais 1 estava duplicado, 4 eram sobre literatura juvenil, 2 sobre poesia, 3 sobre aspectos específicos da obra infantil - ilustrações e temas -, e 1 sobre Monteiro Lobato. Os trabalhos encontrados foram estudados e analisados a partir do recorte do controle, resultando em contribuições no desenvolvimento da pesquisa.

Na Biblioteca ANPEd, nenhum trabalho foi registrado com os descritores

mencionados.

Esses dados revelam que, além de os trabalhos sobre literatura infantil serem escassos, ainda mais o são os trabalhos sobre censura e temas delicados² na literatura infantil no Brasil. Além de o total de teses, dissertações e artigos encontrados nesse levantamento indicar um número reduzido de trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a temática do controle em livros infantis no Brasil, o levantamento bibliográfico revelou também a exiguidade de estudos que analisam critérios usados para controlar livros infantis.

Mesmo com essa quantidade reduzida, foram encontrados trabalhos relevantes para a pesquisa. A dissertação de mestrado de Josenildo Oliveira de Moraes (2011) e a tese de doutorado de Sigfrid Fromming (2014) foram as principais fontes. A primeira pesquisa, *A literatura infantil como instrumento de denúncia da Ditadura Militar*, analisa a produção literária infantil e juvenil no período da Ditadura no Brasil, apontando a riqueza criativa dessa literatura que foi capaz de burlar a censura e atuar como forma de denúncia.

A pesquisa propõe uma contextualização do período da Ditadura Militar e uma abordagem sobre como a censura institucionalizada influenciava as produções, provocando a autocensura. Segundo Moraes (2011), a literatura destinada ao público infantil e juvenil se mostrava menos relevante para a sociedade do que a literatura destinada ao público adulto e, assim, não “incomodava” os censores. Dessa forma, segundo o pesquisador, autores da literatura “adulta” migraram para esse grupo e se uniram a outros autores da literatura infantil para subverter a censura de forma sutil e criativa. Moraes (2011) delimitou-se a pesquisar obras de três autoras: Ana Maria Machado, Lygia Bojunga e Ruth Rocha. A dissertação concluiu que, pelo preconceito e pela crença dos censores de que a literatura infantil era menos qualificada, vários livros que criticavam o sistema ditatorial ou que tratavam de temáticas que questionavam a estrutura da sociedade conservadora e patriarcal foram publicados sem impedimentos nem problemas de controle ou de cerceamento de acesso aos

² Como foi ressaltado, existem várias denominações para as narrativas que tratam das temáticas mais sutis e consideradas tabus. Para efeito de tornar a leitura do texto mais agradável, adotaremos a denominação *temas delicados* sempre que nos referirmos a esse tipo de texto. A escolha foi feita no sentido de que o termo é o mais utilizado nas pesquisas acadêmicas e se aplica melhor ao contexto.

livros. Os livros *O reizinho mandão*³ de Ruth Rocha, *História meio ao contrário*⁴, de Ana Maria Machado e *A bolsa amarela*⁵, de Lygia Bojunga são exemplos de livros publicados no período da Ditadura, analisados e classificados como ferramentas de denúncia ao Regime.

A segunda pesquisa mencionada, *A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX*, traça um panorama da censura na tradução no Brasil e apresenta uma classificação para essa forma de censura. Em sua dissertação, Fromming (2014) analisa seis casos de censura na tradução de obras dos irmãos Grimm, do original em alemão para o português. Para cada uma das traduções, o pesquisador analisa aspectos específicos selecionados, relacionando-os ao caráter ou fundamento que levaram o tradutor a censurar. Explicitaremos melhor a classificação do autor no Capítulo 3 desta pesquisa.

Além das duas dissertações, outros artigos e livros publicados contribuíram na elaboração deste estudo, sobre os quais trataremos no Capítulo que trata da fundamentação teórica.

No cenário brasileiro não acadêmico, o tema do controle tem alcançado maior relevância devido à circulação, cada vez mais rápida e intensa, de informações por meio das mídias e das tecnologias digitais de comunicação. Acrescenta-se à maior circulação das informações e de opiniões de leitores, a chegada da chamada “onda conservadora” no contexto social brasileiro, descrita e analisada por estudiosos, como Ronaldo de Almeida (2019), que será caracterizada no próximo capítulo. A seguir, apresentaremos pontos fundamentais para a compreensão dos atos de controle na literatura infantil brasileira.

³ Um menino mimado se torna rei e seu autoritarismo e suas exigências fazem o povo literalmente perder a voz.

⁴ A história de um príncipe e uma princesa, após o “*felizes para sempre*”, na qual eles fogem do estereótipo clássico da história dos Reis.

⁵ Uma menina entra em conflito consigo mesma e com a família ao reprimir três grandes vontades: de crescer, de ser garoto e de se tornar escritora.

2. A TRAJETÓRIA DOS ATOS DE CONTROLE NA LITERATURA INFANTIL

Para pensar o controle na literatura infantil, é importante, inicialmente, compreender três aspectos: as concepções de infância e de crianças, as particularidades da história da literatura infantil brasileira e as práticas de controle - censura e regulação. Neste capítulo, vamos aprofundar tais conceitos a fim de relacioná-los e ampliar o entendimento para com o cerceamento aos livros.

2.1 Infâncias, crianças e o controle ao livro infantil

A concepção acerca dos livros para crianças não apenas influencia como determina a atitude dos adultos em relação a sua circulação na população infantil. Pesquisadoras como Baptista e Micarello (2018); Corsino (2014); Colomer (2007); Baptista, Petrovitch e Amaral (2020), interessadas na relação entre primeira infância e literatura infantil, afirmam que o papel da literatura é o de contribuir para a ampliação das experiências estéticas das crianças, muito além de uma formação preocupada em transmitir conteúdos estritamente escolares ou de conformar as atitudes das crianças segundo valores morais. Com a mesma noção acerca da formação literária, Graça Paulino (2004, p. 56) assevera que o objetivo do trabalho com literatura deve ser de formar um leitor literário crítico, “[...] que saiba escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres”. Nessa perspectiva, o trabalho com o texto literário requer concebê-lo como arte e, como tal, o trato estético dado à linguagem, à metáfora, ao humor e ao simbólico torna-se um elemento essencial. Supera-se, assim, o teor instrucional e pedagógico que caracteriza outras práticas presentes nas instituições escolares.

Mesmo com pesquisas e posicionamentos que afirmam a importância da formação de um leitor literário crítico e o papel da literatura na constituição das subjetividades das crianças, atualmente se convive com pelo menos duas ideias que cerceiam a literatura: seu uso para ensinar comportamentos e valores considerados “adequados” por parte da população e seu uso como objeto de representação de sujeitos. Ambas noções, que definem os usos dos textos literários junto à infância, acabam por exercer certa regulação sobre o que deve ser oferecido ao público infantil, impondo cerceamentos à obra como um todo ou cortes, exclusões e substituições de

textos, na tentativa de controlar os sentidos construídos pelas crianças.

As reflexões acerca do trabalho com literatura infantil exigem um debate sobre as concepções de criança, a fim de se conhecer os destinatários desses livros e quais visões se têm deles. Segundo Maria Zélia Versiani Machado (2012, p. 20), “[...] para compreender essa literatura é necessário ter em mente uma noção de criança que vive a plenitude da sua condição, sem que se coloque como contraponto dessa condição o que ela virá a ser um dia no futuro”.

A divergência acerca da concepção de criança é identificada por Peter Hunt (2010) na relação entre os autores da literatura infantil, comprometidos com a ideia da literatura como arte, e os diferentes agentes e setores da sociedade que tentam impedir a circulação do livro de literatura entre o público infantil. Para esse autor, noções distintas de criança e infância resultam no seguinte embate: “[...] escritor que se sente livre para escrever tudo o que quer e uma sociedade que sente que as crianças precisam ser protegidas de tais autores, uma oposição que está entre nós desde o início dos livros para as crianças” (HUNT, 2010, p. 203).

Ainda de acordo com Hunt (2010), a concepção dos autores de livros infantis busca romper com uma ideia, ainda presente na sociedade contemporânea ocidental, de que a literatura infantil tem o papel de formar as crianças em conformidade e obedientes a valores, normas e regras estabelecidas pelo mundo adulto. Ao contrário, esses autores percebem as crianças como sujeitos de direitos, que participam ativamente da vida social e que, portanto, são produtoras de cultura. A criança é vista, nessa concepção, como alguém que interage com os objetos culturais e, a partir dessa interação, constrói significados particulares, sendo influenciada e influenciando o processo de produção das culturas humanas. É com essa noção de criança desejante, crítica e singular que os autores de livros de qualidade parecem dialogar.

Para definir livros de qualidade, apoiamo-nos na perspectiva de Hércules Corrêa (2008, p. 93) que defende que essas são obras que “levam o leitor a pensar, enquanto as leem, ou provocam nele o encantamento próprio às experiências com a arte – que é a chamada fruição estética”. Essa abordagem, que vincula a qualidade à construção artística do texto, é especialmente importante para contrapor uma noção pragmática da literatura, ainda bastante presente nas instituições escolares.

Quando investigamos e conhecemos tais livros, observamos temáticas do cotidiano, das relações humanas, das alegrias e também das dores vividas pelas crianças. Nesse sentido, a pesquisadora Anna MacLeod (1983) provoca uma reflexão

que nos possibilitou fazer a pergunta: se a realidade das crianças não é protegida, por que então mascarar a literatura infantil se ela é fruto das relações e do cotidiano das pessoas?

Ao analisar algumas produções censuradas ou cujo acesso é regulado pelos adultos, são recorrentes determinados temas específicos, os chamados temas delicados. Nesta pesquisa, identificamos essas obras como aquelas em cuja narrativa textual ou imagética são abordadas situações subjetivas e complexas, perpassadas por aspectos que evidenciam possíveis vulnerabilidades dos leitores. São livros que abordam, por exemplo, a morte; o abuso; a separação; a guerra; as perdas; as emoções adjetivo como tristeza, inveja, ciúmes, saudades; as relações de poder; as transformações; as mudanças; os medos; as temáticas sobre sexualidade e gênero, entre outras situações muitas vezes consideradas tabus. Tais temáticas se definem como delicadas a partir de um determinado contexto sociocultural.

Na perspectiva da proteção à criança, livros que abordam esses temas são recorrentemente retirados das prateleiras ou evitados pelas professoras e outros mediadores, de forma que a criança é excluída da possibilidade de interpretação e de escolha. Como ironiza Jacqueline Held (1980, p. 46), “A imaginação, como sabem, é perigosa! Perigosa para quem? Mas é claro, a criança sonha, dirão... desde que, no entanto, seu sonho seja controlável e normalizável”. Segundo a autora, a interpretação das crianças sobre os temas presentes nos livros só é bem-vinda quando modulada e instruída pelos adultos.

Assim como é relevante compreendermos as noções de criança, de infância e de literatura infantil que subjazem a discussão sobre o acesso aos livros, compreender como essa literatura foi se constituindo em nosso País e qual o papel da censura nessa história pode nos ajudar a relacionar essas concepções com as ideias que, ao longo do tempo, permearam a produção de livros para criança no Brasil, como veremos a seguir.

2.2 História do controle na literatura infantil no Brasil

No Brasil, a trajetória do controle aos livros se revela nos primeiros anos pós-colonização. Maria Luiza Carneiro (2002) menciona em seu trabalho, *Livros proibidos, ideias malditas*, um índice de livros interditados (*Index Autorum e Librorum*), publicado em 1559, no Brasil. Esse documento, ao revelar que a censura na literatura acontecia

desde o Período Colonial e que vem acompanhando a história de formação do Estado brasileiro, atravessada por ditaduras e períodos repressivos, nos leva a concluir, conforme interpretação de Alexandre Stephanou (2001, p. 19), que há, no País, uma “tradicionalidade censora”. Segundo o autor, a censura, no Brasil, desde o início da colonização, foi oficializada pela Coroa Portuguesa por meio de acordo entre Governo e Igreja que determinava o que a população teria acesso.

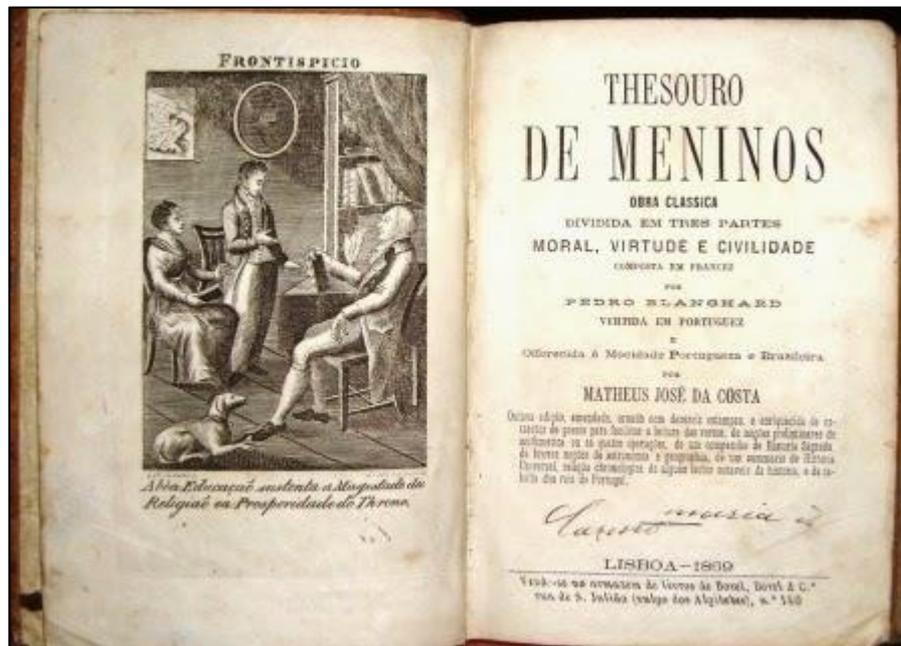
Com a ascensão da literatura infantil no País, nos séculos XIX e XX, como veremos adiante, não foi diferente. A necessidade de controlar os textos a que os pequenos teriam acesso foi marcante e perdurou ao longo de sua história. No caso dos livros infantis, como vimos acima, a forma de controle relaciona-se às concepções que sustentam as relações dos adultos com os sujeitos para os quais o livro se destina: a criança.

Os primeiros registros da literatura infantil nos países ocidentais são datados do início do século XVIII, mesmo período no qual uma preocupação em conter a infância dentro dos padrões iluministas começou a ser referenciada. Desde a percepção da infância como categoria geracional, ocorrida pelo fenômeno descrito por Ariès (1981) como “sentimento de infância”, surgiram necessidades específicas para a formação das crianças. Os livros literários se apresentaram, portanto, como um instrumento didático, a partir de uma preocupação com a formação da moral e do caráter das crianças.

No Brasil, a literatura infantil seguiu esse princípio, isto é, nos séculos XIX e XX, os quais alguns autores (ARROYO, 2011; LAJOLO; ZILBERMAN, 2007) identificam como sendo o período da ascensão da literatura infantil no País, essas obras foram introduzidas no universo infantil carregadas de intencionalidades em relação à conformação do caráter e à formação moral das crianças. A implantação da Imprensa Régia, em 1808, produziu as primeiras publicações de livros para crianças, mas somente com o início da República, e consequentes transformações provocadas por ela, pode-se dizer que começou a ser construído um caráter literário infantil (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007). Segundo as autoras (2007, p. 27), devido à demanda de materiais escolares para crianças, “[...] começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno”. Esse modelo escolar exigia, em todas as manifestações da criança, exemplificação da ética, da moral e dos bons costumes. Não era concebível uma literatura com caráter

unicamente lúdico, desvinculado de um viés pedagógico. Desse modo, a literatura infantil brasileira se originou com um viés escolarizado, com o objetivo de formar o caráter moralista do cidadão brasileiro.

Figura 1 – Páginas do livro *Thesouro de Meninos* de 1839⁶



Fonte: Costa (2021).

Com os avanços tecnológicos e a urbanização do final do século XIX e começo do século XX, a sociedade brasileira se tornou consumidora mais assídua de produtos industrializados, o que deu espaço para ampliação da produção de livros infantis. Segundo Lajolo e Zilberman (2007, p. 25):

Este [período] é favorável, em princípio, ao contato com livros e literatura, na medida em que o consumo desses bens espelha o padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos, com os quais buscam ou a identificação (no caso da alta burguesia) ou a diferença (os núcleos humildes de onde provieram).

Os laços entre a literatura infantil e a escola se mantiveram durante todo seu desenvolvimento ao longo do século XX, deixando marcas até os dias de hoje. Entretanto, a solidificação da indústria de livros no Brasil, inclusive dos livros infantis, ao proporcionar a expansão do acesso à literatura, motivou o surgimento de diferentes autores que começaram a valorizar outros aspectos. A partir da década de 1920, a aventura, o protagonismo infantil e as características nacionais se tornaram mais

⁶ Thesouro dos meninos. Obra clássica dividida em três partes: moral, virtude e civilidade.

comuns nas obras, principalmente por influência do autor Monteiro Lobato. Em um período no qual a maioria das obras infantis eram europeias e de difícil acesso para as camadas mais populares, Lobato enxergou no público infantil uma possibilidade maior de alcance da formação literária crítica do que com os adultos, público para o qual ele já escrevia. Segundo Giovana Campos e Maria Clara Oliveira (2009), a percepção aguçada que Lobato tinha do cenário nacional o impulsionou a lançar, em 1920, *A menina do narizinho arrebitado*, o qual recebeu muitas críticas positivas.

Empolgado com o sucesso de seu primeiro livro para crianças, decidiu lançar-se ao gênero. Passou não somente a escrever livros infantis, mas a traduzir e a publicar obras voltadas para crianças. Entrava em cena a face do escritor infanto-juvenil, que o tornaria mais conhecido (CAMPOS; OLIVEIRA, 2009, p. 69).

Nesse contexto, Lobato iniciou um projeto de formação de uma literatura verdadeiramente brasileira.

Figura 2 – Capa da primeira edição do livro *A menina do narizinho arrebitado*



Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, (1920).

Segundo Francisco Costa (2015, p. 14), Monteiro Lobato foi “pioneiro no Brasil da literatura de caráter infanto-juvenil a ponto de ser visto até nos dias atuais como um dos grandes representantes dessa categoria literária”. Combinada com a sua influência, novas contribuições chegaram ao País, principalmente por uma integração internacional advinda das consequências da Segunda Guerra Mundial.

Em 1950, por exemplo, data-se a chegada dos gibis ao Brasil. Segundo Gonçalo Júnior (2004), os quadrinhos estadunidenses causaram uma verdadeira guerra entre os setores da sociedade, incluindo o então denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP que, em 1944, publicou um estudo avaliando os gibis como um material inadequado, afirmando, segundo Gonçalo Júnior (2004, p. 17), que “quem lia quadrinhos ficava com preguiça mental e avesso a livros”. Em contrapartida a esse estudo, as crianças e os jovens se mostraram, desde o início, leitores ávidos por essa narrativa e assíduos desse gênero literário.

Na década seguinte, o País enfrentou um período político repressor e violento que, de certa forma, teve uma influência inesperada na literatura infantil. A pesquisa de Josenildo Oliveira de Moraes (2011), *A literatura infantil como instrumento de denúncia da Ditadura Militar*, já mencionada nesta pesquisa, aponta que, pelo fato de a literatura infantil ser menos relevante para a sociedade e para o Estado naquele contexto, ela foi utilizada pelos autores como forma de subversão à censura, empregando o humor e a criatividade como ferramentas de denúncia do Regime.

Em 1968, foi criada a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), instituição que contribuiu para fortalecer o espaço da literatura infantil de qualidade no Brasil, além de ampliar a produção nacional nesse período. Mariana Parreira (2022, p. 35) aponta este como o primeiro “boom da literatura infantil brasileira”, uma explosão criativa que resultou em um fortalecimento da identidade da literatura infantil brasileira. São desse período obras de autores renomados como Eva Furnari, Maria Heloísa Penteadó, Lygia Bojunga, Ruth Rocha, Ana Maria Machado e Ziraldo. Tais autores, em suas obras, demonstraram que há muitas formas pelas quais o texto infantil pode superar barreiras impostas por uma visão didatizante e aliada a uma pedagogia conservadora.

No século XXI, com a maior circulação das informações e a intensificação da rede de comunicação, acompanhamos a influência de alguns processos sociais na produção da literatura infantil. A chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2019, p. 26), mencionada no Capítulo 1, caracterizada pela influência do conservadorismo e de setores evangélicos fundamentalistas, intensificada entre 2013 e as eleições de 2018, incidiram, segundo o autor, sobre quatro segmentos principais: econômico, moral, securitário e social. O estudo de Ronaldo Almeida (2019) sobre o conservadorismo nos fatos sociais nos possibilita analisar a polêmica sobre os efeitos dos textos literários na conformação do caráter e dos comportamentos infantis.

Baseando-nos na pesquisa do autor, fortalecemos a hipótese da influência do contexto político e social na maior circulação de informações sobre casos de censura à literatura infantil no Brasil.

No capítulo seguinte, discorreremos de forma mais específica sobre os conceitos de controle, censura e regulação na literatura infantil e os alcances dessas práticas no contexto social.

3. CONTROLE, CENSURA E REGULAÇÃO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DA PESQUISA

A partir dos estudos teóricos realizados para este trabalho de dissertação, evidenciou-se a ausência de consenso, entre os pesquisadores que investigam temáticas afins, quanto à denominação a ser dada aos atos que de alguma maneira tentam (e em algumas circunstâncias chegam a) impedir ou limitar o acesso das crianças aos livros infantis. Luiz Costa Lima (2009) utiliza o termo controle para caracterizar os casos; Michel Foucault (1971) usa o termo exclusão; Peter Hunt (2010), Robert Darnton (2014), Maria Luiza Carneiro (2002) e Perry Nodelman (1992, 2020) utilizam o termo censura em suas pesquisas relacionadas à literatura.

Nesta pesquisa, empregamos o termo **controle**, para designar toda ação que, de alguma forma, material ou simbólica, impingiu cerceamentos, constrangimentos e restrições ao acesso das crianças a livros infantis. Dentro desse grupo maior, diferenciamos duas formas de controle, a partir das justificativas pelas quais são executadas: censura e regulação. A **censura** refere-se aos atos que visam impedir a circulação de uma obra com o objetivo de atender interesses de grupos específicos, desconsiderando o direito de expressão, caracterizando-se, portanto, como uma ação inconstitucional. Em contrapartida, o termo **regulação** foi empregado para designar casos de cerceamento que tiveram como objetivo garantir os direitos constitucionais feridos por alguma publicação. Adiante, discorreremos de forma mais detalhada sobre os três termos.

3.1 O que é a censura?

No Brasil, os atos de controle aconteceram e acontecem de diferentes formas. Um importante exemplo, do período da Ditadura Militar, foi o Decreto-Lei n.1.077/70 no qual os artigos 1º e 2º estavam assim redigidos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.
Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. (BRASIL, 1970).

Esse Decreto, que não tem mais aplicabilidade desde a Constituição Federal de 1988, é apenas um exemplo de como a censura foi instituída em um período específico no Brasil. Pesquisadores definem e classificam a censura de diferentes formas dentro do contexto em que se inserem e conseqüentemente investigam (CARNEIRO, 2002; STEPHANOU, 2001; BERG, 2002; CORACINI, 2008; FROMMING, 2014). Durante a investigação, nos deparamos diversas vezes com contradições, sobreposições e dúvidas diante das definições apresentadas por pesquisadores e profissionais de diferentes áreas. Algumas questões se mostraram recorrentes em nossas reflexões. Em que consiste a censura? Todas as vezes que adultos impedem crianças de terem acesso a livros, esses atos podem ser caracterizados como censura? O ato de cercear o acesso das crianças a certos textos ou livros deve ser sempre compreendido como prática negativa?

Para apoiar nossas reflexões sobre essas indagações, encontramos, na pesquisa de Robert Darnton (2014), *Censores em ação*, elementos que nos ajudaram a pensar e elaborar algumas respostas. Nas palavras do autor:

Em vez de começar com uma definição e depois procurar exemplos que se adaptem a ela, resolvi interrogar os próprios censores [...], podemos recuperar sua voz por meio dos arquivos e indagá-los, testando e reformulando interpretações, à medida que passamos de um documento para outro (DARNTON, 2014, p.12).

Para compreender o que é censura, o autor utiliza a estratégia de interrogar os próprios censores, por meio da análise de documentos, considerando os contextos nos quais estão inseridos e buscando identificar quais aspectos eles próprios nos revelam. Além disso, encontra, na origem latina da palavra censura, sua relação com o indivíduo que exercia o ofício de censor, aquele que tinha como responsabilidade pesar, avaliar e julgar determinados objetos:

Os censores, em sua maioria, eram também autores e [...] pertenciam ao mundo das universidades e academias, ao clero, às classes profissionais de nível superior e à administração real. Não ganhavam a vida censurando livros - tinham carreiras de professor, médico, advogado e ocupavam vários postos administrativos. Para eles, censurar era uma ocupação secundária e a maioria fazia sem receber remuneração. De 128 censores em 1763, 33 ganhavam um modesto emolumento de quatrocentos *livres* por ano. (DARNTON, 2014, p. 36).

Olhando para os documentos que encontramos nesta investigação, observamos, entre eles, diferenças significativas que os distinguem entre si. A partir dessa constatação, vimos a necessidade de buscar outros termos para além de censura, que fossem capazes de nomear adequadamente as tentativas de controle do texto literário em relação ao seu destinatário.

Na obra *Trilogia do controle*, de Luiz Costa Lima (2007), nos deparamos com a distinção entre os termos censura e controle. Para o autor, diferentemente da censura, o controle supõe uma domesticação, ajustes às normas da sociedade, trata-se de uma negociação política pela qual se lamina, mas que não chega à proibição propriamente dita. No livro *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, Edgardo Castro (2005) apresenta o verbete “Controle”, baseando-se nos estudos de Michel Foucault. Para o filósofo, estudioso da obra de Foucault, do ponto de vista do controle social, o ato diz respeito a uma vigilância individual e contínua, sob forma de correção. A partir das definições de Lima (2007) e Castro (2005), podemos assumir que todo ato de censura também é um ato de controle, mas nem todo ato de controle é um ato de censura, visto que não implica necessariamente na proibição de determinada expressão. Retomamos os estudos de Darnton (2014, p. 12) para esta primeira conclusão: “Pode-se considerar que a censura exista em toda parte - mas, se está em toda parte, não está em lugar nenhum [...]. Identificar a censura com coerções de todo tipo é trivializá-la”.

Compreendemos que a censura é o resultado de uma análise que promove o impedimento ou a restrição de determinado discurso com o objetivo de proteger interesses coletivos ou individuais. Segundo o art. 220 da Constituição Federal, assumimos também que o exercício da censura é uma ato inconstitucional:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º [...].

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988).

Ainda sobre as definições do termo, Lima (2007) defende que para que a censura se configure como tal, faz-se necessário uma legislação exigente. No entanto, esta posição coloca o Estado como o único agente censor possível, fato que contradizemos nas investigações descritas no Capítulo 5 e 6 desta pesquisa. Ao longo das análises dos registros de controle aos livros infantis, observamos atos promovidos

por diferentes instituições, que não fizeram uso da lei para suprimir a liberdade de pensamento e expressão. Diante das diferentes definições atribuídas à prática censória, entendemos que para conceituar os atos cerceadores de restrição de determinado discurso, não se depende do autor em si.

Em declaração publicada pelo Supremo Tribunal Federal, é proibido que se altere algum material ou produção antes da sua divulgação, no entanto, o órgão defende a possibilidade de um controle posterior à publicação com o objetivo expresso de garantir a democracia (Reclamação 51,153 Rio Grande do Sul, 2022).

Para pensar a viabilidade da censura, retomamos uma das grandes ambiguidades do mundo moderno: a liberdade de expressão. Discussões sobre liberdade de expressão *versus* intervenções nos discursos colocam em evidência a disputa entre o direito à liberdade e o direito à imagem, honra, intimidade e vida privada (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2022). A Constituição de 1988 garante o direito de liberdade de expressão:

Art. 5º [...].

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

[...].

Art. 220º

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988)

Para essa discussão é importante diferenciar liberdade de expressão e liberdade de agressão, presente em discursos de ódio, produções racistas, que defendem estereótipos e atacam grupos oprimidos, por exemplo. Nestes casos, nega-se o direito à cidadania e à dignidade humana, ambos garantidos pela Constituição.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - [...].

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

[...].

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

A partir dos estudos apresentados ao longo deste Capítulo, assumimos que censura é uma ação inconstitucional com o objetivo de impedir a circulação de determinado discurso a partir de interesses de um grupo específico. Relacionando

este conceito à literatura infantil questionamentos aparecem: um livro cujo conteúdo faz apologia à discriminação de povos ou comunidades, deveria ter sua circulação proibida? Este ato seria considerado como censura? Caso cerceado, estaríamos contradizendo a Constituição Federal no que se refere ao direito de expressão, mas sendo coerentes com a defesa da dignidade humana? No próximo tópico ampliaremos a discussão ao delimitar a noção de censura frente ao conceito de regulação.

3.2 O que é regulação?

Diante dos casos de controle encontrados e analisados nesta pesquisa, nos deparamos com atos de impedimento que se divergiam dos casos de censura pelo objetivo do cerceamento. Enquanto a censura tem como propósito defender interesses de determinados grupos, quase sempre em detrimento do direito de outros ou em contraposição aos princípios assegurados na Constituição Federal, a regulação tem como objetivo precisamente proteger a dignidade humana e a cidadania, em consonância com os direitos previstos por lei, impedindo a circulação de discursos ofensivos.

Michel Aglietta (2000) explica que regular implica em estabelecer leis gerais para que determinado discurso se reproduza. Neste sentido, Silvio Almeida (2013), afirma que se pode avaliar a regulação como a instituição de regras limitadoras, que garantem a promoção de direitos de cidadania. Tal observação retoma o entendimento da regulação como uma ação necessária para garantir os direitos, mesmo que aconteça através do impedimento de determinado conteúdo.

Assumindo que tanto a censura quanto a regulação são atos de controle, é possível diferenciá-los a partir da intencionalidade aplicada: atender interesses de grupos ou garantir os direitos determinados pela Constituição de 1988.

A mudança de posicionamento do pesquisador canadense Perry Nodelman é emblemática no sentido de ampliar nossa compreensão sobre o fenômeno do controle à leitura de livros infantis para seu público. Em 1992, o autor publica o artigo *Somos todos censores*, no qual defende que a censura surge quando os livros divergem dos valores de determinados sujeitos, independentemente de quais sejam. A partir deste ponto de vista, Nodelman se posiciona totalmente contra a censura ou a qualquer impedimento na circulação dos livros.

Não há *nada* que uma pessoa deveria ser impedida de dizer ou de escrever - nada, não importa quão ofensivo, tacanho, estúpido ou perigoso eu posso pessoalmente achar isso. Nem qualquer coisa sexista ou racista. Nem representações neonazistas da história. Nem pornografia. Nada (NODELMAN, 1992, p.18).

Em 2020, ocorre a mudança de posicionamento quando o autor é indagado sobre a possibilidade de ter seu texto traduzido para o português e publicado no Brasil. Atendendo à solicitação, Nodelman escreveu um novo ensaio, revisitando suas ideias de 1992. Sobre o trecho citado anteriormente, o autor, no artigo “*Ainda somos todos censores - e isso inclui Perry Nodelman*”, defende:

E, sim, ainda acredito que as crianças precisam ter acesso a uma ampla gama de livros e informações e ideias as quais muitos adultos tentam desesperadamente fazê-las ignorar [...]. Mas, senti muita empatia por suas [das *minorias*] preocupações a respeito de obras que reproduzem estereótipos raciais e culturais (NODELMAN, 2020, p.56).

O autor atualiza seu posicionamento ao afirmar que é contra a censura, no sentido que as crianças devem ter acesso a uma ampla variedade de textos nos quais devem circular conhecimentos, pontos de vista e experiências múltiplas. Entretanto, compreende que sua postura de 1992 estava mergulhada no “inconsciente e presunçoso privilégio pessoal” (NODELMAN, 2020, p. 77). Nodelman reconhece que suas crenças anteriores não consideravam os contextos e os grupos que poderiam ser afetados negativamente por leituras ofensivas. Passou a defender, portanto, que o controle das obras de literatura infantil pode ser relativizado: “[...] as representações consciente ou inconscientemente racistas de personagens e os usos da linguagem em livros infantis poderiam ter efeitos negativos sobre jovens leitores e poderiam muito bem ser criticadas e evitadas” (NODELMAN, 2020, p. 78).

A partir da mudança de postura do pesquisador a respeito da censura, notamos como o impedimento à leitura de alguma obra não é uma atitude simples de ser avaliada. Ao diferenciarmos a censura da regulação, entendemos que nem todo impedimento é ruim, como o próprio autor defende ao afirmar que “a censura é errada, a não ser às vezes, quando é correta. E o acesso ao máximo possível de conhecimento e informações é algo positivo, a não ser em algumas vezes, quando é algo ruim” (NODELMAN, 2020, p. 91).

Como Nodelman propõe, é necessário avaliar toda a cadeia que abriga a obra: o contexto, os leitores, os autores, o mercado editorial, as manifestações culturais,

etc. Para tal, aplicamos a regra da leitura a uma régua de relativização. A pergunta, *Posso ou não posso ler uma obra?*, tal como Darnton (2014) defende é “*mal posées*”, uma pergunta mal formulada, simplória e que não compreende os aspectos que defendemos na pesquisa. Portanto, não existe uma única e definitiva resposta para essa pergunta. Listamos outros questionamentos possíveis que podem contribuir e enriquecer a discussão, e não somente acatar ou negar a prática censória:

1. Qual o contexto de leitura? As crianças já são familiarizadas com práticas literárias?
2. Conheço bem a obra? Me preparei para essa mediação?
3. A leitura desta obra pode ofender ou ferir alguma criança?
4. Esta obra pode fomentar discussões que contribuam para a formação de um leitor crítico de literatura?
5. No caso de alguma pergunta ou questionamento da família ou da escola, eu consigo justificar a leitura realizada ou a indicação de uma obra?
6. Por que escolhi este livro?

Assumimos que toda publicação destinada às crianças é, de alguma maneira, controlada: o autor adulto impõe a sua ideologia sobre a criança por meio do que escreve, a partir do que julga ser interessante. Familiares responsáveis, professoras e demais mediadores, quando selecionam um livro, ou o escondem na prateleira, estão também exercendo o papel de controle, que pode ser, ou não, interessante para a formação subjetiva do leitor, a depender da concepção de criança defendida.

3.3 As especificidades do controle na literatura infantil

Em se tratando de literatura infantil, os atos de controle (censura e regulação) assumem algumas particularidades. A demanda por proteção dos pequenos e a ideia de que é preciso manter a infância intocada, reforça a vigilância sobre livros ou quaisquer produtos culturais considerados desnecessários, perigosos, inapropriados ou não conformes em relação ao universo infantil.

Como vimos acima, Nodelman escreveu, em 1992, o artigo *Somos todos censores*, afirmando que independentemente do motivo alegado, os adultos se sentem na responsabilidade de controlar o que a criança consome, ideia corroborada

por Peter Hunt (2010). Hunt defende que as escolhas que fazemos das leituras para as crianças são por si só práticas controladoras de formação das opiniões desses sujeitos.

Para além desta ideia de que o controle está presente desde a elaboração e seleção dos livros, é importante pensar no alcance que o cerceamento provoca. Antes de investigar os fundamentos e as justificativas para o controle que podem resultar inclusive em censura ou regulação, é preciso compreender que, em certas situações, limitar o acesso das crianças a textos literários pode significar uma maneira de cercear a imaginação.

Jaqueline Held (1980), ao defender a ficção como uma necessidade já que não podemos nos contentar com nossa própria vida, indaga: “A ficção não deveria abrir todas as espécies de portas e permitir à criança imaginar outras possibilidades de ser para que possa, finalmente, escolher-se?” (HELD, 1980, p.17). O cerceamento da ficção dificulta, e por vezes impede, a compreensão e interpretação da criança sobre determinadas narrativas. Desse modo, a defesa de que a criança tenha acesso amplo às obras de literatura está relacionada à possibilidade de ela ser capaz de fazer suas próprias escolhas.

Antes de investigar as consequências que muitas vezes o controle impõe, é importante entender que motivos levam determinados grupos a restringir o acesso das crianças a conteúdos e a livros literários. Listamos alguns desses motivos revelados pela análise dos casos.

O primeiro motivo se relaciona ao medo de uma infância livre, medo da potência do imaginário. O adulto acredita que tudo o que chega à criança é responsável por formar seu caráter. Assim, ao restringir determinado conteúdo, estar-se-ia assegurando a formação de um sujeito com comportamentos idealizados. Neste caso há uma crença exagerada no poder da literatura. Ainda que consideremos a importância da literatura para a formação de nossa subjetividade, sabemos que há diversos componentes e aspectos responsáveis por essa formação. Além do mais, os sentidos criados pelo leitor são atravessados por suas vivências, o que remete à impossibilidade de controlarmos os diversos significados que leitores distintos constroem a partir de uma mesma leitura. O segundo argumento para justificar a necessidade de controle do texto literário em relação à infância encontra-se no risco de que ele exerça influência na constituição da sexualidade ou de concepções ideológicas de cada um, como se o livro de forma direta pudesse influenciar opções

intrínsecas do sujeito. O terceiro argumento visa os nossos gostos literários, a partir das qualidades que julgamos apoiar a formação estética da criança, fortalecendo-se a partir de estudos e do entendimento dos critérios de análise das obras que estabelecem características mais potentes que outras nos livros infantis.

3.4 O controle aos livros infantis na cadeia da comunicação

Analisando os efeitos do controle na sociedade, suas consequências extrapolam a leitura e a posição individual dos sujeitos. Como nos revela Hunt (2010), pais e professoras, ao limitar o acesso das crianças aos livros, podem influenciar o mercado literário, as políticas governamentais de compra e venda de obras, a produção dos livros pelas editoras e, conseqüentemente, a produção do próprio autor, a autocensura.

Neste círculo de produção, investigamos o conceito de *enunciado* delineado por Mikhail Bakhtin (2003). Segundo o autor, todo enunciado é um elo nas relações de comunicação, logo o livro está também inserido na cadeia da comunicação. Este objeto é criado por um autor, produzido por uma editora, lido por pais e professores e apreciado pelas crianças que, com respostas e impressões do livro, produzem “ecos e ressonâncias” a outros enunciados. Como enunciado, o livro também apresenta uma posição ativa do falante, nesse caso, do autor. O livro de literatura também pode manifestar, além das histórias, verdadeiras posições dos sujeitos na sociedade, o que contribui para entender o exercício de restrição por diferentes grupos. O alto poder de influência do enunciado do livro infantil provoca sua respectiva necessidade de controle. Segundo Bakhtin (2003, p. 297), “[...] o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições”. Para pensar o controle aos livros infantis é necessário portanto, compreender o livro-enunciado como “um elo na cadeia da comunicação discursiva que não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Inserida nesta cadeia, a literatura infantil também é analisada a partir do critério relacional, ou seja, daquilo que a sua relação com os leitores e com a sociedade provoca.

Entendendo o livro como objeto cultural, que vem se transformando sobretudo

nas últimas décadas, compreende-se melhor seu alcance e conseqüentemente percebe-se a maior influência que vem exercendo na sociedade contemporânea. Para analisar seus aspectos sociais, complementando as proposições de Bakhtin, buscamos observar este objeto não apenas do ponto de vista estético, mas também, do ponto de vista do discurso. Baseando-nos nas contribuições de Michel Foucault (2012, 2014), podemos inferir que o controle aos livros de literatura infantil se insere no debate sobre o controle do próprio discurso.

Segundo Foucault (2012), o discurso é o produto de todas as interações entre os sujeitos, ou seja, todo acontecimento entre sujeitos produz discurso. Como produto das relações sociais, o autor analisa o discurso em quatro esferas: o locutor, o contexto, o motivo e o interlocutor. Como bem social, o discurso também sofre cerceamentos:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Foucault afirma ainda que o controle é necessário porque todo discurso apresenta perigos, não apenas do ponto de vista do conteúdo, mas também, pela sua forma. Analisando-se do ponto de vista do locutor, por exemplo, é possível reconhecer certa hegemonia entre os discursos produzidos na sociedade: quem detém o poder social assume uma posição hierárquica e possibilita que um mesmo discurso seja replicado constantemente, fortalecendo-se. Todos os sujeitos produzem discursos, mas apenas alguns destes crescem na ordem da homogeneidade.

Para compreender onde está presente esta homogeneidade dos discursos, no caso da literatura infantil, analisamos os livros dentro das quatro esferas mencionadas (o locutor, o contexto, o motivo e o interlocutor) perguntando-se portanto: 1. Quem escreve? 2. De onde se escreve? 3. Por que se escreve? 4. Para quem se escreve? A literatura infantil como discurso possibilita avaliar como os livros são afetados e afetam o contexto onde estão inseridos.

De forma a entender o discurso por trás dos livros infantis, é necessária certa negociação, tanto com a imaginação quanto com a experiência. Quando negociamos com a obra também fazemos concessões e passamos a entender não somente o seu conteúdo, mas a sua forma, sua intenção e o seu alcance. Em alguns casos o controle

acontece quando grupos recusam uma leitura por não admitir tais concessões. Diante desses acordos e negociações, nos interessa conhecer e analisar a relação das professoras da Educação Infantil com as obras. Como elas concebem o papel da literatura infantil em suas práticas? Quais critérios empregam na seleção ou escolha de textos literários? Que concessões fazem quando se relacionam com as obras?

Para tal, esta pesquisa foi elaborada a partir de análises multimetodológicas a fim de responder às perguntas elaboradas. No próximo tópico, apresentamos nossa proposta de classificação de atos de controle encontrados.

3.5 Uma proposta de classificação

Para esta investigação, criamos uma categorização⁷, que consiste em “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero (analogia)” (BARDIN, 1977). Com o objetivo de compreender melhor o contexto social, político e histórico para cada caso de controle encontrado, foram criadas categorias comuns entre eles, sendo elas: autor, tipo de instituição, caráter, forma e justificativa para o ato de controle.

Além dos aspectos acima mencionados, que caracterizam os casos encontrados, a análise foi desenvolvida em três planos principais: **a forma** como o ato de controle foi exercido, **o caráter** que o fundamentou e **a instituição** a qual faz parte o agente do ato. A definição de cada um desses planos de análise foi inspirada em pesquisas que investigaram a censura na literatura.

Uma das pesquisas que nos apoiou foi a de Fromming (2014), *A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX*, já mencionada no Capítulo 1. O autor, ao analisar as traduções das obras dos Irmãos Grimm, propõe dois aspectos por meio dos quais identifica atos de censura, os quais ele denomina **censura externa** e **censura interna**⁸. O que o pesquisador chama de censura externa compreende as características que são exteriores ao material censurado, ou seja, diz respeito às instituições e aos agentes que promovem a

⁷ Tal categorização foi retomada a partir da pesquisa monográfica *Casos de censura na literatura infantil no Brasil* (PETROVITCH, 2020).

⁸ Fromming (2014) não faz distinção entre regulação e censura, como a opção da pesquisa. Para o autor, todos os atos de cerceamento aos livros é designado como censura.

censura. Já a chamada censura interna, por outro lado, estaria relacionada à essência do conteúdo do livro a qual justificaria a intervenção. Em relação à censura externa, o autor estabelece a seguinte classificação quanto aos agentes censores: **governamental** – em que há interferência do governo no conteúdo das obras; **editorial** – pela qual editores e revisores, por razões mercadológicas induzem à censura; **organizacional** – em que organizações públicas, privadas, ou entidades, como a Igreja opõem-se à divulgação do livro; **mediática** – promove cortes ou não veiculação de elementos contidos no texto; **de investimento** – relacionada à rejeição da compra; **escolar** - do que entra ou sai da escola; **de grupo** - pessoas do mesmo convívio expressam desgosto a determinadas obras.

Quanto à censura interna, Fromming (2014) relaciona-a ao caráter ou aos fundamentos que levam à censura, que podem ser: **de caráter moral** - religioso, dos bons costumes, de expressão sexual; **de repulsa** - da morte, da violência e de asco; **de ideias** - ideologia, política, caráter racial, de classe social, de gênero e de aura.

Quadro 1 – Classificação de censura Fromming (2014)

FROMMING (2014)	
Censura Externa	
Governo: governamental	Interferência do governo
Editoração: editorial	Editor/editora/revisores
Organização: organizacional	Organizações
Organização: midiática	Cortes feitos pela mídia
Convívio: investimento	Adultos responsáveis compram
Convívio: escolar	Escola inibe
Convívio: de grupo	Amigos e família repelem
Censura Interna	
Moral: religiosa	Ofensa à expressão religiosa
Moral: costumes	Ofensa aos bons costumes
Moral: sexual	Expressão sexual
Repulsa: morte	Evita a temática da morte
Repulsa: violência	Evita temas violentos

Repulsa: asco	Evita temas que causem nojo
Ideias: ideológica	Combate ideologias
Ideias: política	Combate ideias políticas
Ideias: racial	Faz distinção entre raças
Ideias: social	Atinge classes e ordens sociais
Ideias: gênero	Faz distinção entre gêneros
Ideias: de aura	Poda características de fatos ou pessoas

Fonte: Fromming (2014).

A pesquisa de Fromming (2014) nos ajudou a estabelecer o caráter e os agentes da censura. Utilizamos o que o autor denominou de censura externa para classificar a instituição responsável pelos atos de controle. O que ele classificou como censura interna, usamos para classificar o caráter do ato.

Dentre os aspectos que nos propomos a analisar, a pesquisa de Carneiro (2002) nos inspirou quanto à classificação das **formas** de controle. A autora, as divide em:

- a) Censura preventiva - refere-se às alterações exigidas antes de o livro ser publicado.
- b) Punitiva - ocorre após a publicação e pode ser interna ou externa ao livro, afetando seu conteúdo ou sua circulação.
- c) Autocensura - parte do próprio autor na elaboração do livro, pensando na sua recepção pelos leitores.
- d) Na tradução - mudança de aspectos da obra original na língua traduzida.
- e) Substitutiva - acontece quando uma obra sobrepõe a outra em determinadas ocasiões.

Apesar de indicar a classificação, as categorias propostas pela autora se distanciaram do caminho traçado por esta pesquisa. Diante disso, identificamos a necessidade de incluir e transformar algumas classificações encontradas nas pesquisas com o objetivo de criar categorias mais próximas e adequadas aos casos encontrados.

Acrescentamos à análise a classificação Justificativa, e estabelecemos nela duas categorias: *censura* e *regulação*. A censura é aplicada quando o controle exercido é inconstitucional, e a regulação quando o controle é constitucional.

À classificação Instituição, acrescentamos as categorias *família* e a *Igreja*. Apesar de ambas estarem incluídas na categoria *organizacional*, proposto por Fromming (2014), o espaço que tomam na discussão é expressivo o suficiente para que apareçam como categorias separadas. Já pela pouca expressividade nas análises, foram excluídas as categorias *organizacional* e *grupos* da classificação.

Em relação ao Caráter, com vistas a facilitar a compreensão dos casos de censura, as categorias *moral*, *repulsa* e *ideias*, foram excluídas para ressaltar as classificações que compunham seus respectivos subgrupos. A estes, também foram atribuídos substantivos que direcionam a tendência do controle. Adicionamos a categoria *qualidade*, quando um livro de qualidade duvidosa também é restringido. E organizamos: religioso/intolerante, bons costumes/moralidade, expressão sexual, morte, violência, asco/nojo, ideologia, política, caráter racial/racista, classe social, gênero, aura e qualidade/má.

Por fim, chegamos à seguinte classificação dos planos envolvidos nos atos de controle a livros:

- a) **Agente** – pessoa ou instituição que realizou o ato.
- b) **Instituição** – classe de instituição responsável pelo ato, que pode ser: familiar, governamental, editorial, religiosa, midiática, de investimento ou escolar.
- c) **Caráter** – natureza do ato: religioso/intolerante, bons costumes/moralidade, expressão sexual, morte, violência asco/nojo, ideologia, política, caráter racial/racista, de classe social, de gênero, de aura ou qualidade/má.
- d) **Justificativa** – podendo ser **regulação**, se o ato exercido está dentro de preceitos constitucionais que apregoam o direito à diferença, o reconhecimento da igualdade de direitos, à dignidade humana; ou **censura**, quando o ato atenta contra os preceitos constitucionais listados acima.

Adaptando, assim, as classificações de Fromming (2014) e Carneiro (2002), elaboramos uma categorização para os casos encontrados em nossa investigação, a qual apresentaremos e analisaremos no Capítulo 5, após a apresentação da metodologia de pesquisa que apoiou a análise dos dados.

Essa análise tem contribuído para a elaboração do recurso educacional exigido pelo PROMESTRE, como se verá mais detidamente no item *Recurso educacional*.

4. AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Para compreender a relação entre atos de controle aos livros infantis e as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras da Educação Infantil, na formação das crianças como leitoras de literatura, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo.

A pesquisa qualitativa se diferencia da abordagem quantitativa por ter como característica principal a análise acerca da presença ou da ausência de um determinado conteúdo, enquanto a segunda se pauta na frequência deste conteúdo (BARDIN, 1977). Para Patton (1986), a principal característica da pesquisa qualitativa diz respeito ao caminho interpretativo que elas seguem, ou seja, compreende-se que os sujeitos agem em função do seu discurso pessoal. Outra particularidade sobre a abordagem qualitativa se revela no fato de, “por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos” (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1998), tornando-se pesquisas bem individualizadas.

Partindo do pressuposto de que as abordagens qualitativas são multimetodológicas (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1998), o desenvolvimento desta pesquisa abrange três segmentos: a análise documental dos registros de censura aos livros de literatura infantil no Brasil, o questionário disponibilizado por meio do formulário *Google* (APÊNDICE B) com dados acerca das professoras participantes da pesquisa e as entrevistas coletivas inspiradas na metodologia de grupo focal. Discorreremos sobre cada um dos procedimentos nos tópicos seguintes.

4.1 Análise documental dos casos de censura encontrados

Para conceituar os atos de censura ocorridos no Brasil em relação à literatura infantil, foi realizado um levantamento histórico por meio de buscas em diferentes plataformas digitais a fim de encontrar registros da censura aos livros de literatura infantil. As investigações foram feitas na Hemeroteca Digital, nos periódicos do Portal Capes, em jornais e revistas, em redes sociais - *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* - e em outras plataformas *onlines* como o *Youtube*.

Nas buscas foram empregados termos como *literatura infantil*, *má literatura*,

livro proibido e livro imoral. Acrescentou-se à pesquisa alguns nomes como Monteiro Lobato, uma vez que durante as buscas ficou evidente sua incidência em contextos de cerceamento do discurso literário junto ao público infantil, em diferentes momentos históricos.

Dos documentos encontrados, foram considerados todos os tipos de registro que exprimem relatos de casos de controle, sendo eles livros, listas de periódicos atuais ou antigos com notícias relevantes sobre o tema, vídeos publicados por figuras públicas, cartas de pais às escolas, cartas das escolas ao Governo, entre outros documentos veiculados pela imprensa ou pelas redes sociais. Tomamos como respaldo a definição de documento de André Cellard (2010, p. 296) que, ao privilegiar uma abordagem mais globalizante, afirma: “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho é considerado como documento ou ‘fonte’”.

Para Laurence Bardin (1977, p. 47), a análise documental se define como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior a sua consulta e referência”. Sendo assim, depois de constituir um *corpus* satisfatório de casos de controle aos livros de literatura infantil no Brasil, torna-se necessário analisar os documentos, tendo em vista que eles “[...] permitem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2010, p. 295). A análise, portanto, contribui para maior compreensão do contexto da censura e da regulação no Brasil.

Com a aplicação dos estudos de Cellard (2010), foram examinados o contexto, os autores, a autenticidade, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Após reunir esses elementos acerca de cada documento encontrado, foi realizada então, sua análise.

4.1.1 Recurso educacional

Com o objetivo de contribuir para a construção de um histórico dos casos de controle na literatura infantil no Brasil, apoiamo-nos na proposta do livro *Literatura y poder: Las censuras en la LIJ* (ORTIZ, 2016) e na página virtual *Challenged books in Canada* (MACDONALD, 2018) para a elaboração de um recurso educacional para as professoras da Educação Infantil. No livro de Ortiz, são apresentados casos de censura na literatura infantil na Espanha e na América Latina, contextualizando cada caso de acordo com o período histórico e político no qual se insere. Para cada caso,

faz-se uma breve resenha sobre a temática do livro e um relato sobre o ato de controle: quando, como e por quem foi realizado. Na página virtual canadense, a proposta se repete, mas neste caso com um recorte norte americano. Reunir os casos em um único material proporciona uma concentração dos dados e uma análise histórica das tendências de controle que marcam cada período.

A partir da inspiração dessas duas publicações, produziu-se catálogo virtual, em formato *e-book*, com os casos encontrados na pesquisa. Tal catálogo apresenta uma classificação e caracterização dos casos a partir de seus agentes e os respectivos fundamentos que justificaram os atos de controle, conforme apresentamos no capítulo anterior. Foram considerados livros nos quais foram publicadas listas de textos que sofreram controle e outros relatos de casos, tais como periódicos com notícias relevantes sobre o tema, vídeos publicados por *booktubers*, cartas de pais às escolas, cartas de escolas a governos, pareceres elaborados para justificar ou exigir a censura, publicados pelo poder público, relatos de figuras públicas, de grupos religiosos e outras instituições, entre outros documentos.

A intenção é que o material possa se tornar uma fonte de consulta apresentando um histórico dos casos de controle na literatura infantil no Brasil, auxiliando tanto na pesquisa acadêmica quanto na prática escolar. Para a pesquisa acadêmica, o catálogo servirá como apoio para novas pesquisas e indagações, reunindo em um único material e de forma categorizada, casos de censura, que poderão ser complementados no futuro. Para a prática das professoras, principalmente da Educação Infantil, o catálogo será uma importante fonte de estudo tanto para a mediação dos livros, contextualizando-os em suas leituras, quanto como forma de embasar a escolha literária de qualidade e podendo contribuir para a construção de argumentos frente a familiares e gestores.

4.2 Constituição do grupo de professoras

O segundo e o terceiro segmentos citados para o desenvolvimento da pesquisa, o questionário e as entrevistas com grupo focal, deslocam o olhar da análise dos documentos para os sujeitos que lidam com o controle ou que de alguma forma por ele são influenciados.

Para conhecer as concepções das professoras da Educação Infantil acerca do controle e compreender a relação entre os casos que ocorreram e ocorrem no Brasil

e as práticas de seleção e de mediação de leituras, foram aplicados formulários junto a quinze professoras e realizadas quatro entrevistas coletivas, uma com cada um dos quatro grupos. Três grupos eram formados por quatro professoras e um grupo por três professoras⁹.

Para selecionar as professoras para a pesquisa, foram estabelecidos dois critérios: (i) elas deveriam desenvolver com frequência e com competência teórica e prática, reconhecida pelos pares ou por gestores educacionais, situações de aprendizagem com vistas à formação do leitor de literatura e (ii) o grupo deveria ser composto por metade das professoras da rede particular e a outra metade da rede pública de educação.

O primeiro critério foi elaborado com o objetivo de formar um grupo que tivesse sólida formação teórica e prática acerca da literatura infantil e que, por meio dessa formação, fosse capaz de empregar critérios de qualidade na seleção de obras, demonstrasse ter vasto repertório de livros, de autoria e de editoras. Nossa hipótese era de que um grupo formado por professoras com maior familiaridade com o tema teria melhores condições para discutir questões relacionadas à mediação e à seleção de obras literárias. Nossa experiência em projetos de formação de professoras, tais como no curso Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI e os projetos de extensão da Bebeteca/UFMG, revelaram que professoras com menor familiaridade e/ou formação profissional insuficiente demonstravam dificuldades de superar análises mais superficiais acerca da qualidade das obras, bem como acerca dos objetivos de se trabalhar literatura com bebês e crianças pequenas. Em casos observados nestes projetos de formação de professoras, em situações em que as profissionais se depararam com seleção de obras, notou-se que elas se limitavam a julgar a qualidade do livro por aspectos como cores vivas, letras de imprensa maiúscula, temáticas voltadas para o ensino de conteúdos escolares ou para formar determinados comportamentos. A compreensão de que a literatura é arte e, como tal, requer para a formação das crianças como leitoras de literatura o desenvolvimento de habilidades que levem à apreciação estética, à reflexão ética e política, eram aspectos importantes para assegurar estudos mais qualificados acerca do controle a livros de literatura infantil.

⁹ Inicialmente a proposta incluía 16 professoras, formando quatro grupos com quatro componentes. Por motivos pessoais, uma das professoras saiu da pesquisa e mediante as condições estabelecidas não foi possível encontrar uma substituta.

O segundo critério partiu do pressuposto de que o contexto no qual ocorre o processo educativo é central para o estabelecimento das interações que se dão entre crianças e professoras, professoras e familiares, professoras e demais profissionais que atuam nas instituições educativas. Nesse sentido, as tensões, os desafios, as possibilidades de atuação profissional são influenciadas, entre outros fatores, pelo fato de serem instituições públicas ou particulares. A hipótese elaborada supôs que nas instituições particulares, pelo vínculo financeiro entre família e escola, haveria maior número de atos de controle ou, ainda, maiores restrições devido a possíveis tensões impostas por essa relação.

Estabelecidos os critérios, recorreremos a indicações de professoras pelas integrantes do grupo de pesquisa LEPI, do qual tanto as orientadoras quanto eu somos integrantes. Reunimos um total de vinte e cinco professoras, sendo nove de escolas particulares e dezesseis de escolas públicas. Para manter a proposta inicial de metade das professoras de cada categoria administrativa, convidamos oito professoras de cada grupo para um total final de quinze professoras, organizadas em quatro grupos, sendo quatro professoras em três grupos e três professoras em um grupo. Com os grupos formados, foram enviados os formulários contendo as questões do questionário de caracterização do perfil das docentes (APÊNDICE B). Em seguida, foram realizadas as entrevistas coletivas semiestruturadas, de acordo com o roteiro apresentado no tópico 4.4.1. Adiante, descreveremos o processo de elaboração dos formulários e do roteiro de entrevistas.

4.3 Elaboração e aplicação do formulário

Com o objetivo de conhecer melhor as professoras antes da entrevista, foi aplicado um formulário *online* com perguntas fechadas para coletar dados gerais sobre o grupo. O formulário possibilitou coletar informações sobre a formação das professoras, o trabalho atual e algumas concepções de cada uma delas sobre o tema.

O formulário foi organizado em três blocos de perguntas. O primeiro bloco buscou caracterizar o perfil das professoras: Nome completo, Idade, Estado civil. O segundo bloco voltou-se para informações sobre a trajetória e a formação profissional: Escola em que atua, dados sobre a formação inicial, tempo de conclusão do curso de formação inicial, frequência a cursos de formação continuada, tempo de exercício da profissão de professora da Educação Infantil, duração da carga horária de trabalho,

se atua em mais de uma escola ou mais de um turno. E por fim, o terceiro bloco tinha o objetivo de conhecer de forma preliminar algumas concepções das professoras através de uma lista com ações e práticas relacionadas à literatura infantil na escola, na qual elas poderiam marcar mais de uma opção, conforme formulário anexo (APÊNDICE B).

Dessa forma, esperava-se conhecer o perfil de cada uma das professoras, sua formação e algumas concepções relacionadas à literatura infantil, antes da entrevista.

4.4 Entrevistas semiestruturadas coletivas

Para compreender as concepções das professoras participantes acerca do controle a livros de literatura infantil e conhecer suas experiências relacionadas ao impedimento ou questionamento acerca de obras selecionadas para leitura com as crianças, realizou-se entrevistas coletivas com quatro grupos de professoras, sendo três constituído por quatro entrevistadas e um por três. Optou-se por esse método para que, em grupo, as professoras pudessem identificar opiniões e práticas, semelhantes como também contradições, enriquecendo suas respostas.

Na pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a metodologia, identificou-se o conceito de Grupo Focal. Segundo Rafaela Santos, Adjane Silva e Maisa Jesus (2016), essa técnica de pesquisa,

[...] coleta e analisa dados por meio das interações pessoais em forma de grupos que, ao discutirem sobre um determinado tema em comum, sugerido pelo pesquisador, permite aos entrevistados exporem suas ideias e estabelecerem opiniões sobre o tema pesquisado, possibilitando um aprofundamento do tema, ou a descoberta de algo que esteja sendo objeto de investigação. (SANTOS; SILVA; JESUS, 2016, p. 2).

Compreendendo que o tema da censura apresenta divergências e contraposições, estimou-se que essa técnica metodológica possibilitaria a exploração de um espectro de opiniões e comportamentos mais amplo o que, como defendem Martin Bauer e George Gaskell (2002), se aplica à pesquisa de Grupos Focais. Ainda que tal técnica não seja popular nas pesquisas em educação (SANTOS; SILVA; JESUS, 2016), este processo compreende uma riqueza na coleta de dados, uma vez que são obtidos nas interações entre os sujeitos. As autoras Iolanda Mendonça e Maria Gomes (2017) também defendem a importância da técnica em pesquisas na área da educação, apresentando como exemplo as contribuições dos grupos focais

em algumas investigações.

Dessa forma, foi proposto um encontro com cada um dos quatro grupos, formado por professoras previamente selecionadas para discutir questões acerca da leitura, da seleção de livros e de processos de mediação literária junto a crianças da Educação Infantil, perpassados por situações de censura.

Para contemplar os objetivos da pesquisa e tentar responder às perguntas levantadas, foi elaborado um roteiro para as entrevistas, que será apresentado no próximo tópico.

4.4.1 Organização e roteiro de entrevistas

A partir dos dados obtidos pelo preenchimento do formulário, as quinze professoras foram distribuídas em quatro grupos, sendo cada um deles composto por profissionais de escolas públicas e de escolas particulares. Os grupos foram definidos a partir da disponibilidade de horários indicados pelas próprias professoras no formulário inicial. As entrevistas aconteceram virtualmente, por meio da plataforma *Google Meet*, com duração de duas horas. A sua realização tinha como objetivos:

- A. Entender como as professoras selecionam livros para ler com as crianças.
- B. Saber se elas haviam sofrido algum tipo de controle - *coletar esses casos*.
- C. Identificar quais temas elas consideravam mais *problemáticos* de serem lidos com as crianças e por quê.

Para alcançar tais objetivos, o roteiro da entrevista foi organizado em quatro blocos, de perguntas, como o que se segue.

1º Bloco - Seleção dos livros

1. Como é feita a seleção de livros na sua escola? Quem seleciona?
2. O que você considera ao escolher um livro para leitura com as crianças?
Ou seja, que aspectos você leva em conta na seleção das obras?
3. Que fatores interferem ou são considerados nas escolhas dos livros?
4. De que forma a escola participa das suas escolhas?

2º Bloco - Controle aos livros

5. Você já viveu algum impedimento ou questionamento por parte da escola ou da família, em relação aos livros que selecionou?
 - Em caso afirmativo, como foi essa situação?
 - Que análises você faz dessa situação?

3º Bloco - Temáticas

6. Quais são os temas mais recorrentes nas leituras que você faz com as crianças?
7. Entre esses temas que você lê em sala, existe algum que você considere problemático de ser trabalhado? Por quê?
8. Tem algum livro que você já deixou de ler ou não leria? Por quê?

4º Bloco - Análise da obra literária

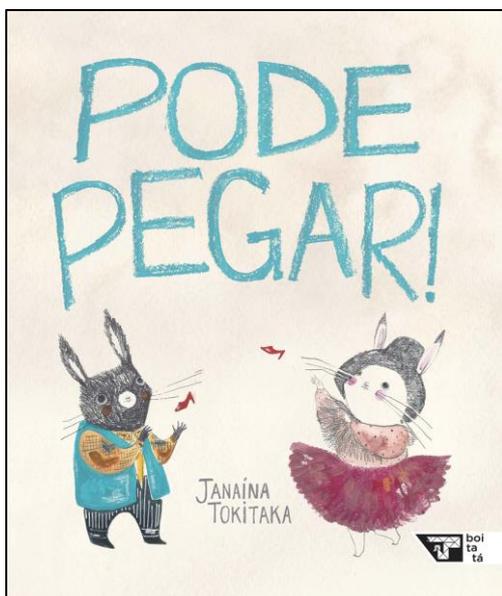
9. Leitura da obra *Pode pegar*, Janaina Tokitaka
 - Discussão - você imagina que a leitura deste livro, junto às crianças da sua turma, traria algum constrangimento na sua escola?
10. Leitura da obra *Olavo*, Odilon Moraes
 - Discussão - você imagina que a leitura deste livro, junto às crianças da sua turma, traria algum constrangimento na sua escola?

No primeiro bloco, denominado “Seleção”, foram elaboradas questões referentes à escolha dos livros pelas professoras para leitura com as crianças. No segundo bloco, “Cerceamento aos livros”, as perguntas foram direcionadas aos casos de censura, de controle e de regulação dos quais as professoras entrevistadas tinham conhecimento. No terceiro bloco, “Temáticas”, as perguntas tinham o objetivo de conhecer quais os temas mais recorrentes e os mais evitados, pelas professoras, em suas leituras com as crianças. Por fim, no quarto bloco “Análise de obras literárias”, foram feitas leituras e análises de dois livros de literatura infantil previamente selecionados, com o objetivo de observarmos a postura das professoras a partir de um exemplo concreto que abordasse temas delicados. Conforme explicado no capítulo 2, consideramos temas delicados, obras que incluem em sua narrativa textual ou imagética, situações subjetivas e complexas que alcançam aspectos de maior

vulnerabilidade dos leitores, temas na maioria das vezes considerados como tabus pelos adultos.

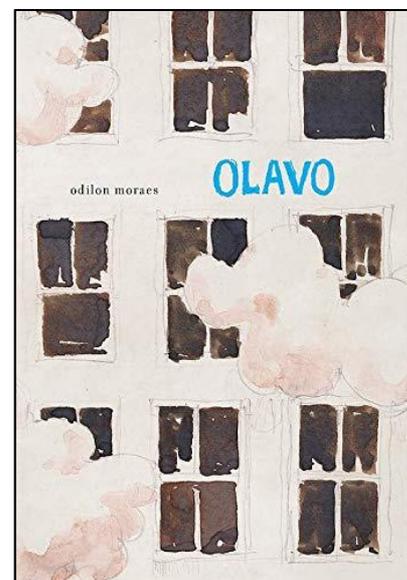
Com os argumentos das professoras teríamos mais uma possibilidade de acessar suas concepções acerca da censura a livros de literatura infantil, como observado em formações realizadas na Bebeteca. Tendo isso em vista tais objetivos, para o último bloco selecionamos as obras *Pode pegar!*, de Janaina Tokitaka, e *Olavo*, de Odilon Moraes. A primeira obra apresenta dois coelhinhos que brincam de trocar de roupa entre si, mesmo que cada um, coelho e coelha, remetam seus acessórios aos universos feminino e masculino. A segunda obra, apresenta o personagem Olavo, um menino triste com traços depressivos, que vive diferentes sentimentos, entre angústia e alegria, a partir da chegada de um presente anônimo. As obras foram escolhidas por apresentarem dois temas diferentes entre si, mas que ao mesmo tempo podem despertar um estranhamento no leitor pelo caráter sensível e delicado da temática tratada.

Figura 3 – Capa do livro *Pode Pegar!*



Fonte: Tokitaka (2017).

Figura 4 – Capa do livro *Olavo*



Fonte: Moraes (2018).

Para as entrevistas semiestruturadas¹⁰ utilizaram-se os blocos de perguntas como roteiro, deixando que as professoras falassem livremente, a fim de obter

¹⁰ Segundo Eduardo José Manzini (2003), neste tipo de entrevista, a entrevistada responde a partir de um roteiro semiestruturado, de forma livre, sobre si e sobre a sua realidade, possibilitando à pesquisadora obter inúmeros dados.

informações que nos auxiliassem na compreensão de seus pontos de vista e experiências ou considerando a clareza de aspectos mais específicos a serem focalizados.

4.4.2 Metodologia de análise de conteúdo das entrevistas

Para o estudo das entrevistas coletivas aplicamos a teoria de análise de conteúdo de Bardin (1977). Segundo a autora, a análise é organizada em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. O primeiro passo realizado para esse processo é a transcrição exaustiva das entrevistas coletivas. Bardin afirma que:

A transcrição que tem por fim uma análise da enunciação deve conservar o máximo de informação, tanto linguística (registro da totalidade dos significantes) como paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais tais como o riso, o tom irônico, etc.). (BARDIN, 1977, P. 220)

Com o material reunido, inicia-se a pré-análise que se configura como o período de organização, no qual as ideias iniciais são sistematizadas, formulam-se hipóteses e objetivos, e, ainda, elaboram-se indicadores. Nesta etapa, são realizadas as leituras flutuantes, um primeiro contato com as entrevistas transcritas, “deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 122). A partir dessa leitura, são elaboradas as primeiras hipóteses e objetivos. Tais proposições se diferenciam de forma que, a primeira “é uma afirmação provisória que nos propomos verificar”, enquanto a segunda, “é a finalidade geral a que nos propomos, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (BARDIN, 1977, p. 124).

Na segunda etapa explicitada pela autora, a exploração do material, ocorre uma aplicação regulada das decisões previamente tomadas na etapa de pré-análise. São realizadas ações de codificação, decomposição e enumeração.

A terceira etapa, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, portanto, é o momento de tornar os dados significativos e válidos. É realizada uma síntese que revele as informações obtidas nas entrevistas de forma clara e fiel.

A análise do conteúdo das entrevistas será apresentada no capítulo seguinte.

5. A BUSCA POR CASOS DE CONTROLE À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL: VASCULHANDO REDES E ARTIGOS

Conforme já mencionado, de acordo com a metodologia empregada, reunimos três grupos de documentos para serem analisados. Neste capítulo propomos uma análise documental dos registros de controle aos livros de literatura infantil no Brasil, coletados por meio de pesquisa nas plataformas de registros online e classificados a partir da proposta expressa no Capítulo 4.

5.1 Registros de controle a livros de literatura infantil no Brasil identificados por este estudo

Aplicando a pré-análise (BARDIN, 1970) no *corpus* dos registros de casos, selecionamos, dentre os documentos encontrados por meio de buscas nos espaços da *web* (hemeroteca e sites) e em artigos científicos, aqueles que de fato se relacionavam a livros de literatura indicados para crianças entre zero e seis anos. Em seguida, o material foi explorado percorrendo as indicações da autora, isto é, de forma a permitir que a análise dos próprios textos indicasse “as ligações entre as diferentes variáveis” (BARDIN, 1970, p. 125), a partir do processo dedutivo e da construção de novas hipóteses.

Por abranger uma diversidade de formatos, os documentos de cada um dos casos foram analisados de forma individualizada, a partir das categorias estabelecidas no Capítulo 3 da fundamentação teórica: autor do ato de controle, instituição, caráter, forma e justificativa. Após avaliar individualmente os casos, organizamos os registros em ordem cronológica, agrupando-os segundo o período histórico e suas características políticas, sociais e econômicas da época, avaliando recorrências e divergências entre as categorias em cada um, com o objetivo de compreender melhor o contexto em que ocorreram os casos encontrados.

A divisão em grupos deu origem aos seguintes subtítulos: Primeiros livros, primeiras restrições (1850 - 1917), A era Lobatiana (1936 - 1942), O controle aos estrangeiros no Brasil (1944 - 1962), A negligência aos livros infantis na Ditadura (1972), O politicamente correto e os livros infantis (2006 - 2010), A onda conservadora na literatura infantil (2014 - 2018), Direitos humanos violados e a regulação (2017 - 2018), Os últimos cinco anos: perspectivas para o futuro (2018 - 2022).

Apresentaremos brevemente cada obra que integrou o corpus desta pesquisa. Iniciaremos por relatar como chegamos ao caso, em seguida uma breve síntese da narrativa, as consequências e a repercussão dentro do contexto.

5.1.1 Primeiros livros, primeiras restrições (1850 - 1917)

O primeiro caso deste período foi encontrado no artigo *Instrução e as províncias: Subsídios para a história da educação no Brasil* (MOACYR, 1939), encontrado em um texto publicado por Zilberman (2016). Segundo a pesquisadora, escolas da Corte do Rio de Janeiro, em 1850, retiraram o livro *Fábulas de Esopo*¹¹ [620 a.C.- 564 a.C.]/(2013), das salas de aula e o substituíram por *Thesouro dos meninos*, de Pierre Louis Blanchard [1809]/(1851) (Figura 1).

Figura 5 – Recorte do jornal *O Correio da Tarde* - 1851

Éra geral em 1830 nas escholas da côrte a leitura das *Fabulas de Esopo*, que foram substituidas pelo *Thesouro de Meninos*, e finalmente pelo *Simão de Nantua* de Jussieu. Concorde em que qualquer destes dous ultimos livros conteem lições de moral a mais pura ; mas não sei se é um apego ás reminiscencias da infancia, se é a fidelidade ás primeiras emoções, ou uma convicção bem formulada, que me faz dar preferencia ao livro do escravo philosopho. O que é verdade é que as boas fabulas são muito recommendaveis ; em quanto os outros livros se esforçam por demonstrar um facto, as fabulas ensinam um principio, e tanto mais seguramente quando o menino é doutrinado, sem o perceber, por meio de um exemplo trivial, de que elle vae por si mesmo tirar a conclusão, que vem a ser uma maxima para a vida.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/616028/4448.png>

¹¹ Esopo foi um escravo grego que viveu em meados de 600 a.C.. O autor reuniu pequenas histórias curtas, com personagens animais antropomorfizados, acompanhadas de lições de moral, acrescentadas aos finais das narrativas, dando origem ao gênero fábula.

A censura foi justificada pelo fato de que a segunda obra era pautada no moralismo, na instrução e com uma clara finalidade educativa, enquanto a primeira não se adequava a esses aspectos. O livro é narrado em três partes: moral, virtude e civilidade, partes que atendiam aos preceitos de formação de “bons costumes” pretendidos pelos censores.

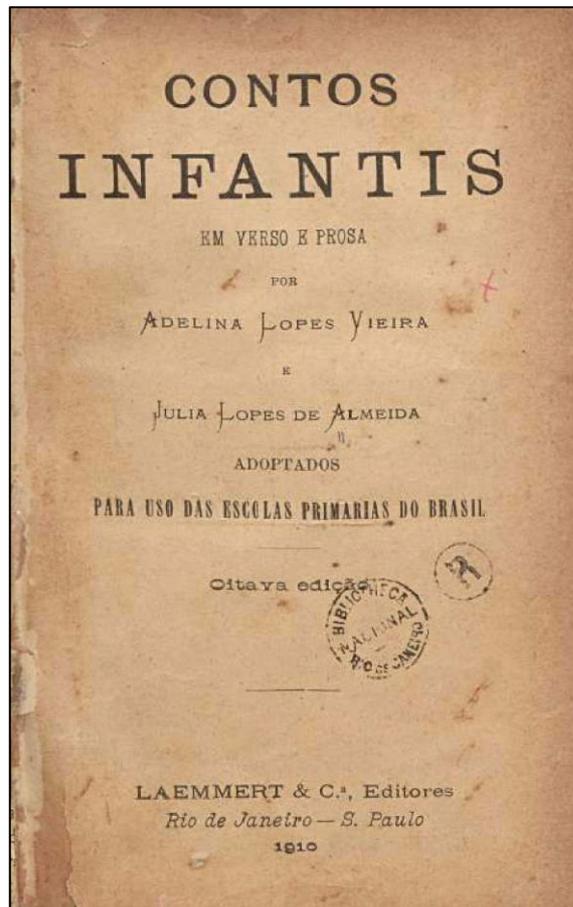
História de Simão de Nantua, de Laurent Jussieu [1818]/(1867), foi outra alternativa às fábulas, pois apresentava lições de moral, aspecto que as fábulas não contemplavam de acordo com os censores. São pequenas histórias de um viajante, vendedor de mercadorias, virtuoso, solidário e bem comportado, que buscam disseminar a moral.

Em buscas realizadas na Hemeroteca Digital, encontramos que, em 1851, o jornalista Francisco Otaviano publicou no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, uma nota contrária à censura das fábulas, que dizia:

O que é verdade é que as boas fábulas são muito recomendáveis; enquanto os outros livros se esforçam por demonstrar um fato, as fábulas ensinam um princípio, e tanto mais seguramente quanto o menino é doutrinado, sem o perceber por meio de um exemplo trivial de que ele vai por si mesmo tirar a conclusão que vem a ser uma máxima para a vida. (BNDigital, O Correio da Tarde, 1851).

Nesse caso, chama atenção o fato de a oposição à censura ocorrer não por uma crítica à restrição que ela acomete, mas por acreditar-se que, apesar de as fábulas atenderem aos mesmos propósitos pretendidos pelos censores, de formação de caráter, elas o fariam de forma mais sutil e, portanto, menos eficiente, do que os outros livros indicados. Os livros *Thesouro dos meninos* e *História de Simão* se tornaram populares nas províncias, sendo adotados em várias partes do Brasil (LIMA; BARBOSA, 2009).

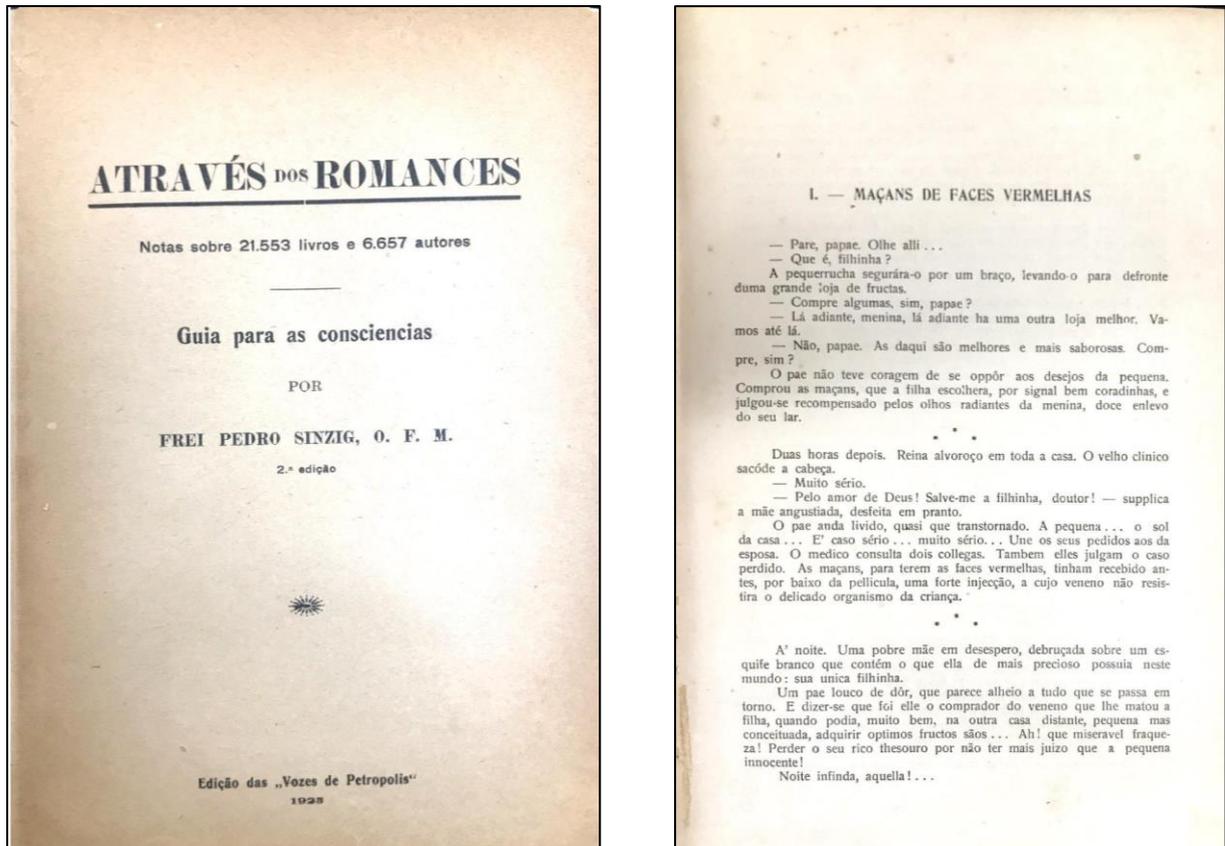
O segundo caso foi encontrado no livro *A voz do veto* (PAIVA, 1997). A autora recupera o controle acometido à obra *Contos infantis*, de Adelina Lopes Vieira [1886]/(1913). O livro escrito com colaborações da autora Júlia Lopes Almeida, é composto por 58 contos, sendo 31 em verso e 27 em prosa, todos destinados ao público infantil.

Figura 6 – Capa do livro *Contos infantis*

Fonte: <http://blij.bn.gov.br/blij/handle/20.500.12156.7/7>

Como indicam no prólogo da 2ª edição, para as autoras “Os Contos Infantis são produções singellas em que procurámos fazer sentir aos pequeninos paixões boas, levando-os com amenidade de história a história” (VIEIRA; ALMEIDA, 1915).

Segundo Paiva (1997), o ato ocorreu pelas mãos do Frei Pedro Sinzig, que publicou, na obra *Através dos romances: um guia para as consciências* (1915), uma lista com sua opinião sobre 21.553 livros. A edição da obra de 1923 foi encontrada na Biblioteca Central da UFMG e consultada diretamente. O autor expressiu notas indicando ou contra indicando cada livro, e ainda justifica seu trabalho como uma forma de auxílio aos maridos e aos pais para selecionarem obras adequadas, quando não pudessem ler previamente, para suas “inocentes” filhas e esposas. Na lista de indicações e em alguns títulos, o autor acrescenta pequenas notas. Como se pode observar em “*Contos dos irmãos Grimm*”, Sinzig elogia os contos e estabelece que sua leitura pode ser realizada junto às crianças “O encanto de todas as crianças. Podem ser dados, sem susto, a todos” (SINZIG, 1923, p. 365).

Figura 7 – Páginas do livro *Através dos romances*

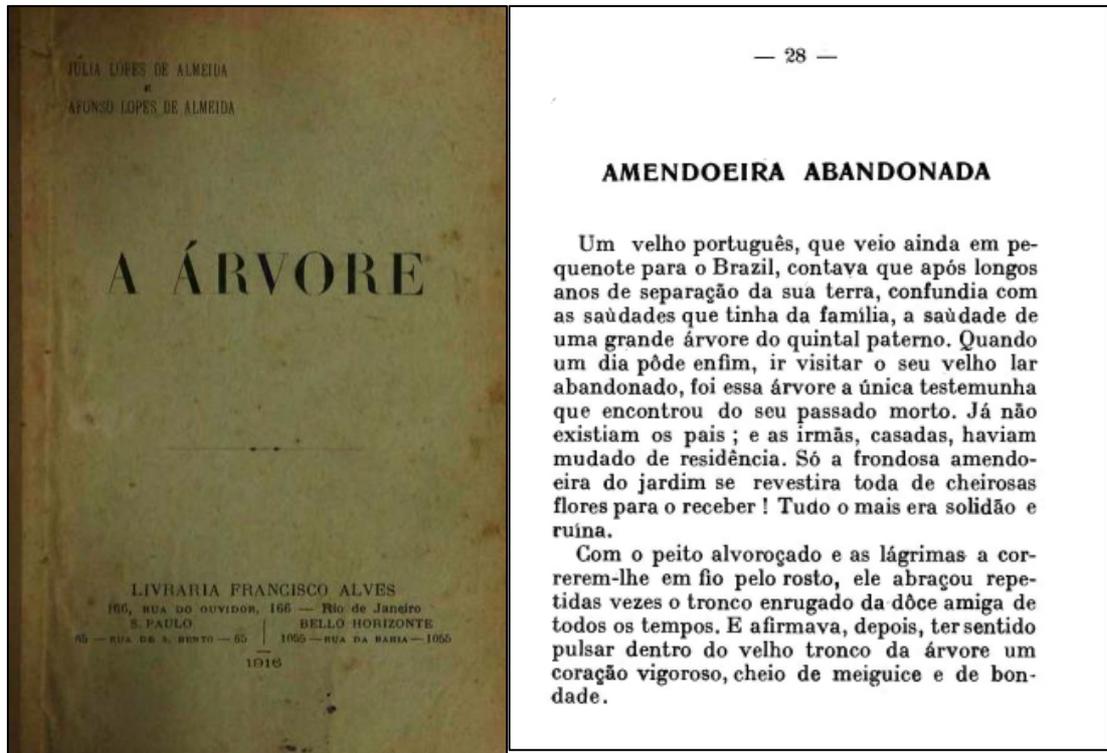
Fonte: Sinzig (1923).

Sobre *Contos Infantis*, Sinzig afirma que:

Fala de Deus como duma coisa poética, que dá mais encanto ao verso, mais sentimento à prosa. A mãe diz à filha que Deus a fizera. A filha responde: 'Custa-me acreditar que Deus tivesse jeito para fazer uma mãe tão boa como és'. Quando a mãe lhe ensina o Padre Nosso e chega ao 'Pão nosso de cada dia', a filha pede a Deus pão com manteiga. São pequenas coisas que principiam a transtornar o espírito da criança. (SINZIG, 1923, p. 482)

Neste caso, o agente foi o Frei Pedro Sinzig que, como representante da Igreja Católica, configura a instituição como religiosa e o caráter se caracteriza como religioso.

O terceiro caso foi encontrado por meio das buscas na Hemeroteca digital, ao pesquisar o termo "contos infantis" em jornais registrados na plataforma no período entre 1900 e 1919, datas estabelecidas pelas delimitações da própria plataforma. Publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no dia 6 de janeiro de 1917, a matéria *Uma árvore que vai frondejar...* promovia o controle do livro *A árvore*, de Júlia Lopes de Almeida e Afonso Lopes de Almeida.

Figura 8 – Capa do livro *A árvore*Figura 9 – Página do livro *A árvore*

Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1233>

Na seção “Livros escolares”, o jornalista Carlos Eduardo, antes de tecer sua crítica ao livro *A árvore*, afirma que o fará respeitosamente e dentro de certos limites, tendo em vista que a autora é uma mulher. O jornalista afirma que a obra é subversiva por ser econômica, controversa e tediosa para as crianças:

Eu quero crer que num livro de contos infantis deveria haver lugar de espaço a espaço, para uma história que fizesse a apologia da árvore e da árvore contasse alguma noção útil e verdadeira. Mas, neste livro da Senhora D. Júlia Lopes e do Sr. Affonso Lopes não houve methodo e nem cuidado, nem foram evitados excessos. O efeito no espirito infantil é contraproducente, pois que, depois da xaropada, elle deve detestar essas árvores que têm coração e andam a disputar o logar da manteiga e da banha no mercado. Muita coisa é incomprehensivel à intelligencia da criança, outras são insupportáveis pela somma de banalidades (GAZETA DE NOTICIAS, 1917).

A natureza desse ato de controle, promovido por uma instituição midiática, pode ser classificado como ideológico por fazer referência tanto à concepção de uma criança incapaz de interpretar quanto pelas referências à subversão.

Figura 10 – Jornal Gazeta de Notícias



Fonte:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22contos%20infantis%22&pagfis=39893

5.1.2 A era Lobatiana¹²

Dados de 1936 a 1942, os próximos casos de controle ocorreram durante a Era Vargas, revelando uma relação conflitante entre as obras de Monteiro Lobato e o regime político. Lobato chegou a ser preso em 1941 por delito contra a segurança nacional após enviar uma carta ao presidente indicando sua posição favorável à venda do petróleo para o exterior (AZEVEDO, 1997).

Os cinco casos descritos a seguir foram encontrados no artigo *Caça às bruxas: Lobato na mira da censura* (DEBUS, 2001), e dizem respeito às obras de Monteiro Lobato, autor conhecido como pai da literatura infantil brasileira. A partir do artigo, buscamos as publicações na hemeroteca digital com o objetivo de alcançar a fonte original e consequentemente obter mais detalhes dos casos.

Segundo Debus (2001), o primeiro destes casos foi registrado pelo semanário católico do Rio de Janeiro, *A União*. Pesquisando na Hemeroteca digital a fim de encontrar a censura diretamente na sua fonte, encontramos também outros registros sobre as obras do autor. Na edição de maio de 1921, uma nota afirmou:

¹² Apesar de as obras de Lobato serem alvo de cerceamentos também no século XXI, tendo em vista o caráter das mesmas, consideramos mais adequado tratar esses casos mais recentes no item 5.1.5, o politicamente correto chega aos livros infantis, que abordará o controle em tempos atuais e que é marcado pelas lutas contra as discriminações de grupos minoritários.

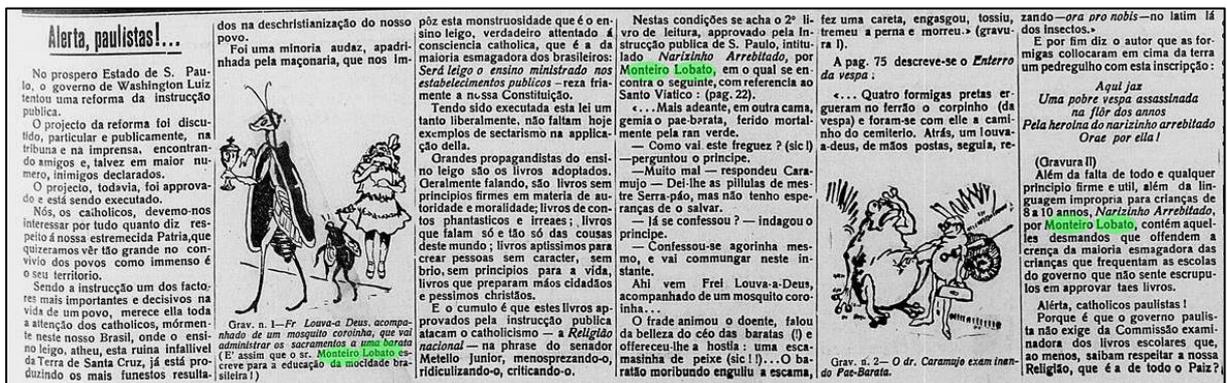
O conhecido literato paulista sr. Monteiro Lobato, escreveu um livro intitulado <A menina do narizinho arrebitado> propriamente para crianças. É um livro de estylo americano, mas cheio do veneno da descrença; ridiculiza padres e freiras - o que é mais grave - blasphema contra o Santíssimo Sacramento do Altar. Seja a tal livro, em cada lar catholico, impedida a entrada! (A UNIÃO, 1921).

Como apresentado no Capítulo 2, o livro, *A menina do narizinho arrebitado* (Figura 2), foi a primeira obra infantil publicada por Monteiro Lobato e narra a história de Lúcia, uma menina órfã que vive com seu primo no sítio da Avó, aprontando e se divertindo com sua boneca Emília e outros amigos.

O agente foi o jornal católico *A União*, parte de uma instituição religiosa. Apesar de ser um jornal, o formato e o objetivo o enquadram nesta instituição e não na midiática. O caráter também foi religioso e a forma se configura como censura.

Também encontramos na Hemeroteca outra matéria publicada pelo mesmo jornal em junho de 1921, também recriminam a obra *A menina do narizinho arrebitado*. Segundo o artigo *Alerta paulistas!...*, é levantada a preocupação em relação ao ensino leigo: “esta monstruosidade que é o ensino leigo, verdadeiro attentado à consciência catholica, que é da maioria esmagadora dos brasileiros” (A UNIÃO, 1921).

Figura 11 – Recorte do jornal *A União*



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/799670/4208>

Os autores da matéria ainda fazem uso de imagens e trechos do livro para justificar a retirada das obras das escolas:

Além da falta de todo e qualquer princípio firme e útil, além da linguagem impropria para crianças de 8 a 10 anos, *Narizinho arrebitado*, por Monteiro Lobato, contém aqueles desmandos que offendem a crença da maioria esmagadora das crianças que frequentam as escolas do governo que não sente escrupulos em aprovar taes livros. Alerta, catholicos paulistas! Porque é que o governo paulista não exige da Comissão examinadora de livros

escolares que, ao menos, saibam respeitar a nossa Religião, que é a de todo o Paiz (A UNIÃO, 1921).

Mais uma vez o agente foi o jornal católico *A União*, parte da instituição religiosa, pelo caráter religioso.

Já em 1936, a Associação de Professores Católicos de Diamantina redigiu um documento, assinado pelos padres Antônio Cecílio e José Avelar, destinado ao arcebispo D. Serafim Gomes Jardim, exigindo a proibição de alguns livros de Monteiro Lobato naquela arquidiocese, pois apresentavam “uma orientação que absolutamente não satisfaz à consciência cristã da juventude brasileira” (DEBUS, 2001, p. 146). *Geografia de Dona Benta*, de 1935, *Histórias do mundo para crianças*, de 1933, e *Histórias das invenções*, de 1935, foram os livros citados no documento que afirmava também:

Além dos defeitos de pedagogia, que assinalaram os entendidos e que não são propriamente da nossa competência, sobretudo a frequência de palavras e expressões chulas (como: *o raio de governo*), os livros são eivados do começo ao fim do materialismo mais crasso e que é para lastimar são destinados às criancinhas, incapazes ainda de defender a sua fé. (A União, 1936 *apud* DEBUS, 2001, p. 147).

O Arcebispo respondeu o documento positivamente, e em 26 de setembro de 1936 aprovou “a retirada das mãos das crianças de livros tão perniciosos” (DEBUS, 2001). O ato, portanto, foi realizado pelo conjunto da Associação de Professores Católicos, os padres Antônio Cecílio e José Avelar e o Arcebispo D. Serafim, todos parte da instituição religiosa. Teve caráter religioso e a forma foi censura.

Indicado por Debus (2001), localizamos, em outro periódico, de março de 1936, o livro *Geografia da Dona Benta*, que sofreu cerceamento por meio de uma publicação do jornal Diário da Noite - Rio de Janeiro, em uma matéria intitulada *O Brasil insultado por brasileiros (1936)*.

Figura 12 - Jornal *Diário da Noite*

O BRASIL INSULTADO POR BRASILEIROS

Em regra, é uma calamidade a literatura infantil, brasileira. Livros dos mais inconvenientes são entregues às crianças ingenuas, com idéas dissolventes, imagens improprias, conceitos amorais.

Muitos autores confundem, de maneira alarmante, os métodos pedagógicos, e, visando certos objectivos, conduzem tudo a resultados vis, insalváveis.

Outros, transpõem para as histórias, destinadas a criança, toda a ironia e malícia que repletam nos seus trabalhos literários.

Este é o caso do sr. Monteiro Lobato, por exemplo. Não se pôde deixar de lamentar que um escriptor de tanto talento, ultimamente, consagrado à produção de livros para crianças, também se deixe irreflectidamente arrastar para esse terrível trabalho de envenenamento da alma infantil.

A "GEOGRAPHIA DE DONA BENTA"

Mais condemnável ainda é a acção da empresa editora que lança no paiz inteiro, como uma provocação e um escarneo, estes livros.

A Companhia Editora Nacional acaba de publicar, na collecção que, por ironia, se chama Bibliotheca Pedagogica Brasileira, a "Geographia de Dona Benta", livro separatista, criminosamente collocado nas mãos das crianças brasileiras.

Nessa obra inecrivível, encontramos dialogos como este:

— "E estou vendo também dois trens em marcha, um que vem do Rio, e outro que vem de S. Paulo... — Então feche os olhos antes que se choquem. Essa estrada divertirse todos os dias em brincar de choque de trens. É federal..."

MATTO GROSSO, QUINTAL DE S. PAULO

Mais adiante, o espirito separa-

tista, que anima todo o livro, se denuncia claramente: "S. Paulo é um pequeno paiz, capaz de viver por si mesmo, bastando-se em tudo a si proprio. Matto Grosso, que fica lá atrás, não passa de uma dependência d'elle, especie de fundo de quintal."

Não é só isso. Leia e passem: "O verdadeiro S. Paulo compõe-se de S. Paulo, Paraná e Matto Grosso."

Esse livro faz parte da Bibliotheca Pedagogica Brasileira, é aconselhada sua adopção nas escolas, através da imprensa e até do radio-educativo.

A respeito da capital da Republica, a "Geographia de Dona Benta" não occulta sua belleza natural, que diz ser unica no mundo... por acaso.

A obra do homem, que não é aqui melhor do que a da natureza, não merece a menor referencia.

O Estado do Rio, é uma tapera, cheia de sapé e de saúvas.

Minas "fala fino", só sabe negociar animaes e fazer politica.

Bella Horizonte é uma cidade "que dá somno na gente" e só serve para "os que soffrem dos pulmões".

A capital mineira "não possui industria nem mostra movimento".

REPRESSÃO NECESSARIA

Está claro que não podemos transcrever aqui toda a "Geographia de Dona Benta."

Basta, como panno de amoltra, o que ahí fica. A Companhia Editora Nacional, que lançou esse livro para crianças, deve ser cohimida pelo governo, a retirada immediatamente da circulação.

Muitas professoras dedicadas costumam arrancar, nas escolas, varias paginas de livros perniciosos, que a inconsciencia dos nossos falsos technicos em materia de ensino e de educação mandam adoptar.

Em relação, porém, ao do sr. Monteiro Lobato, seria necessario suprimir o Brasil de sua espantosa geographia para crianças. Enquanto nelle são elevados, exaltados, engrandecidos todos os paizes, só a Brasil é reprimido e achincalhado pelo espirito separatista que a inspira.

Chamamos para esse livro a attenção dos nossos chefes militares, da sociedade das escolas de guerra, dos patriotas, das associações civicas. Elle é um symptoma alarmante de desagregação subterranea do Brasil.

3ª EDIÇÃO

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/25978

A matéria apresentou uma preocupação acerca da ingenuidade das crianças em relação aos temas "impróprios e imorais" presentes nos livros de Monteiro Lobato, mais especificamente, *Geografia da Dona Benta*, 1935. Em relação ao autor, publicouse: "Não se pode deixar de lamentar que um escriptor de tanto talento, ultimamente, consagrado a produção de livros para criança, também se deixe irreflectidamente arrastar para esse terrível trabalho de envenenamento da alma infantil" (DIÁRIO DA NOITE, 1936).

Sobre o livro, a matéria aponta sua impropriedade por causa do seu cunho separatista e exemplifica reproduzindo alguns trechos, como por exemplo: "S. Paulo é um pequeno paiz, capaz de viver por si mesmo, bastando-se em tudo a si proprio. Matto Grosso, que fica lá atrás, não passa de uma dependência d'elle, espécie de fundo de quintal" (DIÁRIO DA NOITE, 1936).

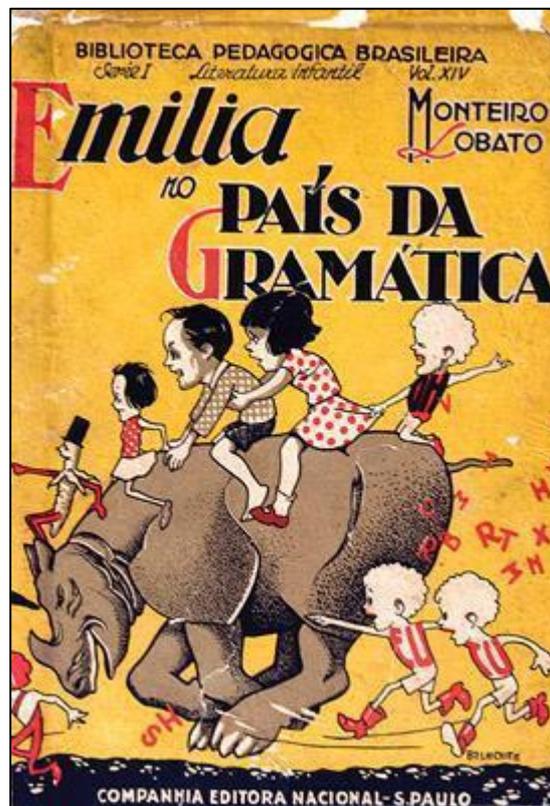
Por fim, a matéria ainda pede a retirada do livro pela editora: "A Companhia Editora Nacional, que lançou esse livro para crianças, deve ser cohimida pelo governo,

a retira-lo imediatamente da circulação [...]. Elle é um symptomma alarmante da desagregação subterranea do Brasil” (DIÁRIO DA NOITE, 1936).

O ato aconteceu pelo jornal Diário da Noite, parte da instituição midiática, pelo caráter de ideologia.

Já o livro *Emília no país da gramática*, foi cerceado em 1939, cinco anos depois do seu lançamento, quando foi proposta a adoção do livro nas escolas públicas de São Paulo, como relata Albieri (2005). No entanto, houve uma repressão de alguns órgãos públicos para tal adoção.

Figura 13 – Capa do livro *Emília no país da gramática*



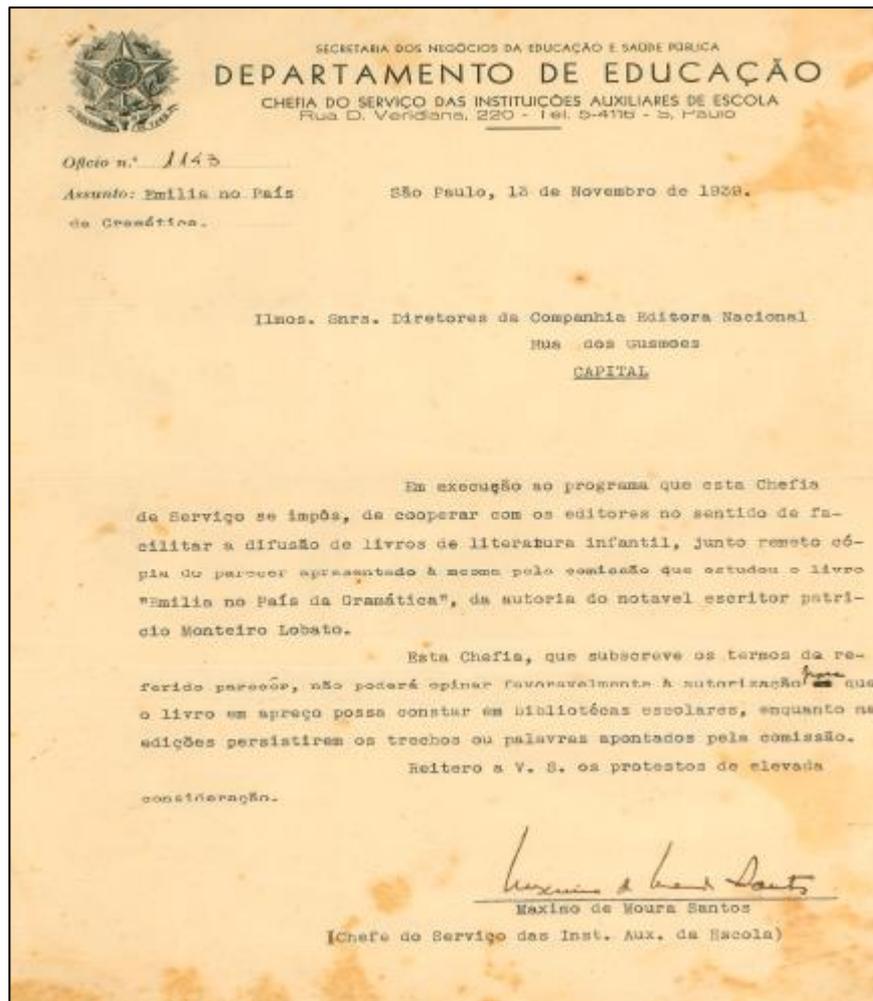
Fonte: Lobato (1934).

Segundo Albieri (2005), a Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação, da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, representada por Máximo Moura Santos, publicou um parecer (SANTOS, 1939) à Companhia Editora Nacional informando que a obra não seria aprovada para adoção “enquanto nas edições persistirem trechos ou palavras apontados pela comissão”. Tais trechos e palavras não são mencionados no parecer e não foram encontrados em outros documentos. Tende-se a acreditar que são trechos que revelam falas que não correspondem a uma criança controlada, como

por exemplo: “Maçada, vovó. Basta que eu tenha de lidar com essa caceteação lá na escola”. (p. 5).

O ato ocorreu por representantes do Estado, configurando a instituição como governamental. Define-se o caráter como ideologia, ao defender uma postura contra a inclusão de grupos falantes da norma não padrão.

Figura 14 – Parecer do Departamento de Educação de São Paulo - 1939.



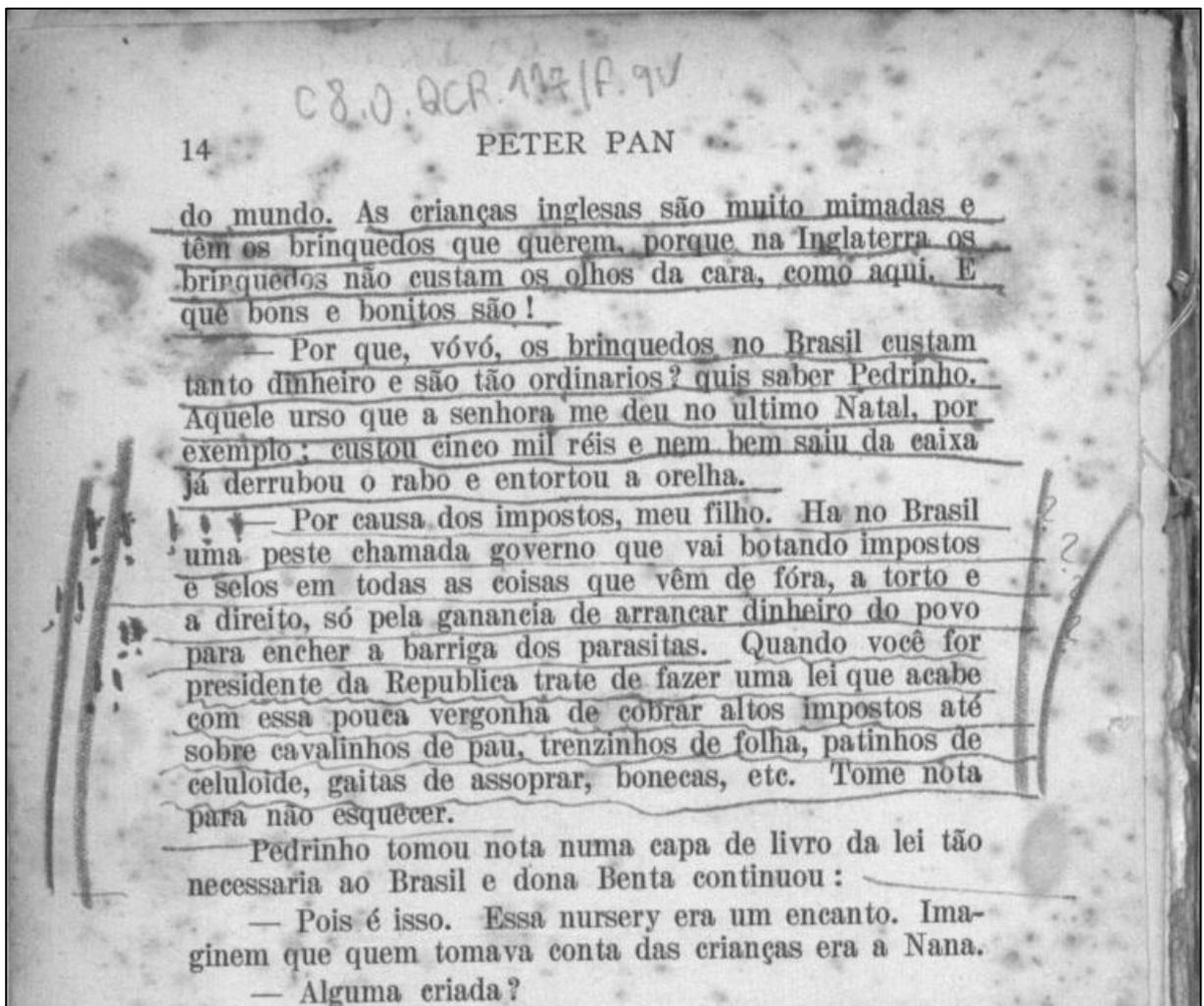
Fonte: CEDAE/IEL/Unicamp (1939).

Em 1941, outro caso relatado por Debus (2001) aconteceu com a obra *Peter Pan*, que traz adaptação de Lobato à narrativa original de J. M. Barrie. As aventuras de Peter Pan são vividas dentro da perspectiva do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Neste caso, o procurador Clovis Kruehl de Moraes enviou um parecer apresentado por Tupi Caldas, diretor da Recebedoria Federal do Ministério da Fazenda em São Paulo, protestando contra o conteúdo do livro, que prejudicava o espírito da criança em relação à mentalidade nacionalista. A obra com respectivas marcações e comentários

sobre os trechos considerados “perigosos” foi anexada ao parecer. Os documentos originais foram localizados no Acervo Público do Rio de Janeiro e recuperados digitalmente para esta pesquisa.

Segundo os autores do documento, há na narrativa um confronto “entre o tratamento de crianças na Inglaterra e no Brasil, onde se lhes incute a nossa inferioridade, desde o ambiente em que são colocadas até nos mimos que lhes dão”. (BR, RJANRIO, 2021).

Figura 15 – Página do livro *Peter Pan* de Monteiro Lobato com marcações de Tupy Caldas



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

O pedido foi acatado e o Ministro Barros Barreto¹³, presidente do Tribunal de Segurança Nacional, ordenou ao chefe de Polícia de São Paulo a apreensão e destruição dos livros à venda.

O ato, portanto, promovido por representantes do Estado, ocorreu pela instituição governamental, pelo caráter ideológico e político.

Na biografia de Lobato, organizada por Edgar Cavalheiro (1956), encontramos um caso que não ocorreu com uma obra específica do autor, mas toda sua produção. Em 1942, a freira e mestre do colégio Sacré Coeur de Jesus, no Rio de Janeiro, reuniu todos os livros que os alunos possuíam do Monteiro Lobato e os queimou no pátio da escola, alegando que estava seguindo preceitos canônicos. É imperioso observar que o ato de queimar livros chega a ser tradicional nos casos de censura. Em registros históricos presentes no livro de Baez (2004, p. 9), notam-se inúmeros casos de destruição de livros pela queima. Desde as primeiras civilizações, “os conquistadores atribuíam a queima da biblioteca do inimigo à consagração de sua vitória”.

O caso foi consumado pela freira dentro de uma instituição escolar de caráter religioso, ou seja, abrangendo os dois grupos. O caráter foi religioso.

5.1.3 O controle aos estrangeiros no Brasil

No livro *A Guerra dos gibis, a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos 1933-1964*, do jornalista Gonçalo Júnior (2011), encontramos dois casos datados de 1944 e 1950, respectivamente.

O primeiro caso abrange as histórias em quadrinhos em geral. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos publicou em três números da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, do ano de 1944, uma análise minuciosa acerca das revistas infantis e juvenis, popularmente conhecidas como quadrinhos. O estudo investigou

[...] tipos de caracteres, espaço entre linhas, larguras das colunas, nitidez da impressão, programa, frequência de assuntos, enredo das narrativas, ambientes de ação mais frequentes, atos e fatos principais, personagens, objetos constantes das gravuras, nacionalidade dos autores, exame da linguagem e estudo sobre as ilustrações (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1944, p. 404).

¹³ Frederico Barros Barreto foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, de 1939 a 1951, a convite do presidente Getúlio Vargas.

A fim de exemplificar um dos critérios da pesquisa, observa-se o rigor em relação à língua padrão formal, sendo “adequada aos assuntos e à classe dos leitores habituais das publicações em exame” (p. 404).

Figura 16 – Quadro de análise da redação do texto verbal nas revistas infantis

REDAÇÃO	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Adequada.....	70	83	65	64	57	76	95	75	80
Inadequada.....	30	17	35	36	43	24	5	25	20
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1024/763>

Cada letra representa uma publicação analisada. Para a investigação, agruparam-se trechos da obra em dois grupos: redação adequada ou redação inadequada. Os trechos considerados inadequados, segundo o estudo, apresentavam “plebeísmos grosseiros”, “gírias absolutamente impróprias”, texto confuso, texto “excessivamente elevado por complexidade ou emprego de termos técnicos não explicados” ou por serem “excessivamente piegas”. Para exemplificar, o artigo reproduziu os trechos:

Exemplos de gíria:

"Foi sopa! Vamos agora ao castelo prender o ditador e dar um baile".

"Viva! Será que o escutei direito mesmo?... (I, 1, pg. 16).

Redação confusa:

"Os selos do correio são conhecidos como sendo as menores cauções empregadas no mundo, e constituem um bom emprego de dinheiro".

Redação elevada:

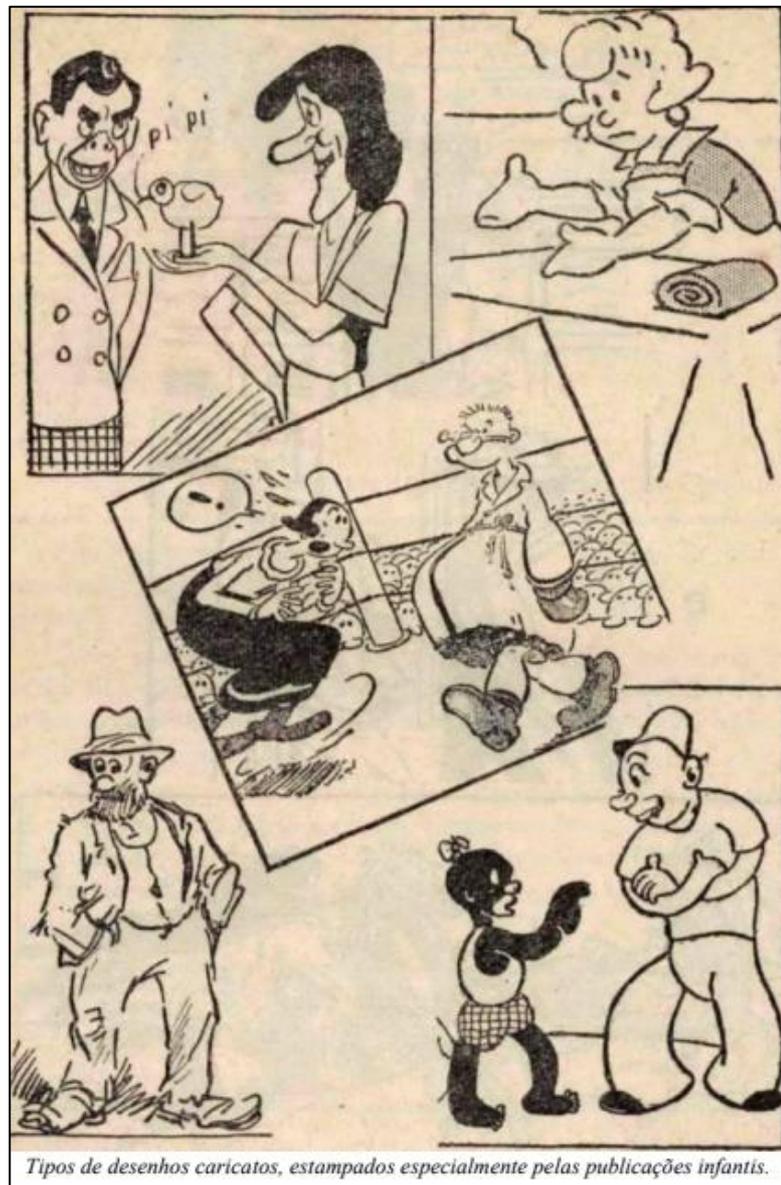
"As obras teatrais de Enrique Ibsen, dramaturgo norueguês do século XIX, foram as primeiras em ver a importância dos problemas sociais contemporâneos. Destarte, o "ibsenismo" significa análise psicológica das convenções sociais, feita em forma dramática". (E, 4 pg. 20).

A publicação apontava o prejuízo ao desempenho escolar das crianças, o estímulo à violência, além das consequências relacionadas à preguiça mental e à aversão aos livros. O ato de controle, portanto, foi autuado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, instituição governamental, com caráter ideológico, pela forma

censura, o que influenciou outras práticas censórias e uma grande preocupação acerca dos gibis e quadrinhos nas casas e nas escolas.

Um exemplo dessa influência é o próximo caso, também encontrado na publicação de Gonçalo Junior. Mais uma vez as histórias em quadrinhos são o alvo da censura. Em 1950, Lenyra Fraccaroli, Diretora Geral das bibliotecas infantis da cidade de São Paulo, exigiu o recolhimento de todos os gibis de super-heróis, alegando que tais publicações “deturpavam” os espíritos infantis e “despersonalizavam” as crianças.

Figura 17 – Exemplos de ilustrações em gibis



Fonte: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1024/763>.

O ato de controle ocorreu pelas mãos da bibliotecária representante de um órgão do Estado, configurando-a como instituição governamental. O caráter foi bons costumes/moralidade culminando no recolhimento das obras das bibliotecas de São Paulo.

O próximo caso foi encontrado no livro de Carneiro (2002), já citado nesta pesquisa, no qual a autora faz referência ao trabalho da historiadora Maria das Graças Ataíde Almeida (1997). Almeida em seu trabalho apresenta um caso de 1958, do livro *Tarzan o incrível*, de Edgar Rice Burroughs [1914]/(2014), um romance sobre a clássica história de um menino que é criado na selva.

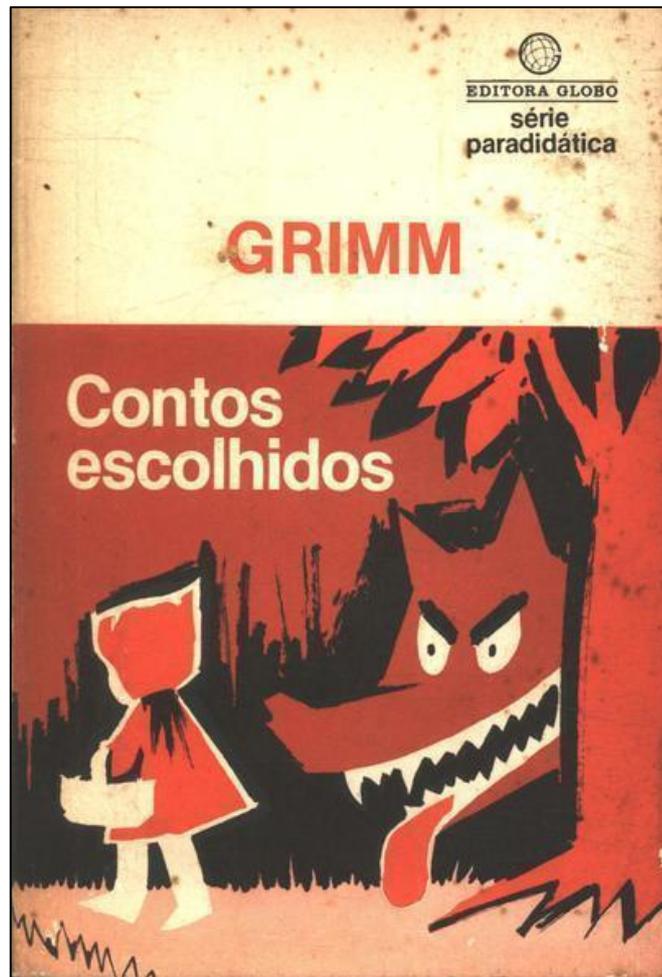
O controle da obra foi exercido por Agamenon Magalhães, durante o período que atuou como governador de Pernambuco, na Era Vargas. Durante a inventaria de Agamenon, em 1937, o livro *Tarzan* foi condenado por ser uma obra comunista. Essa conclusão se baseou na escolha lexical do livro, que, por exemplo, nomeava o personagem como “camarada”. Apesar de não ter provocado nenhuma medida de interdição do livro, o caso é um exemplo de como o “perigo vermelho” era difundido na época.

O ato de controle, portanto, foi promovido por Agamenon, em posição de representante do Estado, ou seja, pela instituição governamental. O caráter foi político.

O caso seguinte, encontrado na tese de Fromming (2014), também mencionada anteriormente, ocorreu com a obra dos irmãos Grimm, em 1963. O livro dos *Contos de Grimm*, traduzido por Stella Altenbernd e com xilogravuras de Roswitha Bitterlich Wingen, reuniu alguns contos dos autores alemães.

No texto introdutório, o livro apresentava a seguinte ponderação: apesar da intenção de ser fiel à obra original “esbarrou nos contos em dialetos”, o que impedia uma boa tradução. Isto é, argumenta-se que, pelo fato de a escrita original não ser na língua alemã tradicional, com a presença marcada por dialetos, não seria possível fazer uma tradução literal, havendo a necessidade de realizar muitas adaptações. Além da relação linguística, a publicação também recebeu um olhar cerceador para o conteúdo das histórias. A tradutora juntamente com a Editora Globo, pela qual o livro foi publicado dentro da *Série paradidática* denominada *Grimm: Contos escolhidos*, de 1963, eliminaram contos baseando-se no viés moral, excluíram contos originais considerados muito adultos. Um dos critérios de escolha pautou-se na possibilidade de utilizá-los didaticamente, pensando-os para o uso do livro em espaço escolar.

Figura 18 – Capa da obra dos irmãos Grimm



Fonte: Wingen (1963).

O ato de controle, portanto, aconteceu pela mão tanto da tradutora quanto da editora, partes da instituição editorial. O caráter foi moral.

5.1.4 A “negligência” aos livros infantis na Ditadura

Como vimos no Capítulo 2, segundo Moraes (2011), no período da Ditadura Militar as obras infantis passaram despercebidas pelos censores por serem consideradas materiais de menor importância intelectual. É provável que este fato seja responsável pela pequena quantidade de casos de censura a livros infantis encontrados neste período se comparados com os casos de censura em outras áreas da produção cultural que se tem notícia.

Apesar de não encontrar registros de controle na literatura infantil, nos períodos de 1960 a 1980, por meio de buscas na Hemeroteca Digital foram identificados outros registros interessantes que reafirmam o “desinteresse” da política de censura no

Regime Militar pelas publicações destinadas ao público infantil. Em 1968, quatro anos depois do Golpe Militar no Brasil, foi criada a FNLIJ.

Figura 19 – Recorte de *Jornal Literário* de 1968

Livro infantil na berlinda: fundação



O JORNAL

EUNICE CUNHA

Tudo indica que a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, recentemente instalada no Rio, virá a desenvolver, com proveitosos resultados, intensa atividade em benefício de um gênero literário demasiado gasto e desprestigiado entre nós. Foi-se o tempo dos Monteiro Lobato e ainda é um milagre exista por aí uma Lucia Machado de Almeida, por exemplo, tentando em escrever obras destinadas ao público da menoridade. As novas gerações estão pedindo coisas novas e diferentes para ler, não podendo contentar-se com o que atualmente lhe dão, como dieta intelectual — livros como que escritos noutra língua que não a sua, reflexos de uma mentalidade que não é a sua. Urge uma reformulação do problema da literatura infanto-juvenil e para isso faz-se necessária a cooperação de escritores, educadores, editores, artistas e livreiros, órgãos culturais do governo e empresas privadas. Que quer a Fundação? Está nos Estatutos: a) incrementar a produção do livro infantil e juvenil brasileiro, além de divulgá-lo e promovê-lo; b) promover estudos e pesquisas sobre todos os aspectos do livro infantil e juvenil, com o fim de favorecer a educação da criança; c) estimular o autor e o ilustrador de livros infantis e juvenis, mediante a instituição de prêmios, bolsas de estudo ou concursos de especialização; d) estimular a ampliação da rede de bibliotecas infantis e juvenis; e) colaborar na execução de programas bibliográficos e na organização de serviços de informação bibliográfica e documental referente à literatura in-

Jornal literário

n.º de abril da revista ilustrada "Tcheco-Eslavaquia".

ROMANCE — Em terceira edição *A Quadragesima Certa*, de José Geraldo Vieira (Ed. Martins). Um romance que, pelas suas dimensões e perspectivas, não tem similar na literatura brasileira, em cerca de 500 páginas ricas, um denso drama de episódios e cenas, de que participam dezenas de personagens em diferentes áreas da Europa. A sensibilidade, a capacidade de enredo e a própria fruição do grande escritor passaram por uma prova decisiva neste romance, que o crítico Wilson Martins considera, não apenas um ponto alto da ficção brasileira, mas "merecedor dum lugar entre as grandes obras de todas as literaturas".

ESTREIA — Caio Miranda, que é um mestre de logs, vai estrear no romance e dizem que de forma sensacional: com *A Grande Chama*, cujo lançamento festivo, em noite de autógrafos, está marcado para amanhã, na Meio Pataca (Praça General Osório). O autor afirma que fez uma inovação: os personagens aparecem, cumprem seu papel e somem, para dar lugar a outros.

NOVIDADES — A Editora Expressão e Cultura dando conta de sua programação de 68: *Phyby/O Espião que Enganou Todo o Mundo*, de Bruce Page, Phillip Knightley e David Leitch, *Seis Dias de uma Guerra Milenar*, de Randolph e Winston Churchill, *O Triângulo de 4 Lados*, romance de Jay Gilbert, *A grande Negociata*, romance de John Gerstine, e *O Calhambaque e os Gangsters*, livro infantil de Ian Fleming, na série "Chitty-Chitty".

AGENDA — Em prosseguimento ao curso "Controvérsia da Literatura Brasileira Contemporânea", José Paulo Moreira da Fonseca fará hoje, às 20 horas, no Colégio do Brasil (Rua Gaço Coutinho, 61) uma conferência sobre o tema: "O elemento social na literatura brasileira". — Intelectuais estão sendo convidados para a inauguração, hoje, às 21.30, da exposição de Ione Saldanha, na Galeria Bonino. — A Editora Tempo Brasileiro incorporou à sua Coleção Temas de Todo Tempo, novo livro de Salsa Cunha, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. — O último número de "Crônicas da Holanda", revista editada pelo Departamento Cultural e de Imprensa da Embaixada dos Países Baixos, é quase todo dedicado aos pintores holandeses. — A Embaixada da Tcheco-Eslavaquia está distribuindo o

Fonte: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pagfis=64887

A matéria apresenta a FNLIJ e a necessidade que crianças e jovens brasileiros apresentavam para uma produção contemporânea a época, afirmando a importância de "uma cooperação entre educadores, editores, artistas e livreiros". A partir da criação da FNLIJ, ocorrências sobre a literatura infantil se tornaram mais volumosas nos jornais e periódicos da época. Notícias sobre participação em eventos internacionais, premiações e exposições, se tornaram mais recorrentes através desta ampliação do espaço para pensar a literatura infantil.

Em entrevista para o *blog Esconderijos do Tempo*, datada do ano de 2018, Elisabeth Serra, secretária-geral da fundação fez declarações relevantes sobre o período da Ditadura:

São 50 anos da FNLIJ. Como era aquele Brasil de leitores crianças e jovens no início? O livro para a infância não tinha a menor importância. Como, em plena ditadura, se instala um projeto como esse, revolucionário, e ninguém dá atenção? (*os censores não se ocupavam dos livros para crianças na ditadura militar instalada em 1964*) Os livros de qualidade, levam, sim, as sementes para uma educação transformadora. Mas eles não olhavam para isso. E é aí que os artistas começam a produzir literatura como arte, sem preocupação com os fins pedagógicos ou de passar mensagem. Então aparecem livros como *O Rei de Quase Tudo*, de Eliardo França, *Flicts*, de Ziraldo, entre outras coisas. Em plena ditadura, eles conseguem driblar a censura, mas sem essa intenção. Dão voz aos sentimentos da população em um livro voltado para crianças. Então a gente começa a instalar essas bases. E isso se expande, vai acontecendo. **E, então, a Fundação nasce antes do que chamamos de “boom” da literatura para a infância, com o lançamento da Revista Recreio, lançada em 1969 pela Editora Abril. Qual foi o impacto da publicação?** Nessa época, a Ruth Rocha faz parte da fundação da Revista Recreio que começa a trazer histórias de Ziraldo, Ana Maria Machado, Joel Rufino dos Santos, Jorge Miguel entre outros. Os editores começam a perceber que a revista faz sucesso nas escolas e chamam os autores para fazer os livros. Década de 70, todo mundo sendo censurado, e eles conseguem furar sem essa intenção, repito. É uma questão mesmo de criação, de dar a voz a esse sentimento. (ESCONDERIJOS DO TEMPO, 2018).

Mais uma vez fica em evidência a relação de uma suposta proteção aos livros infantis diante da pouca importância a que eles eram direcionados, justificando a falta de casos encontrados por esta pesquisa.

O único caso de controle que registramos foi encontrado em uma matéria publicada no site da *revista Época* (GABRIEL, 2019) e ocorreu com o livro *O caneco de prata*, de João Carlos Marinho, de 1971. O livro narra a história de uma turma de amigos, do *Gordo*, que decide participar do campeonato de futebol. Repleto de ironia e próximo ao estilo *nonsense*, o livro revela personagens fortes e travessos, que enfrentam adversidades na tentativa de conquistar o título do campeonato.

Em 1972, a professora Maria Otilia Bocchini Trotta foi investigada pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), após pais do Colégio Rainha da Paz, de São Paulo, denunciarem a professora por usar o livro em sala de aula. Alegavam que o texto era inadequado às crianças, pois se tratava de uma publicação perniciosa, cujo texto era inútil do ponto de vista da análise literária e, ainda, provocava subversão da educação moral de suas filhas (TAMIZARI, 2018).

O ato de controle, promovido pelo DEOPS, ocorreu pela instituição governamental, pelo caráter de moral e os livros foram excluídos do acervo da escola.

5.1.5 O politicamente correto chega aos livros infantis

Segundo a historiadora Lili Schwarcz (2018), o termo politicamente correto, cunhado na década de 1990, se tornou um adjetivo no vocabulário popular para

[...] evitar o uso de certas linguagens ou ações consideradas excludentes ou que levam à marginalização, ou então que insultam grupos, de pessoas, entendidos como desfavorecidos ou discriminados, especialmente aqueles definidos por sexo, gênero ou raça.

Schwarcz também levanta outros pontos importantes ao definir o conceito, sobre a linha tênue entre a "brincadeira" e o discurso de ódio e a generalização/depreciação da correção aos termos.

Em 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Estado brasileiro, conduzida por Antônio Carlos Queiroz, produziu a cartilha *Politicamente correto e direitos humanos*, com o objetivo de indicar, na linguagem popular, termos preconceituosos e depreciativos a determinados grupos de pessoas. Na introdução da cartilha, o historiador Jaime Pinsky (2004) faz referência aos estereótipos e afirma que "Observar, estudar e agir respeitando as diferenças é o que se espera de cidadãos que acreditam na democracia e, de fato, lutam por um mundo mais justo (p.6)". Nesse sentido encontramos casos de controle a obras infantis nas quais os autores tinham como objetivo corrigir termos e expressões inadequadas que pudessem ferir direitos humanos.

Em março de 2006, Monica Weinberg publicou na Revista Veja a matéria intitulada *Será que funciona?* (WEINBERG, 2006), na qual apresentou reclamações de grupos de pais e professores em relação às letras das cantigas populares cantadas com as crianças. Cada uma das cantigas apresentadas na matéria foi criticada por um fator específico. A cantiga tradicional, "Atirei o pau no gato, por exemplo, foi acusada de incitar o sadismo e a violência, já que em sua letra apresenta um personagem batendo em um animal. *Boi da cara preta* foi considerada uma ameaça "horrorosa e mordaz", que assustava as crianças. *O cravo e a rosa* foi acusada de incitar a violência conjugal, ao narrar a briga de um casal. Diante desses casos apresentados na matéria da jornalista, observamos a influência que esse movimento pretendeu exercer no

cancioneiro popular e, inclusive, produzindo novas versões que alteravam o conteúdo das cantigas tradicionais, como ocorreu, por exemplo, com uma nova versão bastante conhecida, intitulada *Não atire o pau no gato*.

O caso foi exercido por pais e familiares que movimentaram suas opiniões até chamar a atenção da mídia. A instituição foi o grupo Família, que censurou pelo caráter moral.

O próximo caso dessa categoria ocorreu 68 anos depois do último caso registrado nesta pesquisa aos livros de Monteiro Lobato. Em 2010, foi publicado um parecer pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), orientando a Secretaria de Educação do Distrito Federal a não adoção do livro *Caçadas de Pedrinho* [1933].

Figuras 20 – Capa da obra *Caçadas de Pedrinho*



Fonte: Borges (2008).

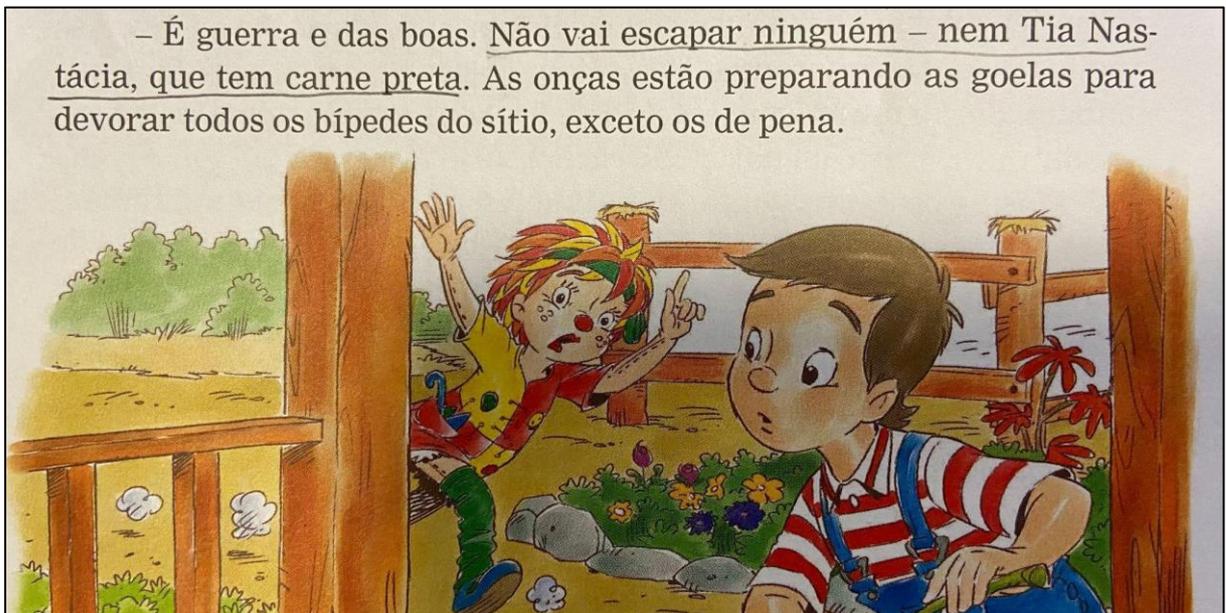
Antônio Gomes da Costa Neto, na época mestrando em Educação pela Universidade de Brasília - UnB, na linha de pesquisa em Educação das Relações Raciais, apresentou denúncia ao CNE, na qual o pesquisador apontou o caráter racista da obra ao afirmar que as falas direcionadas à personagem Tia Anastácia eram ofensivas e estereotipadas:

A crítica realizada pelo requerente foca de maneira mais específica a personagem feminina e negra Tia Anastácia e as referências aos personagens animais tais como urubu, macaco e feras africanas. Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano, que se repete em vários trechos do livro analisado. A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da

Constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância do trabalho com uma literatura antirracista na escola superando a adoção de obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas. (COSTA NETO, 2010, p. 2).

O Parecer CNE/CEB nº 15/2010, aprovado em setembro de 2010, concordou com as indagações propostas na denúncia. O documento afirma reconhecer a tradicionalidade do autor Monteiro Lobato e sua qualidade literária, mas sua adoção no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) apresentava-se incoerente ao romper um dos critérios de avaliação relacionado à ausência de preconceitos, estereótipos ou doutrinas.

Figura 21 – Trechos da obra *Caçadas de Pedrinho*



olhos esbugalhados procuravam inutilmente a salvação.

– Trepou no mastro! – gritou-lhe a Cléo.

Sim, era o único jeito – e Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão, pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros.

Foi a continha. A onçada toda já estava no terreiro.

A princípio as assaltantes não perceberam o truque inventado por Pedrinho para lográ-las. Os animais de quatro pés raro olham para o alto e como os pernaltas guardassem o mais absoluto silêncio as onças não os viram lá em cima de seus esqueques. Entraram pela casa adentro em pro-

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2022).

O documento gerou grandes polêmicas na imprensa, nas redes sociais e entre especialistas da área da literatura e dos movimentos antirracistas. O Ministério da Educação então devolveu o parecer protocolado para reexame. Conseqüentemente, em junho de 2011, foi publicado e aprovado um novo Parecer CNE/CEB nº 6/2011, no qual a mesma relatora procurou esclarecer que o parecer anterior não tratava do veto à obra, mas da inclusão, no livro, de orientação às escolas, aos educadores e aos sistemas de ensino de como tratar o tema de maneira a problematizar os trechos do livro que expressavam preconceito. Dessa maneira, no novo parecer, a conselheira ratifica os critérios adotados pelo PNBE e apresenta orientações para que todos os materiais didáticos, literários e de apoio pedagógico, utilizados na Educação Básica, se harmonizem com as políticas públicas comprometidas com uma educação antirracista (COSTA NETO, 2011, p. 2). O parecer também recomendou à editora a inserção de um texto introdutório contextualizando o autor e a obra para informar a presença dos estereótipos racistas no livro.

Na edição do livro do ano de 2011, acompanhamos dois elementos adicionados à obra: uma linha do tempo da vida do autor, sinalizando o caminho percorrido por Lobato e, uma nota justificando que a caçada à onça presente na obra, , naquele ano de 1924, não provocava risco de extinção desses animais, que ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA. Apesar da edição ser datada após 2010, não foi acrescida a ela nenhum texto referente ao estereótipo e tratamento racista que o autor faz da personagem negra.

O caso foi protocolado pelo CNE, parte da instituição governamental. O caráter foi racista.

5.1.6 A onda conservadora na literatura infantil

O conservadorismo é um fenômeno ligado a processos históricos e contextos específicos. Nos últimos anos, segundo Ronaldo Almeida (2019), acompanhamos a ascensão do conservadorismo como resposta à onda progressista que cresceu por meio de reivindicações por mais direitos e por melhorias na vida do trabalhador brasileiro. O crescimento do discurso que expressa posições conservadoras e do número de apoiadores de pautas reacionárias resultou na eleição de um presidente de extrema direita, no Brasil, em 2018.

O termo ganhou mais espaço no debate público e revelou grande influência em diferentes setores da sociedade. Almeida (2019, p. 186) cita uma articulação da onda conservadora em quatro linhas principais: “economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante”.

Sobre a segunda linha mencionada pelo pesquisador, *moralmente reguladora*, acompanhamos sua influência nas mais diversas produções e expressões culturais. Em relação à literatura infantil não foi diferente.

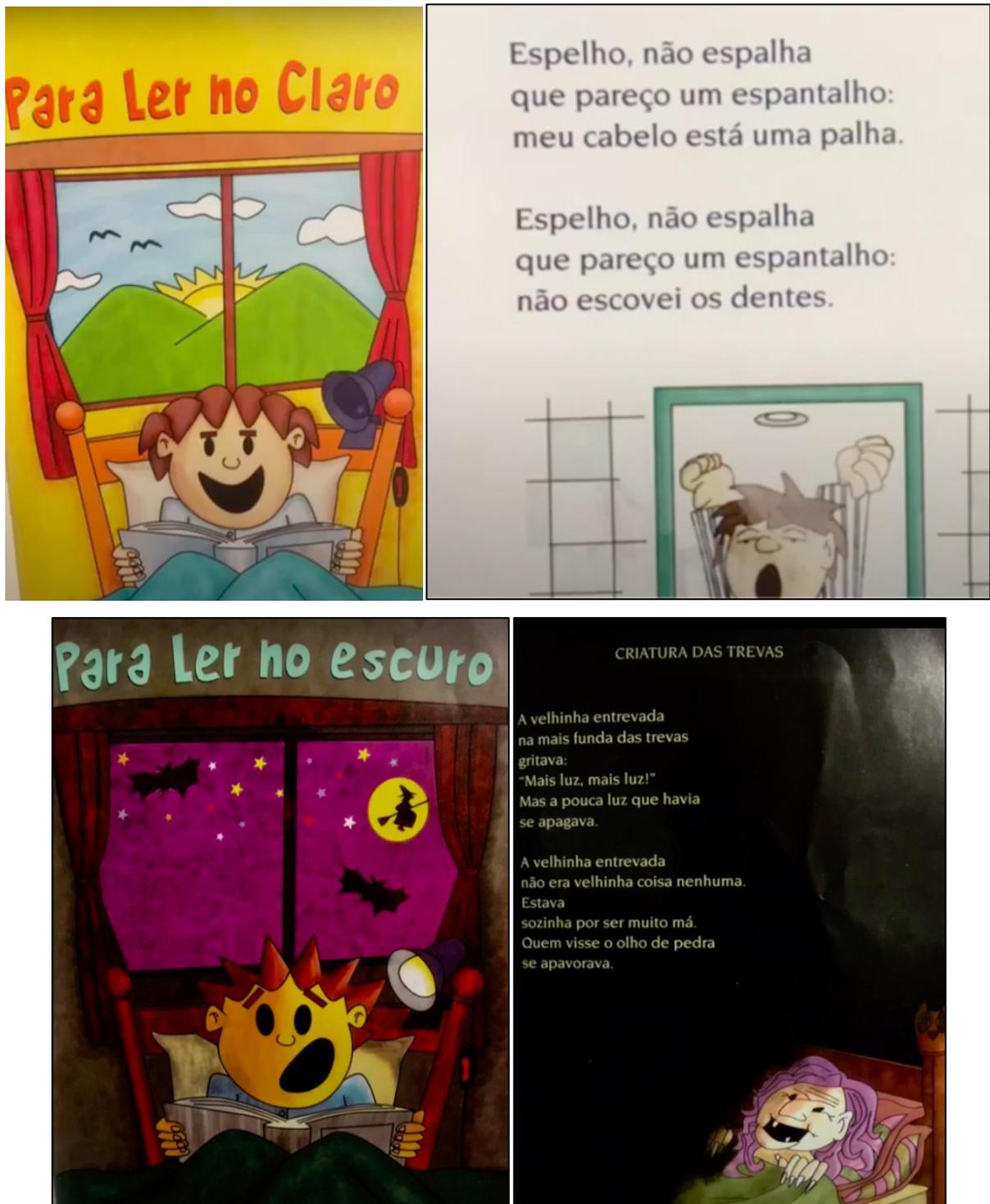
O primeiro caso de controle registrado neste grupo foi encontrado em uma matéria publicada *online* pelo Jornal de Brasília sobre o livro *A máquina de brincar*, de Paulo Betancur. O livro reúne 25 poemas que brincam com a imaginação das crianças, revelando os medos e os jogos dos pequenos. No dia 5 de julho de 2014, Janilda Prata publicou em seu *Facebook* uma crítica ao livro. A *youtuber* relata que sempre incentivou a leitura de suas filhas desde bebês, mas certo dia sua filha a chamou e mostrou o livro em questão o que a motivou a postar, em sua rede social, texto revelando sua indignação:

Um livro para criança que invoca o diabo para ser amigo da mesma, diz que Deus não aparece porque é covarde e pequenino e termina dizendo que o capeta venceu. Para mim é uma literatura totalmente imprópria. Não venha me dizer que isso é poesia. Isso, para mim, é pura heresia. Estou indignada por ter colocado algo assim na minha casa e nas mãos das minhas filhas. Que critério usar quando compro livros infantis? Vou ter que ler antes todas as páginas? Como algo assim pode ser liberado para publicação e considerado literatura infantil? (PRATA, 2014).

A repercussão da publicação foi intensa. Mais de 800 compartilhamentos e comentários que apontavam a periculosidade do livro, como por exemplo: “Terrível para a cabeça das criancinhas...”; “Uuu, queima esse livro querida, isso aí é uma oração para o demônio, o autor está querendo consagrar a vida dos filhos através dessas frases”; “Sinceramente um livro para rasgar e jogar fora, nada acrescenta”; “Mas eu não tô dizendo? Puro satanismo infiltrado para acabar com as crianças. Aposto que isso pode estar inserido em alguma escola”; “Como uma literatura dessa pode ser autorizada para comércio? Que tipos de literatura estão disponíveis para nossas crianças?”; “Todo cuidado do mundo quando comprar livros para as crianças, me desculpe o autor, mas esse livro é impróprio para crianças, NUNCA isso vai ser

literatura infantil, se você Paulo Bentancur acredita no diabo e não em Deus, guarde pra você”¹⁴.

Figura 22 – Páginas da obra *A máquina de brincar*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2022).

¹⁴ Estes comentários foram retirados da postagem no *Facebook* de Janilda Prata.

O livro é dividido em duas partes, uma “Para ler no claro”, com páginas brancas e poemas alegres, e a outra “Para ler no escuro”, com páginas pretas e poemas irônicos, sendo que alguns deles brincam com a figura do diabo. Em entrevista ao Jornal de Brasília, o autor declara: “As crianças de hoje são inteligentes, gostam de suspense, de figuras lendárias. E qual o problema de brincar com Deus e o diabo? Não faço apologia ao demônio, apenas brinco com o lado bom e o lado mau das coisas” (BETANCUR, 2014).

O ato ocorreu por Janilda Prata, representando a instituição familiar. O caráter pode ser classificado tanto moral quanto religioso, visto que a justificativa contempla ambos.

O próximo caso foi encontrado em uma matéria publicada pela Folha de São Paulo, *Bruxas, gnomos e seres mágicos de livros infantis entram na mira de religiosos* (MEIRELES, 2019) e não se direcionou a um livro específico, mas a uma temática. O caso aconteceu em uma escola particular católica de Porto Alegre, em 2015. Eliandro Rocha, escritor e bibliotecário da escola na época, informou que o diretor da instituição educativa ordenou a retirada de todos os livros com bruxas, gnomos ou vampiros. A justificativa dada pelo diretor, quando questionado, foi que esses seres não existiam, e, caso existissem, seriam inimigos da igreja. O bibliotecário conseguiu argumentar e impedir que os livros fossem excluídos da biblioteca, na condição de separá-los criando um acervo restrito às crianças, mas que ele mesmo informou que não proibiu ninguém de acessá-lo.

Classificamos o ato executado pelo diretor de uma escola particular católica de Porto Alegre, ou seja, da instituição Escolar, pelo caráter religioso.

Encontrado pela repercussão midiática, o próximo caso, de 2016, ocorreu com a obra *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant e Ana Maria Moura, livro que reúne versões de oito contos populares do repertório brasileiro.

A obra foi selecionada por pesquisadores do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da FaE/UFMG e distribuída pelo Programa de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em 2014. Um dos textos que compõe o livro, *A triste história de Eredegalda*, incomodou alguns pais e professores, que o consideraram inadequado para as crianças. O conto foi acusado de fazer apologia ao incesto. Com base em parecer técnico da Secretaria de Educação Básica, Mendonça Filho, Ministro da

Educação na época¹⁵, ordenou o recolhimento dos 93 mil exemplares distribuídos às escolas. A justificativa publicada no parecer informava que “as crianças no ciclo de alfabetização, por serem leitores em formação e com vivências limitadas, ainda não adquiriram autonomia, maturidade e senso crítico para problematizar determinados temas com alta densidade, como é o caso da história em questão” (BRASIL, 2017).

O CEALE publicou nota de repúdio à decisão do ministro apresentando e defendendo a obra. Na nota técnica, a professora e pesquisadora Aparecida Paiva (2017, p. 3) relata em treze pontos a importância e relevância do livro justificando sua seleção. Um dos pontos levantados pela relatora é o julgamento prévio “indevido construído por leitura equivocada do romance”. Além disso, Paiva explica que a acusação de o conto fazer apologia ao incesto é incorreta uma vez que, no enredo da história, o que ocorre é exatamente a negação dessa prática. Quando o rei deseja desposar a princesa, sua filha, ela não aceita e nega até a morte. Paiva (2017) ainda pontua que inclusive a Bíblia aborda diversos assuntos ainda mais complexos que o incesto, como o sequestro, o assassinato, a pedofilia, entre outros. A relatora termina a nota dizendo:

[...] é preciso reafirmar sempre que a literatura não faz o mundo ser como ele é, mas a nossa compreensão do mundo não pode prescindir da liberdade que a obra literária se vale para ilustrar a dimensão da condição humana. Por essa razão, não se pode aceitar que obras literárias como o livro *Enquanto o sono não vem* sirvam para reeditar práticas censórias de controle da leitura e da criação artística que deveriam ser apenas parte da memória histórica de nosso país. (PAIVA, 2017, p. 7).

O caso, executado pelo Ministério da Educação, foi promovido por uma instituição governamental. O caráter reuniu a moralidade e violência e ocorreu pela forma censura.

O próximo caso foi encontrado, mais uma vez, por repercussão midiática. Em 2016, Damares Alves¹⁶, em seu papel de pastora, posicionou-se contra a leitura de alguns livros durante uma pregação na Igreja Batista da Lagoinha de Belo Horizonte. No vídeo publicado pela página *Protetores da infância e família no Youtube*, a pastora afirma que “estão confundindo a fé das crianças” e que a educação laica só é aplicada a temas cristãos, impondo outras culturas e religiões nas escolas (PROTETORES DA

¹⁵ José Mendonça Filho foi Ministro da Educação de maio de 2016 a abril de 2018, durante o governo do Presidente Michel Temer.

¹⁶ Além de pastora, Damares foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no período de 2019 a 2022.

INFÂNCIA E FAMÍLIA, 2016). A seguir, apresentaremos os livros mencionados por Damares.

A primeira obra mencionada na pregação é *Eleguá*, de Carolina Cunha. A narrativa apresenta os orixás, mais precisamente Eleguá, o menor e mais poderoso, o orixá dos destinos. Damares acusa o livro de provocar confusão mental visto que, na Igreja Evangélica, foi Jeová quem construiu o mundo, entretanto, a narrativa do livro conta que foi Olorum. Nas palavras da então pastora: “o livrinho tem palavras de invocação à Ogum, as crianças tão tendo que decorar palavras de invocação ao Olorum para fazer prova. Isso é muito complicado, isso é uma confusão espiritual” (1min 37seg).

A segunda obra mencionada na pregação é o *Manual prático da bruxaria: em onze lições*, de Malcolm Bird. Damares admite o livro como instrucional e questiona se é adequado para crianças já que as ensina “como ser bruxa: Livros dos mais terríveis, [...] isso é livro pra dar à criança, irmãos? Olha só, ensina como ser bruxa e ensina como se vestir como bruxa, como fazer a comida de bruxa, ensina como fazer a vassoura-de-bruxa” (2min 51seg).

O terceiro livro, *A máquina de brincar*, de Paulo Betancur, já apresentado em outro caso de censura, também é citado pela pastora. Damares acusa o livro de fazer apologia ao diabo com suas poesias e questiona o papel das escolas que permite tal apologia, mas não permite falar sobre Deus (3min 23seg).

O quarto e o quinto livros citados na pregação são relacionados à diversidade de gênero e de organizações familiares. *O grande e maravilhoso livro das famílias*, de Ros Asquith, é acusado por Damares de ridicularizar a família tradicional, ilustrando-a como caipira e ‘horrorosa’, em comparação à família homoafetiva, bonita e ‘com roupa da moda’ (8min 54seg). Sobre *Bem-vindo à família*, de Mary Hoffman, a pastora diz:

O menino da família cristã, da família hétero apresentando os pais para outro menininho: “esse é o meu pai e minha mãe”. O outro fala: “este é meu pai e meu papai”. Ok, mas olha a carinha do menininho da família hétero, olha lá: carinha de bobo, de retardado. Tá vendo, num livro é caipira, no outro é bobo ou retardado, no outro é coisa do passado. Os livros estão falando que a família é coisa do passado. (PROTETORES DA INFÂNCIA E FAMÍLIA, 2016, 10min17seg).

Figura 23 – Capas dos livros mencionados por Damares Alves



Fonte: Cunha (2007); Bird (2000); Betancur (2005); Asquith (2011, 2013).

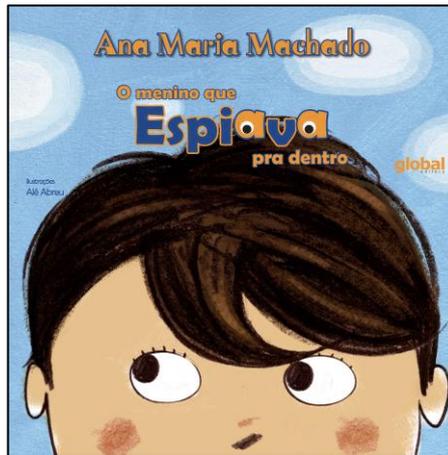
Damares, ao longo do discurso, repete diversas vezes que a infância está em perigo e que a escola é a responsável pela “confusão mental”. Apesar da pregação não acarretar censura direta aos livros, ela repercutiu como forma de controle dos livros pela sua influência no investimento, ou seja, na compra dos pais e das escolas.

O ato de controle às cinco obras foi exercido por Damares Alves no seu papel de pastora, portanto pela instituição Igreja. O caráter foi religioso.

O próximo caso foi encontrado a partir da repercussão do debate sobre a obra *O menino que espiava para dentro*, de Ana Maria Machado. O livro, apesar de ter sido publicado em 1983, só foi acusado de ser perigoso às crianças em 2018. A narrativa conta a história do menino Lucas que vive no mundo da imaginação. Em todas as suas brincadeiras, imagina-se vivendo grandes aventuras. Certo dia, ele compartilha com seu amigo imaginário, Tatá, a vontade de viver ali, brincando com ele para

sempre ou por 100 anos, como a Bela Adormecida, mas como na sua casa não havia roca para espetar o dedo, ele escolhe a versão da Branca de Neve, e diz que vai engasgar com uma maçã, tal como a princesa na versão dos irmãos Grimm. Lucas realiza seu plano e fica no mundo da imaginação por um tempo, até sua mãe acordá-lo com um beijo, despertando-o do sonho.

Figura 24 – Capa da obra *O menino que espiava para dentro*



Fonte: Abreu (2008).

As mensagens sobre a inadequação da história começaram com a circulação de um vídeo nas redes sociais, *Facebook* e *WhatsApp* principalmente, no qual Jordana, uma mãe de Goiânia, apresenta o livro e afirma que ele ensina as crianças a cometer suicídio. No vídeo, Jordana interpreta esse trecho como um incentivo e como uma instrução dada às crianças para engasgarem e cometerem suicídio, uma vez que o personagem argumenta que “apenas dessa forma ele pode viver onde e como quiser” (SOUSA, 2018, 3min 30seg).

Muitos pais concordaram com o argumento apresentado no vídeo e fizeram ataques à obra e à autora, exigindo a retirada do livro de circulação. A editora Global, a qual o livro está vinculado publicou uma carta em defesa da autora e do livro dizendo,

Esclarecemos que as referências à maçã e ao fuso são alusões às histórias da Branca de Neve ou da Bela Adormecida e constituem parte integrante do universo da história, sustentando o argumento de que imaginar pode ser muito bom, mas a realidade externa se impõe. Conversar com os outros (como a mãe) é fundamental, e a afetividade que nos faz felizes está ligada a seres vivos e reais. O livro foi publicado em 1983 e até o momento não havia despertado nada de negativo nessa área. Inclusive, trata-se de uma obra adotada em diversas escolas brasileiras. (CASARIN, 2018)

O livro não foi retirado de circulação, mas gerou grandes polêmicas entre os apoiadores da autora e os apoiadores da censura. Daisy Carias, *youtuber* de literatura, responsável pelo canal *A Cigarra e a Formiga*, publicou um vídeo em defesa do livro e da autora (A CIGARRA E A FORMIGA, 2019). Nos comentários, tanto da publicação no *Youtube* quanto da publicação no *Instagram*, é possível identificar frases como: “Crianças levam tudo ao pé da letra, não entendem figuras de linguagem”, “Sabe quais são os problemas do livro? São 'os gatilhos' ao suicídio - muito bem sugeridos, sutilmente sugeridos”, “Como assim? Fazer as coisas escondidas dos adultos? Como assim engasgar propositalmente? O imaginário do livro foi escrito por uma criança ou um adulto?”, entre tantas outras que exemplificam a concepção de criança que essas pessoas possuem e que sustentam os atos de censura.

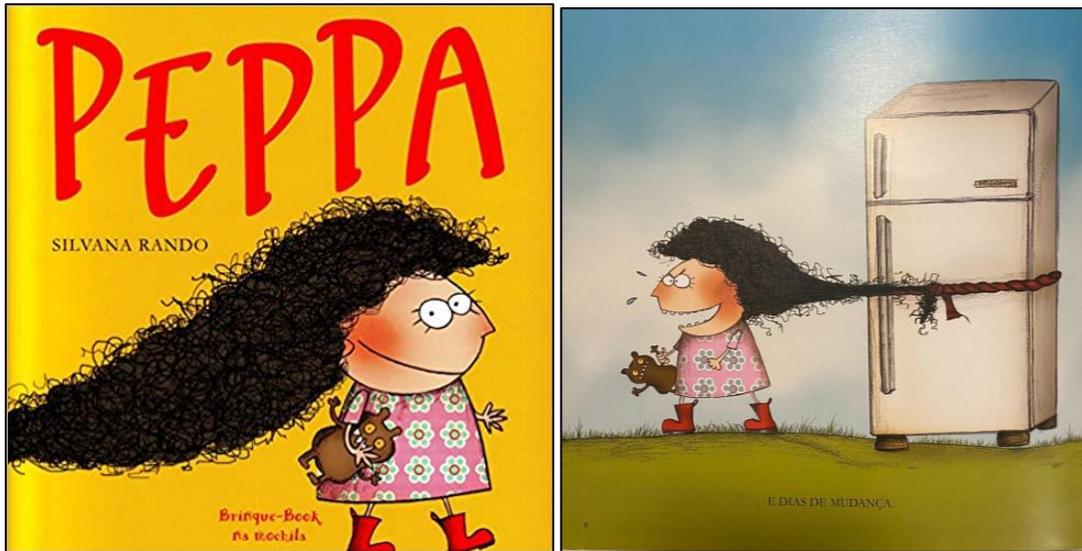
O ato de controle a esta obra ocorreu por Jordana, uma mãe representante da instituição Família. O caráter foi moral.

5.1.7 Direitos humanos violados?

Nos últimos anos, a discussão sobre o politicamente correto avançou e outras questões foram evidenciadas no debate sobre direitos humanos. Ainda que saibamos que controlar a linguagem não seja o suficiente para a superação de preconceitos, a forma de representação de determinados grupos sociais, ou, por outro lado, a ausência de representação desses mesmos grupos, passaram a ser observadas nas obras infantis.

O primeiro caso que exprime essa preocupação, encontrado por repercussão midiática, aconteceu com o livro *Peppa*, de Silvana Rando. O livro conta a história de Peppa, uma menina que enfrenta algumas dificuldades por conta do seu cabelo, “resistente como aço”, e decide alisá-lo. No entanto, se torna refém do novo cabelo e deixa de brincar e fazer as coisas que gostava para mantê-lo liso. A polêmica se iniciou em 2016, mas foi consumada em 2017 com o recolhimento das obras e o fim da sua publicação pela editora, a pedido da própria autora.

Figura 25 – Capa e página da obra *Peppa*



Fonte: Rando (2017).

A *youtuber* e militante do movimento negro, Ana Paula Xongani, publicou, em abril de 2016, um vídeo em seu canal criticando a obra devido seu caráter racista e estereotipado. Xongani conta que conheceu o livro quando foi à reunião de pais na creche de sua filha, em São Paulo, e ficou “horrorizada” e “preocupada” com os livros que estão sendo oferecidos nas escolas.

Imagina uma criança de cabelo crespo, imagina você de cabelo crespo, lendo esse livro. Você gostaria de ser a Peppa? E essa mãe de Peppa, que tem os cabelos lisos, como a autora, que reconhece na sua filha um cabelo que se corta com alicate, um cabelo duro demais pra cortar com a tesoura normal. Quem tem um cabelo forte o suficiente para puxar uma geladeira, ou duro o suficiente para fechar pacotes de biscoito. É um absurdo alguém tratar seus cabelos com ferramentas de marcenaria, e no final tem uma cabeleireira cansada, exausta. Que informação a gente tá passando pra essa criança, que seu cabelo de novo é difícil? Que seu cabelo de novo é ruim? Que seu cabelo é complicado de tratar? (XONGANI, 2016, 3min 43seg)

Encerrando o vídeo, Ana Paula convida as mães a visitar as escolas, perguntar se este livro faz parte do acervo das escolas, conversar com a direção e explicar que “este livro não é bacana e não está valorizando a autoestima da minha filha” (5min 22seg).

Em novembro de 2017, em uma publicação no *Facebook*, a autora do livro, Silvana Rando, se defendeu das acusações e explicou que,

O livro em questão fala da vaidade exagerada na infância de trocar a liberdade de ser criança pelos padrões de beleza. [...] Muita gente se ofendeu ao ver a interpretação da Xongani no vídeo. Uma pena... Em momento algum

quis ofender, ou comparar o cabelo da personagem aos cabelos cacheados, que considero de tamanha beleza. (RANDO, 2017).

A publicação foi apagada do perfil da autora, mas repostada no perfil do historiador Carlos Machado. Seis dias depois da publicação da autora no *Facebook*, a editora Brinque-book, editora responsável pela publicação da obra desde 2008, comunicou que o livro não faria mais parte do seu catálogo e que os livros seriam recolhidos das escolas e dos pontos de venda em todo Brasil. A autora explicou ainda que revisaram os comentários e opiniões sobre o livro e afirmou que “se existisse a chance de uma única criança se ofender com seu conteúdo, prefiro que o livro deixe de existir, pois só assim meu trabalho fará sentido.” (G1, 2017). Dessa forma, o livro foi retirado de circulação pela editora com validação da autora. Xongani reforçou a fala de Silvana Rando em, um segundo vídeo, publicado após a retirada dos livros declarou: “Para nós, é muito importante dar voz aos leitores e se, de alguma forma o conteúdo de nossos livros pode causar incômodo a uma criança, é melhor tirá-lo de circulação, pois esse não é e nunca será nosso objetivo.” (XONGANI, 2017, 4min 01seg).

A regulação foi impulsionada por Ana Paula Xongani, como representante do movimento negro. No entanto, o livro foi retirado de circulação pela editora em acordo com a autora. O caráter do ato foi racial.

O próximo caso foi encontrado a partir de um relato da editora Rosana Mont'alverne em uma palestra na IV Primavera Literária em Belo Horizonte, 2019. O livro “*Omo-Oba: Histórias de Princesas*”, de Kiusam de Oliveira, cerceado em março de 2018, apresenta recontos de mitos africanos, principalmente da tradição Ketu, que ressaltam as personagens mulheres. A Escola SESI Unidade Volta Redonda (RJ) do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) recebeu reclamações de familiares alunos a respeito do livro e, então, optou por substituí-lo. Em um *e-mail* da Coordenação Pedagógica para os pais, a escola afirma que os livros seriam substituídos, mas esclarecendo “que o título trata da cultura africana e que não tem cunho religioso.” (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018). A presidente da Câmara Mineira do Livro, Rosana Mont'Alverne Neto, publicou uma nota de repúdio à decisão da escola de substituir o livro e afirmou:

O que a escola não deve fazer é aceitar “questionamentos de alguns pais” sem se dar o trabalho de reuni-los, apresentar e mediar a obra, explicar a importância e a motivação pedagógica de sua adoção e esclarecer a firme

posição [...]. Não menos grave é o fato de que a opinião de “alguns pais” se sobreponha ao trabalho de especialistas – pedagogos, professores, bibliotecários – qualificados ao longo de anos de estudos e pesquisas. (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018).

O ato foi impulsionado pelas famílias, mas a escola foi quem conduziu a censura de forma institucionalizada. O caráter foi racista/religioso.

Os dois casos mencionados acima revelam temas vinculados às questões raciais, no entanto, sob perspectivas diferentes. No primeiro caso, *Peppa*, acusa-se a obra de insultar e desrespeitar grupos étnicos por meio de uma representação racista e estereotipada de características fenotípicas desse grupo, e por isso propõe-se sua regulação, o que é incentivado por militantes. O segundo caso, *Omo-Oba: Histórias de Princesas*, ao contrário, por valorizar a cultura afrodescendente, é censurado por um grupo que revela sua intolerância em relação a religião de matriz africana. As obras, como instrumentos de expressão, são, em ambos os casos, controladas pela relação racial da narrativa em voga. No entanto, o primeiro caso interfere na circulação do livro na busca de garantir o direito de pessoas negras ofendidas pelo livro. O segundo caso é censurado por um grupo de pais que manifestam intolerância em relação à cultura de povos africanos.

Como analisamos no Capítulo 3, ao identificarmos o livro como objeto de representação, concebemos seu papel de posicionar os sujeitos na sociedade. Para o pós-colonialista Homi Bhabha (2007), o discurso colonial utiliza do estereótipo para justificar sua posição de superioridade. Se nosso objetivo como sociedade é estabelecer a igualdade, as representações caricatas e superficiais de grupos oprimidos, precisam ser questionadas.

No exemplo anterior observamos uma disputa pelo discurso. Segundo Áureo Toledo e Karla Costa (2021, p. 205), “A teoria está sempre em um espaço de disputa da verdade, como todo discurso, e o teórico sempre está em uma posição de subverter e substituir o discurso hegemônico, num exercício tanto de conhecimento, quanto de poder”. Essa é a representação da vontade de verdade que, conforme elaborado por Foucault (2014, p. 17): “apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia”. O discurso é garantido por um sistema que o impõe e o conduz, revelando apenas uma verdade, a do opressor.

A discussão aqui proposta existe para que os livros racistas sejam extintos. Presenciamos nestes relatos uma disputa entre aqueles que enxergam, nos livros, um

aparato para reproduzir o racismo e, por isso, devem ser impedidos de circular (como o caso com o livro *Peppal!*) e, do outro lado, aqueles que enxergam nos livros uma propagação de uma cultura que precisa ser negada por ser anticristã. Essa visão preconceituosa e racista concebe o outro e as múltiplas formas de existir como sendo perigosa e ameaçadora em relação aos princípios consagradores dos preceitos morais, que devem ser fomentados como princípios universais. No meio desta disputa, localizamos também a literatura infantil.

O próximo caso foi encontrado em uma matéria publicada no jornal Metrôpoles (ALMEIDA, 2018). O livro *A semente de Nicolau*, de Chico Alencar, foi excluído da lista de materiais do colégio particular Le Petit Galois, em Brasília. A narrativa da história é sobre uma lenda do Papai Noel, representada por Nicolau, envolvendo valores de solidariedade. Entretanto, o motivo para o controle não foi o tema da história. A retirada do livro foi exigida pelos familiares das crianças ao descobrirem que o autor era deputado filiado ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, ainda que o livro não abordasse nenhuma passagem relacionada à política brasileira. Após muita pressão dos familiares, a escola publicou uma circular informando a exclusão do livro.

O ato aconteceu por pais de estudantes de uma escola, ou seja, pela instituição Escola. O caráter foi político.

5.1.8 Os últimos cinco anos: perspectivas para o futuro

Após analisar documentos encontrados pela pesquisa, de 1850 a 2018, acompanhamos diferentes tendências de controle e movimentações acerca das concepções de censura e regulação ao longo dos anos. Nos últimos cinco anos, observamos as particularidades do processo cerceador junto às perspectivas políticas deste período.

O primeiro caso registrado neste bloco, foi encontrado a partir de repercussões midiáticas sobre a obra *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga. O livro, considerado um clássico, foi publicado em 1976 e narra a história de Raquel, uma garota que enfrenta três conflitos e os guarda em sua bolsa amarela: a vontade de crescer, a vontade de ser menino e a vontade de se tornar escritora. O vereador Clayton Silva, do Partido Social Cristão - PSC, entrou com o Requerimento nº 451/2019 pedindo mais informações sobre a distribuição do livro para os alunos da rede municipal de Limeira, São Paulo. O parlamentar questionou ainda quais atividades estavam sendo

realizadas e afirmou que o livro aborda tema relacionado à ideologia de gênero: “A Secretaria Municipal de Educação tem conhecimento de que o referido livro aborda conteúdo que afronta princípios morais dos pais e dos próprios alunos?”, indagou Silva (2019).

O jornalista e escritor Leo Cunha publicou uma nota de opinião defendendo a obra: “Enxergar a tal ‘ideologia de gênero’ na obra da Lygia é forçar a barra demais, é (isso sim) ideologizar o livro, é negar o que ele tem de plural, de sutil, de artístico, enfim!” (CUNHA, 2019). O ato ocorreu pelas mãos do vereador Clayton Silva, parte da instituição governamental. O caráter foi de gênero e a forma, censura.

Os três próximos casos foram encontrados na matéria publicada pela Folha de São Paulo: “Bruxas, *gnomos e seres mágicos de livros infantis entram na mira de religiosos*” (MEIRELES, 2019), já mencionada como fonte anteriormente.

O primeiro foi sobre a obra *Viagem pelo Brasil em 52 histórias*, de Silvana Salerno. O livro reúne contos populares, folclores e lendas inspirados em pesquisas etnográficas de diferentes autores, com imagens e quadros explicativos. A autora do livro recebeu pelo *Facebook* mensagens de um pai que a acusava de estimular sexo com animais no conto *O sol e a lua*. O conto é inspirado em uma lenda indígena na qual a onça se casa com uma mulher. Em entrevista, a autora demonstrou grande surpresa com o comentário e afirmou que considera o conto singelo e nada sexual.

O ato aconteceu por uma figura da instituição Família. O caráter foi sexual.

O segundo caso aconteceu com o livro *Princesa de Coiatimbora*, de Penélope Martins. O livro narra as aventuras de uma menina com muita imaginação que, quando brinca no seu quintal, torna-se uma princesa.

A autora e contadora de histórias foi convidada por uma escola metodista em São Paulo para apresentar o livro, mas logo antes de iniciar a contação, recebeu um pedido da direção de eliminar da história o antagonista, um duende, com a justificativa de que a personagem se assemelha a uma figura satânica. A notícia não especificou se a autora retirou o trecho da história ou não, mas entramos em contato com a autora que se posicionou:

[...] naquela oportunidade eu esclareci que só subi no palco até hoje para contar as histórias que eu desejo contar, da forma que eu sei contar. O contrário disso, recuso. Quando a coordenadora tentou censurar o duende, justificando que a escola era confessional e que, portanto, duendes eram demônios, eu questionei o que eles faziam com Saci, Cuca, Curupira e outros nas aulas. Perguntei se aniquilavam essas personagens da nossa cultura e da literatura de Lobato. Óbvio que a resposta foi não, o que me fez justificar

a permanência do duende, tão imaginário quanto outros, tão simbólico para culturas populares de tantos povos como são os nossos Saci, Cuca etc. (MARTINS, 2023).

O ato foi exercido pela coordenadora da escola, ou seja, pela instituição Escolar. O caráter foi religioso e a forma, censura.

Para encerrar os casos registrados no ano de 2019, apresentamos o episódio sucedido com o livro *Lendas de Exu*, de Adilson Martins. A obra reúne diversas lendas que são recontadas com humor sobre Exu, um deus africano. Cristina Warth, editora da Pallas, pela qual o livro é publicado, afirmou que durante uma apresentação das obras a uma diretora de escola particular, a mesma se recusou a trabalhar com *Lendas de Exu* justificando que “os orixás são coisa do demônio”.

O ato ocorreu pela instituição escolar, pelo caráter racista sobre uma religião de matriz africana.

O próximo caso registrado foi encontrado em uma matéria para o jornal El País (OLIVEIRA, 2020). Em 2020, o livro *Banho!*, de Mariana Massarani, foi censurado por assinantes do clube de leitores Quindim. A narrativa apresenta de forma divertida uma cena cotidiana das crianças: a hora do banho. Os assinantes do clube, que recebem um livro de literatura infantil por mês, reclamaram da obra de Massarani acusando o livro de conter pornografia infantil por exibir ilustrações com crianças nuas.

A coordenadora do Clube Quindim afirmou que todos os meses alguns pais cancelam a assinatura por serem contra alguns personagens e histórias fictícias e defendeu a qualidade da curadoria do clube. O ato ocorreu pela instituição Família, pelo caráter sexual.

Em 2021, a obra *Abecedário*, de Ruth Kaufman, Raquel Franco e Diego Bianki foi alvo de controle, caso que também foi encontrado pela repercussão midiática. O livro faz parte da categoria abecedário, ou seja, a narrativa apresenta uma ou mais palavras para cada letra do alfabeto acompanhada de ilustrações. Nesta obra, todas as palavras apresentadas são verbos.

O caso se deu quando uma mãe comprou a obra - altamente premiada - sem ler, e ficou “revoltada” pela representação que foi feita de uma personagens negra penteando os cabelos crespos. Na letra P, a palavra *pentear* foi acompanhada de diferentes personagens, escovando os cabelos. O trecho ao qual a mãe manifesta a insatisfação revela um grande esforço e incômodo no momento de pentear os cabelos, remetendo ao estereótipo: "Me revolta muito que um livro tão nitidamente racista tenha

sido publicado e premiado. Por quantas mãos este livro passou desde a concepção e quantas pessoas normalizaram esta figura? Quantas crianças ele já não machucou?" (ALINE, 2021).

Figura 26 – Recorte da página 26 da obra *Abecedário*



Fonte: Kaufman (2016).

Seu posicionamento gerou uma grande repercussão, o que movimentou outras famílias para questionarem e inclusive pedirem reembolso pelo livro. A editora Companhia das Letrinhas, pela qual o livro é publicado, se manifestou defendendo a pluralidade da obra, justificando seus prêmios. No entanto, após a mensagem da mãe, optaram por recolher a obra do mercado. Em entrevista à revista *Crescer*, a editora explica:

O comentário da leitora nos pareceu pertinente e portanto foi o suficiente para que tomássemos a atitude de recolher o livro, com o objetivo de revê-lo com o devido cuidado e decidir os próximos passos [...] nos chamou atenção a tentativa do livro de ser plural, e não imaginamos que ele poderia ofender qualquer leitor, mas ofendeu, e isso é tudo o que não queremos. Por isso, optamos por retirá-lo do mercado até fazermos as avaliações necessárias. Manifestamos também nossas desculpas pela ofensa que as imagens do livro possam ter causado a qualquer leitor, e agora estamos conversando com os autores e internamente (CRESCER, 2021).

Em entrevista a mesma revista os autores se posicionaram contra o recolhimento da obra e afirmaram que a mesma não apresenta conteúdo racista:

Não concordamos com essa acusação. O racismo é um comportamento humano absolutamente execrável e, portanto, dizer que um livro tem um conteúdo racista implica considerar que promove valores execráveis nos seus leitores. Achemos que nosso livro não merece essa classificação. Esse

tipo de rotulação não pode ser feito de maneira rápida sem correr o risco de parecer censura. [...] O livro adota o ponto de vista das meninas e dos meninos. Muitos deles sentem um pouco de dor quando um adulto os penteia. ('Todo dia, durante os seis anos de escola primária da minha filha caçula, era uma batalha no momento de penteá-la', exemplifica Ruth). Nessa mesma página, ao lado do menino negro de quem puxam o cabelo enquanto o penteiam, há uma garota branca numa situação idêntica. (CRESCER, 2021)

Figura 27 – Página 26 da obra *Abecedário*



Fonte: Kaufman (2016).

O ato de controle foi impulsionado por uma mãe mas consumado pela própria editora da obra, parte das instituições família e editorial respectivamente. O caráter foi pelo teor racista da obra.

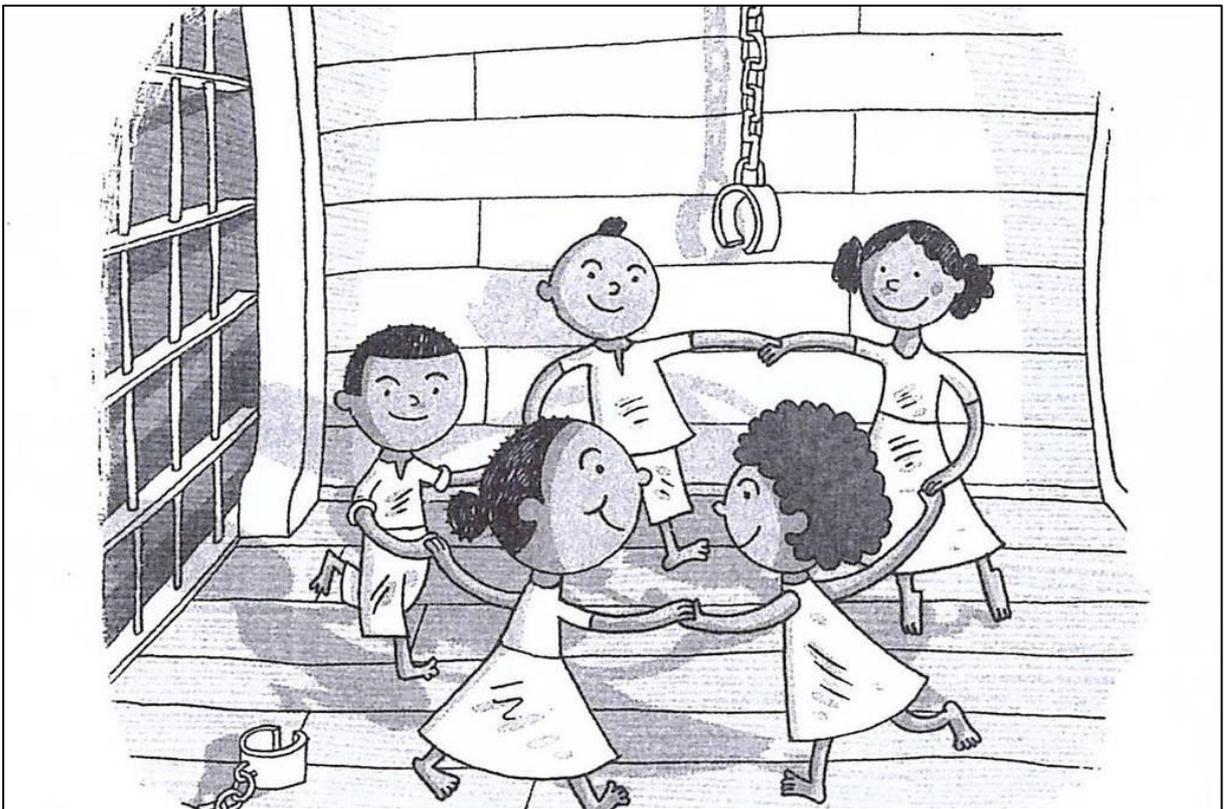
Ainda em 2021, outra obra da editora Companhia das Letrinhas foi controlada pelo cunho racista. O caso, encontrado pela repercussão midiática, aconteceu com a obra *Abecê da liberdade*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta. O livro narra a história de Luizinho, filho de uma mulher africana escravizada e um pai branco, que após a mãe fugir, o vende como escravo. A história é inspirada na trajetória de Luís Gama.

Em um post na rede social *Instagram*, a editora manifestou que havia recebido comentários e reclamações sobre representações estereotipadas e racistas da obra e por isso iria recolher o livro do mercado:

Lamentamos profundamente que esse ou qualquer conteúdo publicado pela editora tenha causado dor e/ou constrangimento aos leitores ou leitoras. Assumimos nossa falha no processo de reimpressão do livro, que foi feito automaticamente e sem uma releitura interna, e estamos em conversa com os autores para a necessária e ampla revisão. De toda maneira, consideramos a crítica correta e oportuna, imediatamente dispparamos o processo de recolhimento dos livros do mercado e interrompemos o fornecimento de nosso estoque atual. Esta edição agora está fora do mercado e não voltará a ser comercializada. (COMPANHIA DAS LETRAS, 2021).

Dentro da narrativa, alguns trechos foram classificados racistas principalmente por romantizar cenas da escravidão. Nas redes sociais, a cena do trajeto no navio negreiro foi a mais citada:

Figura 28 – Imagem do livro *Abecê da liberdade*



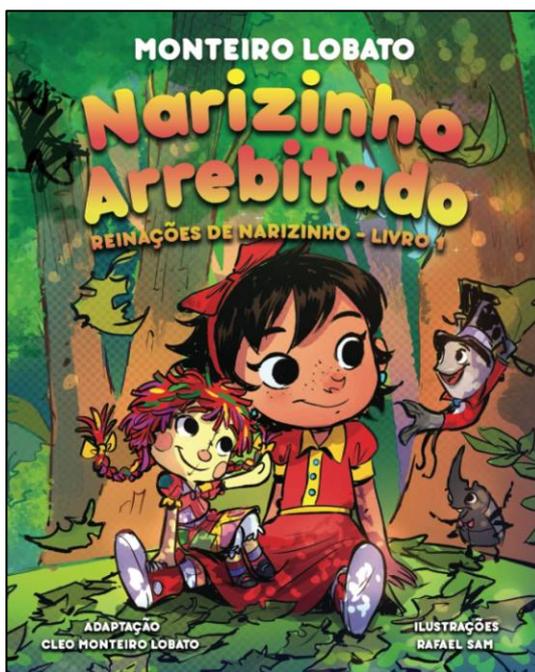
Fonte: Torero; Pimenta (2015).

A viagem pelo mar foi tranquila. Não houve nenhuma tempestade, e o navio quase não balançou. Eu, a Getulinha e as outras crianças estávamos tristes no começo, mas depois fomos conversando, daí passam... “Nem parecia que íamos ser comprados por pessoas brancas e trabalhar de graça para elas até a morte. Mas podia ser a nossa última chance de brincar. Então nós brincamos (TORERO; PIMENTA, 2015, p. 27).

O ato de controle à obra *Abecê da liberdade* ocorreu impulsionado pelos leitores, mas consumado pela própria editora - instituição editorial - pelo caráter racista da obra.

O próximo caso coloca Monteiro Lobato mais uma vez em cena. Após completar 70 anos de sua morte, sua obra entra como domínio público e passa a ser reeditada por diferentes editoras. Sua bisneta, Cleo Monteiro Lobato, toma a frente das repercussões midiáticas e se posiciona diante dos atos de controle aos livros do autor. Em uma das novas edições do clássico *A menina do narizinho arrebitado*, já mencionado nesta pesquisa, Cleo Monteiro Lobato reformulou trechos considerados racistas, que se referiam a personagem Tia Nastácia. A obra foi lançada com novo título: “*Narizinho Arrebitado - Livro 1*”, pela editora Nereide Santa Rosa.

Figura 29 – Capa da obra *Narizinho arrebitado*



Fonte: Sam (2021).

O livro vai ser usado para quem quiser, os pais, professores para discutir. Mas o que não dá mais era a caracterização da Tia Nastácia. Na época alguns termos, como 'Sinhá', eram usados e elas não devem ser usadas hoje, nossa evolução social já passou desse ponto (METROLPOLE, 2021).

Para refletir sobre esse caso, retomamos o anterior, do ano de 2010, sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*. Como vimos, no parecer final apresentado pelo CNE, foi sugerido que se incluísse, nas edições, um texto prévio que explicasse o caráter racista do autor e apresentasse um debate antirracista. Apagar os trechos seria uma

solução real ao problema do racismo na obra, ou simplesmente reduziria as acusações que pairam sobre o autor? O ato ocorreu pela bisneta Cleo Monteiro Lobato, dentro da instituição editorial. O caráter foi racista.

O último caso registrado aconteceu no ano de 2022 e foi encontrado pela repercussão tida pela circulação de um vídeo no *WhatsApp*. Maurício Pinheiro Ferreira, prefeito da cidade de Caiana, em Minas Gerais, manifestou em um vídeo sua insatisfação com a quantidade alta de votos que o Partido dos Trabalhadores - PT recebeu nas eleições presidenciais de 2022, justificando seu voto no candidato opositor. O prefeito apresenta no vídeo as obras *O menino que espiava para dentro*, de Ana Maria Machado, *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant e Ana Maria Moura (ambos mencionados no Capítulo 4) e *Mamãe como eu nasci?*, de Marcos Ribeiro e Bia Salgueiro. Este último aborda o corpo humano, suas belezas e sua formação. No vídeo, o prefeito associa as obras ao governo presidencial anterior (Dilma Rousseff 2011 a 2016) e afirma que elas instigam o suicídio, o incesto e ensinam as crianças a se masturbarem, respectivamente.

O ato foi feito pelo prefeito, parte da instituição governamental, em uma forma de propaganda política ao candidato Bolsonaro, ou seja, pelo caráter político.

5.2 Análise geral dos casos reunidos

Os casos de controle, censura e regulação aos livros de literatura infantil no Brasil encontrados nesta pesquisa foram reunidos tanto por suas semelhanças quanto pelas suas especificidades. Foram registrados um total de 33 casos de controle na literatura infantil no Brasil em 30 obras diferentes, alguns casos ocorreram em mais de um livro. No total, foram 30 autores mencionados, sendo 22 autores nacionais e oito internacionais. O autor Monteiro Lobato foi o mais mencionado, sendo citado em nove casos.

Quadro 2 – Casos de controle registrados na pesquisa de 1850 a 2022

	Período	Data	Obra	Autor da obra	Agente	Instituição	Caráter
1	Primeiros livros, primeiras censuras	1850	Fábulas	Esopo	Escolas da Corte RJ	Escola	Moral
2		1915	Contos Infantis	Adelina Lopes Vieira e	Frei Pedro Sinzig	Igreja	Religioso

				Júlia Lopes de Almeida			
3		1917	A árvore	Júlia Lopes de Almeida e Affonso Lopes de Almeida	Jornalista/ Gazeta de Notícias	Midiática	Ideologia
4	A era Lobatiana	1921	A menina do narizinho arrebitado	Monteiro Lobato	A união	Igreja	Religioso
5		1921	A menina do narizinho arrebitado	Monteiro Lobato	A união	Igreja	Religioso
6		1936	Geografia de Dona Benta, Histórias do mundo para crianças, Histórias das invenções	Monteiro Lobato	Associação de professores católicos de Diamantina, Arcebispo D. Serafim e A união	Igreja	Religioso
7		1936	Geografia da Dona Benta	Monteiro Lobato	Jornal Diário da Noite	Mídia	Ideologia
8		1939	Emília no país da gramática	Monteiro Lobato	Secretaria do Estado de São Paulo	Governamental	Ideologia
9		O controle aos estrangeiros no Brasil	1941	Peter Pan	Monteiro Lobato	Procurador Dr. Clovis Moraes	Governamental
10	1942		Conjunto da obra	Monteiro Lobato	Freire do colégio Sacré Coeur de Jesus	Escola	Religioso
11	1944		Histórias em quadrinhos	Vários	INEP	Governamental	Ideologia
12	1950		Histórias em quadrinhos	Vários	Diretora geral das bibliotecas infantis de SP	Governamental	Moral
13	1937		Tarzan	Edgar Rice Burroughs	Agamenon Magalhães	Governamental	Política
14	1963		Contos Grimm	Irmãos Grimm	Stella Alterbend e	Editorial	Moral

					Editora Globo		
15	A "negligência" aos livros infantis na Ditadura	1972	O caneco de prata	João Carlos Marinho	DEOPS	Governamental	Moral
16	O politicamente correto chega aos livros infantis	2006	Cantigas populares	Repertório popular	Pais e famílias	Família	Moral
17		2010	Caçadas de Pedrinho	Monteiro Lobato	Conselho Nacional de Educação	Governamental	Racista
18	A onda conservadora na literatura infantil	2014	<i>A máquina de brincar</i>	Paulo Betancour	Janilda Prata	Família	Moral Religioso
19		2015	<i>Livros com Bruxas</i>	Vários autores	Diretor de escola de Porto Alegre	Escola	Religioso
20		2016	<i>Enquanto o sono não vem</i>	Ana Maria Moura e José Carlos Brant	Ministério da Educação	Governamental	Moral
21		2016	<i>Eleguá</i>	Carolina Cunha	Damares Alves	Igreja	Religioso
			<i>Manual prático da bruxaria</i>	Malcom Bird			
			<i>A máquina de brincar</i>	Paulo Betancour			
			<i>O grande e maravilhosos livro das famílias</i>	Ros Aquith			
			<i>O menino que espiava para dentro</i>	Marry Hoffman			
22	Direitos humanos violados?	2016	<i>Peppa</i>	Silvana Rando	Silvana Rando e Editora Brinque book	Editorial	Racista

23		2018	<i>Omo-Oba: Histórias de Princesas</i>	Kiusam de Oliveira	Escola SESI Unidade Volta Redonda RJ	Escola	Racista Religioso
24		2018	<i>A semente de Nicolau</i>	Chico Alencar	Escola particular de Brasília	Escola	Político
25	Os últimos cinco anos: perspectivas para o futuro	2019	<i>A bolsa amarela</i>	Lygia Bojunga	Vereador Clayton Silva	Governamental	Gênero
26		2019	<i>Viagem pelo Brasil em 52 histórias</i>	Silvana Salerno	Pai no Facebook	Família	Sexual
27		2019	<i>Princesa de Coiatimbora</i>	Penélope Martins	Coordenadora de escola	Escola	Religiosa
28		2019	<i>Lendas de Exu</i>	Adilson Martins	Diretor de escola	Escola	Religiosa Racista
29		2020	<i>Banho!</i>	Mariana Massarani	Assinantes do Clube Quindim	Família	Sexual
30		2021	<i>Abecedário</i>	Ruth Kaufaman, Raquel Franco e Diego Bianki	Mãe de uma criança	Editorial	Racista
31		2021	<i>Abecê da liberdade</i>	José Roberto Torero e Marcus	Editores Companhia das Letrinhas	Editorial	Racista

				Aurelius Pimenta			
32		2021	<i>A menina do narizinho arrebitado</i>	Monteiro Lobato	Cleo Monteiro Lobato	Editorial	Racista
33		2022	<i>O menino que espiava para dentro</i>	Ana Maria Machado	Maurício Pinheiro Ferreira, prefeito de Caiana, MG	Governamental	Político
			<i>Enquanto o sono não vem</i>	José Mauro Brant e Ana Maria Moura			
			<i>Mamãe, como eu nasci?</i>	Marcos Ribeiro e Bia Salgueiro			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com relação às datas em que ocorreram os atos de controle, vimos que o caso mais antigo encontrado nesta pesquisa data de 1850. Do total encontrado, 15 casos datam do século passado e 18 ocorreram no século XXI. Apesar de um número reduzido de casos, se considerarmos a perspectiva estatística, é possível traçar algumas permanências e variações e, assim, estabelecer relações com os contextos político, econômico e social que marcaram cada época.

Sobre as instituições autoras dos atos de controle, dez casos foram de responsabilidade de instituições Governamentais, sete de instituições escolares, cinco de instituições religiosas, cinco de editoras, quatro de instituição familiar e dois pela mídia.

Pela instituição governamental, dos 10 casos registrados, três foram controlados pelo caráter ideológico, três pela moralidade, um por viés político em campanha eleitoral, um se posicionou contra a abordagem da temática de gênero e um, a uma obra racista. Pela instituição escolar, três casos foram controlados pelo cunho religioso, dois foram controlados por racismo a religiões de matriz africana, um político e um moral. Os cinco casos cerceados pela Igreja foram pelo caráter religioso. Dos cinco casos controlados pela instituição Editorial, quatro foram pelo caráter racista

das obras e um pelo caráter moral. Dos casos controlados pela família, dois foram pelo caráter moral e um pelo caráter sexual. Os dois casos cometidos pela mídia foram pelo caráter ideológico, e o caso controlado por investimento, teve caráter sexual.

Em relação ao caráter atribuído a cada um dos casos, 11 foram pelo caráter religioso, sete foram pelo caráter racista, sete pelo caráter moral, cinco pelo caráter ideológico, quatro pelo caráter político, dois pelo caráter sexual e um por gênero.

A partir dos dados apresentados, nota-se que não há uma única maneira de se cercear a literatura infantil. Fica evidente que a “proteção da infância”, pela prática cerceadora, foi expressa por diferentes instituições, com variadas justificativas e pontos de vista.

Ao mesmo tempo, a análise dos casos encontrados parece evidenciar que os atos de censura e regulação a livros ou a histórias infantis guardam relação com uma certa concepção de infância. O controle ao imaginário (HELD, 1980) impõe que a criança necessita sempre ser adestrada à luz de princípios, valores, visões de mundo do adulto. Há duas ideias bastante presentes. A: a primeira, a de que a mente da criança é facilmente moldada e a segunda, que a literatura é uma forma muito eficaz para controlá-las, como se o que narramos determinasse como a criança será. Subestima-se a infância ao menosprezar as capacidades de compreensão e interpretação das crianças. A ideia de criança como ser potente, que pensa sobre o que acontece no mundo, com as pessoas mais próximas e consigo própria é, grande parte das vezes, ignorada a fim de que se possa controlar suas ideias e ações.

Os 33 casos de censura e regulação aos livros de literatura infantil no Brasil encontrados nesta pesquisa foram reunidos por critérios que diziam respeito ao cerceamento. A partir dos dados apresentados, nota-se que não há uma única maneira de se cercear a literatura infantil. Retomando dois dos objetivos propostos pela pesquisa (i) mapear casos de cerceamento em livros de literatura infantil no Brasil e (ii) analisar as obras controladas destinadas à infância, os dados registrados permitiram a elaboração de um resgate histórico de atos de controle na literatura infantil no Brasil, que deve ser impulsionado por novas pesquisas sobre o tema.

A análise dos casos encontrados evidenciou o fato de que o controle das obras infantis subestima a infância ao menosprezar as capacidades de compreensão e interpretação das crianças.

Para compreender se os casos analisados interferem ou não na prática de seleção de obras da literatura infantil por professoras da Educação Infantil, propomos o formulário e as entrevistas apresentados no próximo capítulo.

6. NAS VOZES DAS PROFESSORAS: ONDE ESTÁ O CONTROLE?

Como mencionado no Capítulo 4, que tratou da metodologia, para investigar casos de controle a partir da percepção das professoras entrevistadas, realizamos dois procedimentos: aplicação de questionário e entrevista coletiva.

O primeiro procedimento contou com a aplicação de questionário por meio do formulário *Google* e teve como objetivos estabelecer o perfil profissional das professoras, identificando seu percurso de formação e conhecer algumas de suas concepções sobre literatura infantil. A partir das respostas, buscamos estabelecer relações entre esses elementos: o perfil, a formação e as concepções. Por tratar-se de pesquisa qualitativa com um número reduzido de entrevistadas, não houve propósito de generalizar as respostas para o universo de professoras de Belo Horizonte, mas sim contribuir para compreender posicionamentos defendidos pelas participantes do estudo.

A proposta inicial incluiu dezesseis professoras. Porém, por motivos pessoais, uma delas não conseguiu participar da entrevista coletiva. Considerando o processo de seleção para definir as entrevistadas, optamos por manter um dos grupos com menos participantes do que buscar nova informante que atendesse aos critérios estabelecidos, o que poderia comprometer o cronograma de encontros com as demais entrevistadas. Dessa forma, quinze professoras participaram da pesquisa sendo sete de escolas públicas municipais e oito de escolas particulares. Esta alteração não influenciou a pesquisa visto que não se tratava de um estudo comparativo. Apesar de buscar garantir um equilíbrio entre o pertencimento das professoras quanto à categoria administrativa para, nas respostas, verificar até que ponto essa poderia ser uma variável que afetaria a análise dos dados, consideramos que esse equilíbrio não precisaria representar exatamente o mesmo número de entrevistadas.

As quinze professoras responderam o formulário, cujas informações coletadas são sintetizadas a seguir.

Em relação à faixa etária, duas professoras têm menos de 30 anos, três professoras entre 30 e 40 anos, seis com idades entre 40 e 50 anos e quatro entre 50 e 60 anos. Sobre o Estado Civil, nove entrevistadas são casadas, três são solteiras e três são divorciadas. Quanto a formação inicial das professoras, seis são formadas apenas no curso de Pedagogia, três são formadas tanto em Pedagogia quanto no curso de Magistério, três cursaram o Normal Superior junto ao magistério, duas

cursaram o Magistério e outro curso superior que não pedagogia nem normal superior e uma cursou apenas o Magistério. Sobre a data de conclusão da formação, oito professoras concluíram de 1995 a 2005, quatro concluíram entre 2006 e 2015 e três professoras concluíram entre 2016 e 2020. Das quinze professoras que responderam o formulário, 12 têm especialização, duas têm formação em curso com menos de 320 horas e uma não tem nenhum curso de formação continuada. Em relação ao tempo de exercício profissional como professora da Educação Infantil, uma das respondentes é professora há menos de 5 anos, três são professoras entre 5 e 10 anos, três entre 11 e 15 anos e oito já são professoras há mais de 15 anos. Das professoras respondentes, 13 afirmaram que trabalham nos dois turnos. Destas, dez trabalham no segundo turno também na Educação Infantil, enquanto três trabalham em outra etapa educativa.

O perfil geral do grupo é, portanto, de mulheres, com idade predominantemente entre 40 e 50 anos, formadas em nível superior há mais de uma década, tendo realizado cursos de formação continuada. Em relação à experiência profissional, a maioria possui longo tempo de docência na educação infantil e trabalha em dois turnos, atuando no segundo turno também como professoras da educação infantil ou em outra etapa educativa.

O segundo procedimento consistiu na realização de entrevistas coletivas, que ocorreram nos dias 06, 12, 28 e 29 de abril de 2022. Todas elas foram realizadas e gravadas na plataforma *Google Meet* com as devidas autorizações, conforme as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Como descrito no capítulo de metodologia, foram realizadas uma entrevista com cada grupo de três ou quatro professoras, discutindo quatro blocos principais: Bloco 1: Seleção dos livros, Bloco 2: Censura, Bloco 3: Temáticas e Bloco 4: Análise de obras literárias.

Iniciamos o procedimento de análise a partir da preparação do material, conforme sugere Bardin (1977). Nesta preparação, o primeiro movimento foi de transcrição, que implica em “conservar o máximo de informação, tanto linguística (registro da totalidade dos significantes) quanto paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais tais como o riso, o tom irônico, etc.” (BARDIN, 1977 p. 220). Com o material transcrito, iniciamos a análise de forma a compreender e avaliar, transversalmente, a “frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis” (BARDIN, 1977, p. 220), e análise da enunciação, contemplando a

dinâmica do discurso, o estilo e as recorrências dos temas.

Para manter o anonimato das professoras, mas associar as respostas de uma mesma entrevistada, optamos por referenciá-las com nomes fictícios. As entrevistadas foram assim designadas: Grupo 1: Ana, Bruna, Clara, Daniela; Grupo 2: Elisa, Fernanda, Gabriela, Heloísa; Grupo 3: Isabela, Júlia, Kátia, Luisa; Grupo 4: Maria, Natália, Olívia.

Depois de realizar *leituras flutuantes* (Idem, p. 121) dos textos para compreender as respostas das entrevistas de forma global, organizamos uma análise com caráter estrutural, buscando constantes significativas nas relações entre os discursos. A primeira parte da análise acompanhará, portanto, tais blocos, a fim de identificar constantes, recorrências e divergências das concepções das professoras de cada um dos temas.

6.1 Bloco 1: A seleção dos livros de literatura infantil

O primeiro bloco das entrevistas teve como objetivo principal compreender como é feita a seleção dos livros de literatura infantil pelas instituições escolares e se as professoras participam dessa ação de alguma forma. Para tanto, dividimos o bloco em duas seções. Inicialmente, direcionamos as perguntas para entender a chegada dos livros à escola, em seguida, questionamos os critérios de seleção aplicados pelas professoras a partir do acervo disponibilizado para elas.

6.1.1 A chegada dos livros à escola

Sobre a chegada dos livros à escola, as respostas se dividiram principalmente entre os grupos de escolas particulares e de escolas públicas. Os livros das escolas municipais chegam às instituições por meio das políticas públicas, federais e municipais, de compra e de distribuição de livros, enquanto os das escolas particulares são adquiridos pela instituição e pelas famílias.

Para o grupo de professoras entrevistadas das escolas municipais, a chegada de livros nas escolas se dá principalmente por duas vias: (i) os livros comprados e distribuídos pelos programas governamentais, de âmbito federal e municipal¹⁷; (ii) e

¹⁷ Comumente chamada de *Kit literário pelas professoras*, a aquisição governamental se dá tanto em âmbito federal, por meio de programas como o extinto PNBE e o Programa Nacional do Material e do Livro Didático - PNLD, quanto municipal, por compras feitas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Importante ainda assinalar que a Lei Orgânica do município determina

as doações feitas pelo público externo à escola. A partir das respostas, notou-se que das sete professoras das escolas públicas, apenas uma citou as quatro formas de recebimento do livro, o que pode revelar um desconhecimento sobre a maneira como os acervos das escolas se constituem.

Em relação à primeira via mencionada, duas são nossas hipóteses para o desconhecimento das professoras acerca da distribuição de livros. Um ponto se relaciona à desestabilidade e descontinuidade das políticas públicas de compra e distribuição de livros ocorridas ao longo dos anos, como apontam pesquisadoras da área (BAPTISTA et. al., 2022). A falta de padrão quanto a maneira como essas políticas se estruturam, bem como sua descontinuidade acarretam o desconhecimento por parte das profissionais que atuam na educação básica em relação à recepção das obras de literatura pelas instituições escolares. O segundo ponto se relaciona à falta de ações de capacitação das professoras para a exploração e utilização do acervo adquirido. Esse desconhecimento fica evidente quando, ao serem perguntadas, as professoras não conseguiram citar com segurança os anos de recebimento; os programas governamentais responsáveis pela compra e distribuição dos livros; sua destinação, isto é, se os livros seriam distribuídos para as crianças e suas famílias, se para a biblioteca ou para cada sala de aula da escola; nem tampouco sabia dizer para qual faixa etária se destinariam os livros que chegam nas instituições escolares.

Em relação às compras de livros de responsabilidade do município, as entrevistadas indicaram que a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte encaminha para cada instituição uma lista de livros previamente definida por especialistas e por professoras indicadas pelas escolas, para que, a partir dela, realizem uma nova seleção de títulos para compor o acervo da escola.

Outra forma de adquirir obras, pelas compras realizadas com recursos da própria escola, revela a necessidade das professoras de lerem algum livro específico. Nas entrevistas, as professoras mencionaram que durante o desenvolvimento de projetos, apresenta-se a carência de determinada obra para contribuir no trabalho e, a partir dessa verificação da falta e da necessidade de complementação do acervo, elas fazem requerimento do livro para a direção. Uma das entrevistadas, Daniela, relata:

que 10% da verba destinada à manutenção das escolas públicas de Belo Horizonte devem ser destinados à compra de livros para compor os acervos das escolas.

Eu percebi que pouco das nossas escolhas é... [interrompe o pensamento] tendem muito pro projeto pedagógico [...] Aí a gente termina que... [interrompe o pensamento, novamente] A gente entra um pouco nessa de pegar literatura como algo pra... [interrompe o pensamento mais uma vez] Eu não falo nem ensinar, nem chega a ser, mas que vai na onda do projeto pedagógico, né? Um pouco isso. (DANIELA, 2022).

Sobre a segunda via de recebimento dos livros mencionada acima, realizada por meio de doações, uma das entrevistadas afirma que as obras passam por uma triagem feita pela coordenação que exclui livros rabiscados e rasgados.

Para o grupo de professoras entrevistadas das escolas particulares a chegada dos livros se divide em duas formas principais de aquisição: a que é realizada diretamente pela escola e a que as famílias adquirem a partir de listas previamente elaboradas pela equipe. Todas as professoras que trabalham no setor privado afirmaram que suas respectivas escolas têm um acervo geral, que é disponibilizado nos diferentes espaços da escola e de uso coletivo. Esse acervo geral é composto por obras indicadas pela coordenação com contribuições das professoras. Segundo uma das entrevistadas, Ana (2022), “As professoras têm autonomia para fazer essa seleção de livros, mas sempre com o olhar atento da coordenação, para algum título ou não, se está adequado ou não, e a gente conta com esse apoio da coordenação”.

Os livros que são adquiridos pelas famílias nas escolas particulares compõem o que elas denominam de *biblioteca de sala*. Neste formato, as obras permanecem na sala de referência¹⁸ durante a semana e circulam pelas casas das crianças nos finais de semana ao longo de todo ano letivo. Ao final do ano, são devolvidos às crianças que o compraram. A lista de livros requerida às famílias também é elaborada pela equipe da escola (coordenação e professoras) e é analisada, segundo as entrevistadas, com critérios mais rigorosos já que são obras que as famílias terão acesso.

Observamos nas respostas duas preocupações em relação a este acervo específico. A primeira delas diz respeito à falta de capacitação dos familiares como

¹⁸ Na Educação Infantil, considerando o que orientam as DCNEI e a BNCC, a relação entre professoras e crianças possui especificidades que levam a questionar se a expressão "sala de aula" seria adequada para designar as interações que ocorrem entre professoras e crianças. Segundo o dicionário Houaiss, *aula*: “preleção sobre determinada área de conhecimento, feita por professor e dirigida a um ou mais alunos, ger. em estabelecimento de ensino, por período de tempo específico; lição”. Diante dessa designação e em conformidade com a noção de que na Educação Infantil o currículo está estruturado não em conteúdos a serem transmitidos, ou em lições a serem aprendidas, mas sim a partir das experiências das crianças o que constitui uma pedagogia própria para a primeira infância, nesta dissertação optamos por empregar a expressão sala de referência sempre que formos nos referir ao espaço físico que corresponderia à sala de aula tradicional.

mediadores de leitura, o que implica na seleção de livros nos quais a mediação seria em tese mais exigente do leitor adulto.

A segunda preocupação apresentada pelas entrevistadas está relacionada a determinadas crenças e opiniões particulares de cada família, que se chocariam com temas delicados de algumas obras da literatura infantil, causando algum constrangimento na relação família/escola, como narra a professora Elisa:

Quando a leitura compartilhada é feita com a família e quando a leitura compartilhada é feita com a escola. [Referindo-se às diferenças entre esses dois formatos] É... a gente toma determinados cuidados e eu acho que a gente exalta e trata o livro de uma outra maneira. Sem querer generalizar, eu acho que têm famílias e famílias mesmo [dando a entender as diferenças entre os perfis familiares em relação aos valores e concepções relacionadas às leituras destinadas às crianças], mas têm determinados livros que eu tomo cuidado para que a história seja contada por mim, na escola (ELISA, 2022).

A professora Ana exemplifica um desconforto ao afirmar que “A gente tem que respeitar a cultura familiar também, né? Porque essa diversidade, ela faz parte do contexto de um coletivo, né? Então eu acho que ouvir as famílias foi muito importante” (ANA (2022)). Ao mesmo tempo, a professora reafirma o papel da escola e de seus profissionais como especialistas e responsáveis pelo desenvolvimento das crianças no contexto escolar: “Também a escola não pode abrir mão de algumas coisas que são feitas com critérios rigorosos, com escolhas rigorosas que a gente sabe e entende o que a gente tá fazendo, né?”.

Alguns outros pontos analisados nesta primeira seção do Bloco 1 serão descritos a seguir. Antes, porém, cabe destacar que, a despeito de ser essencial a participação das professoras na indicação de obras para composição dos acervos, alguns depoimentos nos levaram a questionar a aplicação de critérios comprometidos com a formação do leitor de literatura. Observamos, em algumas falas, que os critérios empregados na seleção estavam mais comprometidos com uma perspectiva didatizante da obra literária. Enfim, em alguns depoimentos, percebia-se uma noção pragmática da literatura como estratégia para ensinar algum conteúdo disciplinar atrelando o livro geralmente a um projeto, em detrimento da sua exploração como objeto artístico.

Em relação aos livros que são doados às instituições, nos questionamos se haveria critérios de exclusão para além do estado material da obra. Na fala da professora Ana, marcou-se um estranhamento diante do "olhar atento da

coordenação" para a seleção de livros, que pode influenciar nas escolhas das professoras, de forma que elas se sintam coagidas ou controladas a realizarem determinadas escolhas. Será que esse olhar atento provém de uma relação de diálogo e estudo entre as professoras e a coordenação ou de uma posição controladora da escola?

Por fim, em relação às famílias, nota-se nas falas das professoras um certo desconforto por não conseguirem se posicionar diante de tais situações: entre escolher livros potentes que ampliem o repertório das crianças, ou respeitar as famílias excluindo determinados temas do acervo.

6.1.2 Os critérios de seleção dos livros definidos pelas professoras a partir do acervo disponível

Neste bloco, as perguntas foram direcionadas a fim de conhecer os critérios que as professoras empregam quando se veem diante de situações em que precisam escolher livros para serem compartilhados com as crianças.

As entrevistadas revelaram que a seleção delas diante o acervo da escola acontece, principalmente, a partir dos *temas* das narrativas. Importante ressaltar que, em suas respostas, não foi possível observar nem um padrão ou diferença marcante em suas escolhas em relação ao perfil das professoras - idade, percurso, categoria administrativa, etc.. Argumentaram que, como os livros que chegam para elas já cumprem critérios de qualidade, no dia a dia elas empregam outros critérios para selecionar as obras que serão lidas. Entre os principais critérios de seleção adotados destacam-se: os autores clássicos, a relação das crianças com o livro, a representatividade étnico-racial, a relação das ilustrações com o texto verbal, a qualidade das imagens, a leitura inédita para a turma, a escolha por uma situação específica/determinado assunto e, finalmente, a presença de contos clássicos.

No terceiro bloco das entrevistas, *Temáticas*, as professoras retomaram esses critérios com argumentos mais específicos, que serão mencionados nos tópicos seguintes.

Das professoras da rede particular, duas trabalham em escolas que adotam perspectivas teórico-metodológicas específicas: uma montessoriana (Clara) e outra internacional de franquia canadense (Maria). No bloco 1, *Seleção dos livros*, ambas professoras mencionaram dificuldades que tais perspectivas implicam para a

composição dos acervos da escola. Clara (2022) respondeu: “por estar em uma escola que tem um método específico, eu sinto que a literatura não tem sido tão contemplada quanto acredito eu que deveria”. Em relação à escola canadense, a preocupação se dá no processo de escolha, que não é feito no Brasil: “como é uma franquia, os livros selecionados...eles são selecionados fora do Brasil, eles são selecionados no Canadá mesmo” (MARIA, 2022).

As falas das professoras revelam que, entre diversas preocupações que a metodologia pedagógica ocupa em relação ao método de ensino, a literatura é, em certo nível, negligenciada. E ainda, pensando na cultura do grupo e no contexto em que vivem, questionamos se a exclusão de livros nacionais, com temáticas que refletem vivências culturais do povo brasileiro não estaria comprometendo a ampliação de experiências importantes para a formação ética, estética, cultural e política dessas crianças.

No próximo tópico, discutiremos as respostas das professoras no segundo bloco das entrevistas.

6.2 Bloco 2: Casos de controle registrados nas entrevistas

Nas entrevistas com as professoras foram relatados 17 casos de controle na literatura infantil. Buscando compreender o teor dos casos relatados, nos propusemos a analisar os casos tal como fizemos com os episódios encontrados em documentos, que constam no capítulo 5 desta dissertação: autor do ato, tipo de instituição, caráter e justificativa.

Quadro 3 – Casos de controle relatados nas entrevistas

	Obra	Autor da obra	Agente	Instituição	Caráter	Categoria administrativa da instituição da entrevistada
1	Bruxa, Bruxa venha à minha festa	Pat Ludlow	Pais de uma criança da turma	Família	Religioso - presença de bruxas	Particular
2	Bruxa, Bruxa venha à minha festa	Pat Ludlow	Pai de uma criança da turma	Família	Moral - ilustrações "feias"	Pública
3	João e Maria	Tatiana Belinky	Pais de uma criança da	Família	Aura, abandono	Particular

			turma		infantil	
4	Girafa tem torcicolo	Guilherme Domenichelli	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular
5	É preciso soltar o Gaspar	Geoffroy de Pennart	Pais de uma criança da turma	Família	Gênero, igualdade de gênero	Particular
6	Chapeuzinho Vermelho	Charles Perrault e Irmãos Grimm	Pais de uma criança da turma	Família	Violência, morte do lobo	Particular
7	Tá caindo fulô	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Racial Religioso, música da cultura africana	Pública
8	João pica o pau, Maria mexe angu, Teresa põe a mesa pra caçada do tatu	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Expressão sexual, repulsa as palavras <i>pica</i> e <i>pau</i>	Pública
9	Folclore - Mula sem Cabeça	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Religioso, envolvimento dos padres na transformação da mula	Pública
10	Coleção: O que cabe no meu mundo	Diferentes autores	Coordenação da escola	Escola	Moral, livros moralizantes	Particular
11	Pedro e Lua	Odilon Moraes	Professoras da escola	Escola	Morte, relação com o luto	Pública
12	Carta aos meninos e as meninas em tempo de Covid-19	Mônica Correia Baptista et a	Pais de uma turma	Família	Morte, apresentação da Covid-19	Pública
13	Lá e aqui	Odilon Moraes e Carolina Moreyra	Professoras da escola	Escola	Moral, separação	Pública
14	Rosa	Odilon Moraes	Coordenação	Escola	Moral, relação	Particular

			da escola		pai e filho	
	A raiva	José Carlos Lollo e Blandina Franco			Moral, sentimentos exacerbados	
	Um dia, um rio	André Neves			Moral, crime ambiental	
	Raposa	Margareth Wild			Moral, egoísmo	
	O pato, a morte e a tulipa	Wolf Elrbrunch			Morte, relação com o luto	
	O guarda chuva do vovô	Carolina Moreyra			Morte, relação com o luto	
	Nuno, e as coisas invisíveis	André Neves			Moral, sentimentos	
	Pode chorar coração mas fique inteiro	Glenn Ringtved			Morte, relação com o luto	
15	O guarda chuva do vovô	Carolina Moreyra	Pais de uma criança da turma	Família	Morte, relação com o luto	Particular
16	O livro da família	Todd Park	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular
17	Crianças como você	Anabel Kinderley	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O primeiro caso mencionado aconteceu com a obra *Bruxa, Bruxa, venha à minha festa*, de Pat Ludlow. O livro, publicado em 1991, tendo chegado ao Brasil em 2002, se tornou um clássico entre as crianças bem pequenas com suas hipnotizantes ilustrações das figuras místicas do mundo da fantasia.

Figura 30 - Imagem do livro *Bruxa, bruxa, venha à minha festa*



Fonte: Ludlow (2008).

Tais ilustrações frequentemente são motivo de estranhamento entre os adultos, talvez por não se enquadrarem em estereótipos ou por ressaltar, nas imagens realistas e repletas de detalhes, o medo que muitos dos personagens suscitam. Com essa justificativa, duas famílias de uma escola particular buscaram a professora para evitar que o filho tivesse acesso ao livro que fazia parte do acervo: “Pelo medo, pelo impacto daquelas imagens na vidinha do filho dela sabe, o que aquilo ali traria para ela...” (ANA, 2022).

Uma dessas famílias justificou com a premissa de que a obra feria crenças particulares religiosas ao apresentar figuras como a bruxa e o lobo. A partir da conversa com as famílias, a professora fez a opção de não ler o livro no coletivo quando as crianças dessas famílias estivessem presentes, além de não oferecer como opção para levarem para casa.

O livro *Bruxa, Bruxa venha à minha festa* foi mencionado também por outra professora da escola pública (Júlia). Nesse caso, o pai de uma criança questionou o uso de uma obra “horrorosa”, fazendo referência às ilustrações do livro que para ele eram assustadoras para as crianças. A professora justificou a sua escolha e afirmou que não deixaria de lê-lo para as crianças.

Para esta arguição da professora, indagamos se a professora da rede particular teria a mesma condição de manter sua escolha, considerando a diferença existente na relação trabalhista. Interessante também pensar se não seria uma oportunidade para conversar e formar as famílias como bons mediadores de leitura em momentos

como este, ao invés de simplesmente reafirmar sua leitura.

O próximo caso registrado aconteceu em uma escola da rede particular a partir da pressão de familiares de uma criança da turma que não queriam que ela tivesse acesso à obra *João e Maria*, de Tatiana Belinky. Segundo a família, o livro apresenta uma história “pesada pra criança, onde a criança estava abandonada na floresta, e que aquilo ali, ela não tinha gostado dessa indicação que tinha sido feita, né?” (ANA, 2022). Segundo a professora, a partir da reclamação formal da família, foi realizada uma conversa junto à direção e à coordenação para que a escola justificasse as suas escolhas:

[...] conseguimos mostrar a importância dessa literatura na vida das crianças mesmo com imagens que trouxessem esses elementos do medo, né? As famílias aceitaram, mas pediram que eu tivesse o cuidado de que esses livros não estivessem nas mãos dos filhos. Que não pudessem escolher esse livro. Então, na hora da seleção, lá, da escolha que é feita pelas crianças, eu tinha que tirar esses livros para que eles tivessem que escolher entre os outros títulos selecionados (ANA, 2022).

Nesse caso, a escola assumiu essa função de formação das famílias como mediadores com um trabalho compartilhado, apesar de ceder em um aspecto que foi o de não deixar o livro para ser escolhido pelas crianças.

O livro *Girafa tem torcicolo?*, de Guilherme Domenichelli, foi o próximo alvo registrado. Na obra, são reveladas diferentes curiosidades sobre o mundo animal, como, por exemplo, “Elefante bebe água pela tromba? Os leões têm ferrão com veneno na ponta da cauda? O tamanduá pode sugar nosso cérebro?” (PANDA BOOKS, 2022). Uma das curiosidades reveladas no livro diz respeito a sexualidade de alguns animais que se relacionam com semelhantes do mesmo sexo, como por exemplo os golfinhos. Tal fato causou um grande desconforto entre as famílias que exigiram a retirada do livro do acervo pela escola.

O próximo caso registrado, nas entrevistas, aconteceu com o livro *É preciso soltar o Gaspar!*, de Geoffroy de Pennart. O livro narra a história de um cabrito que fica preso na despensa e precisa de ajuda para sair. Em uma escola particular, a família procurou a professora para questionar a presença feminina na obra de modo que, todos os personagens que ocupavam um lugar de destaque e conseqüentemente tentaram salvar Gaspar, eram homens. A regulação proposta pelas famílias partia de uma justificativa feminista pela igualdade de gênero. Mesmo com a reclamação, a professora não deixou de ler a obra alegando que dentro de um acervo diverso, outras

obras revelavam a posição feminina mais forte.

Na mesma escola, registrou-se um caso aplicado por outra família em relação à conhecida história *Chapeuzinho Vermelho*, tanto na versão de Charles Perrault quanto na dos irmãos Grimm. O pai questionou a escolha da professora em utilizar uma história “tão violenta” para desenvolver um projeto com as crianças, referindo-se aos maus tratos direcionados ao lobo. A conversa com a professora aconteceu após o término do projeto, ou seja, não interferiu na escolha do livro e, portanto, não se tratou de ler ou não a obra para as crianças. A professora afirmou que mesmo após as conversas e sua defesa em relação aos contos clássicos, o pai se manteve incomodado com a escolha e não flexibilizou seu posicionamento.

O próximo caso se deu em relação a uma produção cultural que é expressão da literatura oral brasileira. A música *Tá caindo fulô*, conhecida no repertório popular, foi restringida pela coordenação de uma escola da rede pública. Segundo o relato da professora entrevistada, associaram a música “a terreiros de macumba e candomblé”, expressões da cultura afro-brasileira, insinuando que o uso da música em um evento escolar desagradaria as famílias. A professora então buscou outra obra para apresentar.

Outro caso registrado nas entrevistas aconteceu em uma escola pública com uma parlenda: *João pica o pau, Maria mexe angu, Teresa põe a mesa pra caçada do tat*. Segundo a professora, a coordenação da escola “barrou” a parlenda por conta das palavras “pica” e “caçada”. A professora argumentou:

A parlenda faz parte, tá dentro do acervo dos livros que foram selecionados pela prefeitura. O significado dessas duas palavras que você tá dizendo que tem problema, a gente pode ir no Aurélio. Você vai ver que não tem... pode ter alguma coisa pejorativa que foi criada pelo senso comum, mas não traz problema para a parlenda (HELENA, 2022).

A coordenação não se impôs e o texto seguiu no para-casa e não causou nenhum estranhamento nas famílias como era esperado pela escola.

O próximo ato registrado aconteceu em uma escola pública, mas não a uma obra específica, e sim a um tema geral da literatura. Segundo a professora, a coordenação da escola vetou um projeto sobre *Folclore*. A justificativa apresentada foi que a história da Mula sem Cabeça - relacionada ao envolvimento com sacerdotes - causaria um desentendimento com as famílias das crianças em uma escola onde a maioria seguia a religião evangélica.

Em uma escola particular, a coleção *O que cabe no meu mundo*, de vários autores, e outros livros com temas morais, foram retirados do acervo. A coleção apresenta em suas obras temas como: compreensão, gratidão, prudência, dedicação, otimismo, sensibilidade, fraternidade, perdão, serenidade, disciplina, entre outros. A coordenação da escola indicou que preferia que as professoras não lessem livros que apresentassem mensagens moralizantes. Os livros foram, portanto, retirados da escola.

A obra *Pedro e Lua*, de Odilon Moraes, também sofreu impedimento em uma escola pública. Segundo a professora entrevistada, suas colegas professoras questionaram o uso da obra por fazer referência ao tema da morte. Na narrativa, Pedro cria uma bela relação com uma tartaruga que chega a falecer depois de anos juntos. As professoras apresentaram uma indignação para com o livro e indicaram a direção a não leitura da obra para as crianças.

O próximo caso registrado a partir das entrevistas se deu com a obra *Carta aos meninos e meninas em tempo de Covid-19*, de Mônica Baptista e de 11 ilustradores consagrados nacionalmente. Durante o período da pandemia de Covid 19, familiares das crianças de uma escola pública manifestaram no *WhatsApp* da turma se posicionando contra a leitura do livro, que expressava as condições e consequências impostas pela pandemia. Os pais indicavam que não gostariam de debater um tema tão real para promover uma proteção das crianças em relação a uma situação negativa. As professoras se posicionaram de forma firme e mantiveram a circulação do livro na escola.

O livro *Lá e aqui*, de Odilon Moraes e Carolina Moreyra também foi alvo na mesma escola pública. A partir da escolha da professora entrevistada, outras professoras buscaram recriminá-la por abordar uma temática que segundo elas era "muito pesada" para as crianças. A obra narra, sob a perspectiva de uma criança, o divórcio dos pais.

O próximo caso registrado se deu em relação a um tema, e não a uma obra específica. A professora entrevistada relatou que quando foi admitida na escola particular, recebeu uma lista de livros com temas delicados que não deveriam fazer parte da *biblioteca de sala*. A escola justificou que os pais não teriam as habilidades necessárias para mediar as obras e por isso, os livros não deveriam ser enviados para casa. Os livros incluídos na lista foram: *Rosa*, de Odilon Moraes, narra o distanciamento entre um pai e um filho; *A raiva*, de Blandina Franco e José Carlos

Lollo, conta o poder destruidor que esse sentimento pode alcançar; *Um dia, um rio*, de André Neves, uma homenagem ao Rio Doce, destruído em 2015 por um crime ambiental; *Raposa*, de Margaret Wild, uma história que envolve sentimentos de inveja, traição e ciúmes; *O pato, a morte e a tulipa*, de Wolf Erlbruch, sobre a relação com o luto; *O guarda chuva do vovô*, de Carolina Moreyra, narra o laço entre uma neta e seu avô e as memórias deixadas por ele; *Nuno e as coisas invisíveis*, de André Neves, narra as formas poéticas que um garoto tem para enxergar o mundo; *Pode chorar coração, mas fique inteiro*, de Glenn Ringtved, conta sobre a despedida dos netos a avó que está morrendo.

A obra *O guarda chuva do vovô*, da autora Carolina Moreyra, também foi alvo de restrições por uma mãe de escola particular. O livro narra a história da relação de uma neta e seu avô, que falece e deixa o guarda-chuva como uma lembrança para ela. A justificativa apresentada pela família foi que a obra era muito triste para ser lida com a criança que, como a mãe, ficou muito emocionada na leitura. A professora convidou a mãe para uma conversa a fim de esclarecer sua escolha e a importância da literatura para ampliar diálogos sobre a morte. Por fim, a mãe se tranquilizou e não vetou a leitura.

O próximo caso de censura aconteceu com a obra *O livro da família*, de Todd Park. Segundo a professora entrevistada, um grupo de famílias procurou a escola questionando a forma com que a obra apresenta as configurações familiares. Misturando personagens animais com humanos, com cores que extrapolam a realidade, o autor mostra diferentes grupos e organizações familiares, criando contrapontos (com muitas pessoas x solitária; em uma casa grande x uma casa pequena, etc.). As páginas que suscitaram as reclamações apresentavam famílias com duas mães ou com dois pais, e outra com filhotes adotados. A professora afirmou que a escola tentou se justificar, mas a pressão foi muito grande, culminando na exclusão do livro do acervo da escola.

Figura 31 – Página da obra *O livro da família*

Fonte: Park (2003).

Na mesma escola, outro livro foi cerceado com a mesma justificativa. *Crianças como você*, de Anabel Kinderley, foi criticado pelas famílias por apresentar diferentes formações e estruturas familiares, algo que segundo elas não é adequado para as crianças. A obra não ficcional apresenta diferentes crianças ao redor do mundo, suas brincadeiras preferidas, sua rotina e também suas famílias. O livro também foi retirado do acervo da escola.

No total, foram 17 casos registrados, sendo que dois deles fazem referência a uma mesma obra (*Bruxa, bruxa venha à minha festa*). Dos 17 casos, 11 autores foram registrados; três casos eram de autoria do repertório popular e três autores se repetiram. Sobre os autores dos atos, foram registrados três grupos principais: familiares de crianças das escolas (10), coordenação da escola (5) e grupo de professoras (2). Os três grupos fazem parte de duas instituições, o primeiro, a Família, e os dois últimos, a Escola. Sobre o caráter dos atos, quatro casos se classificaram como Gênero, três Religiosos três pela Moral, três pela Morte, um por Aura, um por

Violência, um por Expressão Sexual e um pelo caráter Racial. Um caso admitiu o caráter racial e religioso ao mesmo tempo.

Nenhum caso de regulação foi registrado nas entrevistas. Dos 17 casos de censura registrados, 10 aconteceram em escolas particulares e 7 em escolas públicas.

No Bloco 2 da entrevista, Casos de controle, observamos também nas falas das professoras outro elemento que contribui para a discussão. Em relação às diferenças entre as escolas públicas e particulares, algumas professoras fizeram comentários a partir das suas percepções.

Bruna afirma “[a escola pública] é mais de periferia. Assim, a gente não tem muito esse questionamento [em relação à censura dos livros]”. Helena corrobora complementando o ponto de vista: “A escola privada, a gente é mais podada com relação a essa questão de bancar as nossas escolhas”. Maria também manifesta em relação à escola particular em que trabalha: “Existe uma rigidez de público mesmo. O público que procura a escola em que eu trabalho é um público muito parecido, privilegiado”.

Mesmo com um número maior de casos de controle nas escolas particulares e dos comentários expressos por algumas das professoras entrevistadas, não é possível afirmar uma relação direta de que há mais impedimentos nessas escolas.

Acompanhando as justificativas das professoras, foi possível compreender que o controle promovido pelas escolas têm por trás um medo e uma respectiva adequação às crenças de algumas famílias: heteronormativas, brancas e de religião cristã. Ou seja, por mais que quem execute a censura seja a escola, a pressão causada pelas famílias nos parece ser o verdadeiro vetor por trás dos casos. As professoras em seus relatos se encontram em situações desconfortáveis buscando se posicionar entre os estudos e as teorias que as apoiam versus o respeito às crenças pessoais e às vontades de cada família. Neste aspecto seria possível acompanhar uma autocensura na escolha das obras a serem lidas diante de uma provável censura aos temas delicados? Os próximos blocos das entrevistas poderão esclarecer algumas destas questões.

6.3 Bloco 3: Temas lidos e temas evitados nas leituras com as crianças

Depois de conhecer os critérios de seleção utilizados pelas professoras na escolha de livros de literatura infantil e caracterizar casos de controle, o Bloco 3 das

entrevistas Temáticas, direcionou nossas indagações aos temas mais lidos com as crianças e os temas que tiveram suas leituras evitadas. No Quadro a seguir, registramos as respostas das professoras.

Quadro 4 – Temas das obras

Temas mais lidos	Temas evitados
Animais (4)	Morte (4)
Contos clássicos (4)	Questões religiosas (4)
Étnico-raciais (2)	Sexualidade (4)
Famílias (2)	Coleção O que cabe no meu mundo (2)
Meio ambiente	Narrativas pobres
Emoções	Lição de moral
Bruxas	Lendas
Poesias	Suicídio
Parlendas	Feminismo
Delicados	Clássicos
-	Estereótipos de raça
-	Violência

Fonte: Elaborado pela autor (2023).

Na lista de temas mais lidos, a professora Ana menciona o termo genérico “temas delicados”. Ela explica que “um tema delicado, é um tema que traz uma emoção, por exemplo, em *Macaco Danado*, meu aluno chora, quando se toca na perda da mãe. Então, eu sinto que, pra ele, é um tema delicado, aquele momento de perdi a minha mãe” (ANA, 2022).

Outras professoras, sem mencionar o termo, enumeraram na lista de temas que são evitados por elas e que se encaixam na classificação para temas delicados que propomos nos capítulos anteriores: sexualidade, feminismo, violência, estereótipos de raça etc. Quando associamos a lista de temas mais evitados, com os livros restringidos mencionados no tópico anterior, observamos que há uma correlação.

A autocensura, processo descrito por Maria Luiza Carneiro (2002), é utilizada quando o autor ou autora da obra promove a censura ao seu próprio texto. Neste caso,

podemos analisar um outro movimento da *autocensura*, o momento em que as professoras deixam de fazer determinadas escolhas segundo seus estudos e sua prática, com medo de uma posterior repreensão, tanto das famílias, quanto da coordenação. Ao indicarem a compra para as famílias para compor o acervo da *biblioteca de sala*, as professoras relatam que buscam associar a obra a características dos pais das crianças que já conhecem, para evitar “desconfortos”. Durante a entrevista, a professora Fernanda comentou:

[...] eu observo até se eu conheço a família, eu penso em que livro pedir para qual família, (risos). É uma coisa que eu observo, e existem questões, não que eu não considero importantes né, talvez, para mim são questões cruciais, mas é, acredito muito que elas têm que ser consideradas até para que as coisas mudem, porém, eu acho que a mudança de mentalidade e de imaginário, é uma mudança mais lenta (FERNANDA, 2022).

Outras professoras também pontuaram sobre a relação com as famílias. Elisa opina:

Eu acho que é difícil lidar com as famílias, pelo menos na escola, mas o que eu deixo de levar são livros que podem trazer alguma coisa que entre em conflito realmente com a religiosidade. Livros que possam falar sobre a origem, eles são difíceis em algumas coisas, porque para algumas famílias, é o Criador e... e aí você não pode esbarrar na ciência de jeito nenhum, porque imagina, enfim.... (ELISA, 2022).

Daniela também demonstra inseguranças:

E famílias que nos procuram muito preocupadas para saber de que forma a gente trata a sexualidade: a gente aceita menina beijar menina? A gente acha isso natural? Menino beijar menino? Como a gente vai falar disso pra criança? A gente vai falar? A gente vai mostrar o que é o corpo feminino, o corpo masculino para uma criança? A gente tem algum livro ou uma cartilha? (DANIELA, 2022).

A partir das respostas das professoras e dos temas citados como evitados, compreende-se que as professoras censuram suas próprias escolhas para não gerar conflitos e desconfortos com as famílias, muitas vezes evitando obras da literatura consideradas pela crítica, e por elas próprias, como obras de qualidade literárias que se mostram importantes para a formação das subjetividades e para a ampliação das experiências estéticas das crianças.

Diante dos comentários e falas preocupadas com a leitura de determinadas obras para as crianças, Júlia argumentou:

Quando aparecem livros, por exemplo, que tratam da questão da religiosidade, de temas da religiosidade dos oxuns, né... você sabe que isso vai ser mais polêmico, mas eu acho que a gente não pode falar: 'esse livro aqui não'. Eu tenho é que ter mais segurança ainda para saber conversar né, porque livro é isso gente, é diversidade, reflexão, menos censura e mais reflexão (JÚLIA, 2022).

Nas falas das entrevistadas, é possível observar que a preocupação das professoras diante determinada temática não está relacionada à interpretação das crianças, mas a uma provável polêmica com as famílias e com a escola.

A questão do respeito às crenças e valores das famílias retorna mais uma vez à discussão ao observamos a quais temas as famílias que impõem restrições aos livros, se sentem desrespeitadas: obras com presença de sujeitos e personagens que representam grupos oprimidos - como a cultura afro-brasileira e as relações homoafetivas.

Citados também entre os temas evitados, observamos a presença de obras moralizantes, como a Coleção *O que cabe no meu mundo?*, ou livros designados com “narrativas pobres” no geral. No relato de Clara,

Livros com lições de moral, moralistas assim, que realmente ao meu ver reduzem mais do que ampliam e que não é o objetivo, desenhos estereotipados e textos pobres, assim que às vezes têm um intuito ali de alfabetização mas que ainda assim são pobres né, pra ser entendível pra criança a frase não precisa ser uma frase mal construída, assim redundante, livros muito redundantes (CLARA, 2022).

Nesse caso, notamos como a professora rompe tanto com os casos registrados através dos depoimentos, quanto com os casos dos documentos. Observamos que a tendência majoritária é exatamente de buscar textos que veiculam moral, formação de determinados comportamentos, exaltação de valores. Em contrapartida, a professora levanta aspectos avaliativos relacionados à qualidade literária da obra, como características do texto verbal, qualidade das imagens etc.

Durante as entrevistas do Grupo 2, um aspecto que revelou discordâncias entre as entrevistadas foi a leitura ou não dos contos clássicos europeus, obras de origem popular que se perpetuaram no repertório, principalmente ocidental desde o século XVII como pequenas narrativas que utilizam da metáfora e da fantasia para contar das relações e conflitos humanos. No Bloco 1 da entrevista, Helena já se posicionou contra a leitura dessa dos clássicos a partir do seguinte argumento:

Tenho certa implicância com as princesas, eu vou ser muito sincera, eu sou

um pouco resistente com esses contos da Disney. Eu entendo que são clássicos, são contos que já estão aí há muito tempo, mas eu acho que eles precisam ser ressignificados. Porque: primeiro ele traz a figura de uma mulher frágil né, de uma mulher que precisa de uma figura masculina para salvar ela, isso me incomoda muito nesses contos infantis. Por exemplo, de uma menina que aceita ser maltratada, ser feita de empregada por uma madrasta. Então assim, eu não gosto muito dessa parte não. Mas quando muda a história.... E sem contar que a maioria das princesas são brancas. Isso pra você trazer esse conto para escola onde a maioria das crianças são negras, e não só para onde a maioria das crianças são negras, eu acho que para a escola que a maioria seja branca também. É... traz uma falta da criança olhar para aquele personagem e se vê ali representada (HELENA, 2022).

Fernanda contra argumentou esse posicionamento afirmando,

Acho importante trazer esses textos (clássicos) para a sala para inclusive conversar sobre isso, quando... quando é o caso, e fico muito preocupada das demandas do adulto se tornarem demandas da infância... São histórias importantes para as crianças viverem vários desses sentimentos simbolicamente, viverem essa situação (FERNANDA, 2022).

A divergência de opiniões causada pela temática dos contos clássicos europeus se dá no sentido de que Helena avalia que as crianças não devem ter acesso a obras que apresentam expressões do machismo, racismo ou violência, não importa quão clássica e tradicional seja a obra. Em contrapartida, Fernanda pontua que a presença desses temas na literatura é importante para ampliar o espaço de discussão

No próximo bloco, *Análise de obras literárias*, examinamos as concepções das professoras expressas por meio das impressões que tiveram a partir da leitura de dois livros que abordam temas delicados.

6.4 Bloco 4: Análise das obras literárias com temas delicados

Para este bloco, como já mencionado no Capítulo 4 – Metodologia, foram selecionadas as obras *Pode pegar*, de Janaína Tokitaka, e *Olavo*, de Odilon Moraes, autor de duas obras que sofreram atos de controle mencionadas nas entrevistas. O primeiro livro narra a história de duas crianças que, durante uma brincadeira, trocam suas vestimentas para enriquecer a brincadeira de faz de conta: o menino troca a bota pelo salto, a menina troca a saia pelo short.

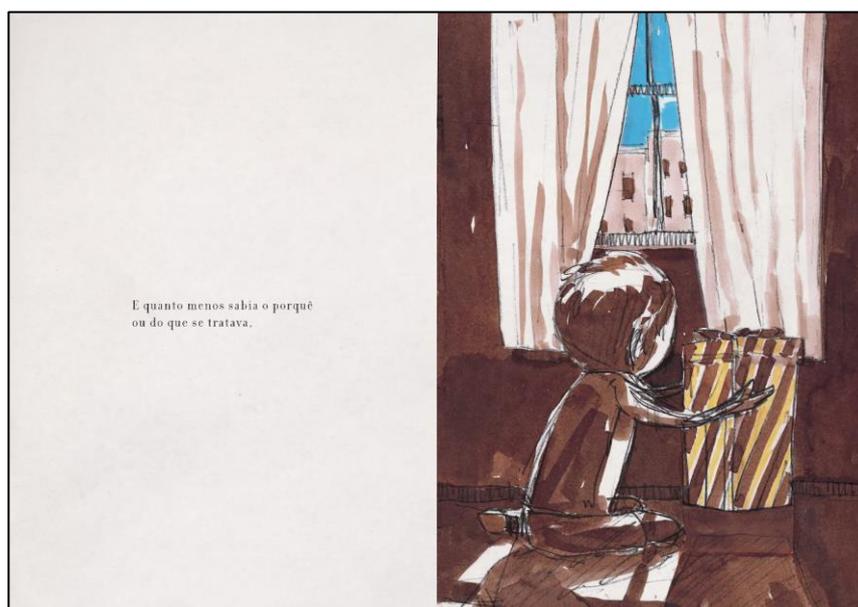
Figura 32 – Páginas da obra *Pode pegar!*



Fonte: Tokitaka (2017).

Em *Olavo*, a narrativa se inicia afirmando o estado do personagem: “Olavo era um menino triste”. Entre angústias e a melancolia, acompanhamos o cotidiano de um menino inseguro diante das surpresas da vida.

Figura 33 – Página do livro *Olavo*



19

Fonte: Moraes (2018).

¹⁹ A frase contida na página par é a seguinte: “E quanto menos sabia o porquê ou do que se tratava, mais forte seu peito batia”.

A intenção das leituras era a de observar como as professoras reagiriam diante da leitura das duas narrativas e como expressariam sentimentos, impressões e opiniões acerca da possibilidade de lerem ou não para as crianças.

Sobre o livro *Pode pegar*, de Janaína Tokitaka, as professoras foram unânimes ao se referirem ao contexto atual, manifestando que o receio de lerem o livro estava principalmente relacionado ao período de ascensão do conservadorismo e dos contornos que as discussões políticas vinham tomando nesse contexto. Daniela (2022), por exemplo, mencionou: “No contexto atual, político e social do país, eu não arriscaria”. A obra toca, a partir do ponto de vista do faz de conta, em questões sobre os estereótipos femininos e masculinos que foram notados pelas professoras, o que as preocupou em relação à interpretação que famílias conservadoras poderiam fazer a partir da leitura.

Interessante assinalar que as respostas das professoras não se fixaram somente em ler ou não ler o livro para as crianças. Segundo elas, a leitura dependeria de diversos fatores como: o motivo da leitura, o perfil da turma e o perfil das famílias. Outra condição que algumas professoras da rede particular colocaram foi a de incluir o livro no acervo da escola, mas não no acervo que as crianças escolhem para levar para casa. Assim, poderiam ler a obra, que consideram de qualidade, sem envolver as famílias.

A segunda obra, *Olavo*, de Odilon Moraes, foi avaliada pelas professoras com menor constrangimento. Os dois pontos mais relevantes que levantaram sobre o livro foram: a complexidade da obra para as crianças da Educação Infantil e a temática “muito triste”. O livro desmistifica uma infância alegre e divertida e revela uma narrativa de ansiedade e depressão. Apenas uma professora mencionou novamente a necessidade de conhecer o perfil da turma e da família para a leitura da obra, enquanto as demais afirmaram que leriam com tranquilidade.

Em relação às expectativas ao posicionamento da escola, Olívia afirmou que para ler ambas as obras, precisaria do apoio da coordenação: “Eu leria, mas né, assim.... Eu precisaria do respaldo mesmo da coordenação: ‘Oh estou levando esse livro e estou disposta a... a..., a estar sujeita a várias reuniões por aí. O que vocês acham?’” (OLÍVIA, 2022). Já Maria se posicionou diante outra perspectiva: “[ler essas obras] é uma briga comprada assim seguramente. É... e infelizmente eu acho que esse tipo de livro a coordenação não esperaria nem a família vir (reclamar), sabe?” (MARIA, 2022).

Segundo as professoras, ler ou não obras de temas delicados não é uma pergunta simples, conseqüentemente, impossibilita uma resposta simples. É necessário compreender o contexto de cada turma e de cada criança diante das questões que a literatura levanta.

Um dos pontos investigados foi a relação da categoria administrativa (escola particular e escola pública) e o número de casos registrados. Apesar dos registros de escolas particulares terem sido mais numerosos, acompanhando as justificativas e outras características dos atos, não é possível estabelecer uma relação direta. Ambas categorias de escolas, públicas e particulares, sofreram, nos últimos anos, consideráveis casos de controle a livros de literatura infantil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: “*menos censura, mais reflexão*”

A trajetória desta pesquisa foi construída pelo mapeamento de casos de controle a livros infantis ao longo do tempo, pela análise de atos de cerceamento do acesso de crianças a determinados livros e pelo estabelecimento de relações desses atos com práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras em escolas de educação infantil. Retomando o objetivo exposto na introdução, investigar se a censura está presente no processo de seleção dos livros para as crianças de zero a seis anos e como ela opera, pontuamos algumas considerações.

O levantamento bibliográfico realizado para a dissertação evidencia que o número de pesquisas que tratam dessa temática ainda é bastante restrito, o que nos leva a indagar por que a literatura infantil tem sido “poupada” ao se discutir censura, já que como argumentamos o tema do controle aos livros infantis é extremamente relevante quer por sua influência na constituição de acervos, na formação dos leitores, bem como na prática educativa.

Dito isto, ao investigarmos documentos históricos e realizarmos entrevistas com professoras da educação infantil constatamos a ausência de consenso em relação à denominação desse fenômeno relacionado ao cerceamento do acesso das crianças a livros infantis. Ora denominado genericamente como censura, ora como controle, os estudos que abordam o tema sugerem que se trata de impedir ou limitar o acesso a determinadas narrativas, baseando-se na premissa de que as crianças precisam ser protegidas. Algumas questões tornaram-se prementes durante o processo investigativo: todo cerceamento se configura em ato de censura? Como conciliar a necessária proteção às crianças com o direito de terem acesso a livros de qualidade literária? A seleção de livros para crianças deve basear-se apenas em critérios de qualidade literária? E quando uma narrativa fere princípios democráticos, ofende a grupos ou a indivíduos subalternizados?

A partir tanto dos registros documentais como das entrevistas, nota-se como as famílias que se assumem como *guardiãs da literatura* desconhecem o que a literatura é de fato, ignorando sua função artística. Em sua maioria, tais famílias demonstram verdadeiro pânico de que suas crianças fujam do padrão heteronormativo e revelam preconceitos em relação a práticas religiosas e culturais de matrizes africanas, ou ainda, famílias que atribuem aos livros o poder de conformar o caráter das crianças, por meio de modelos de comportamentos que consideram

adequados ao funcionamento da sociedade que imprimem um modelo de infância como uma tábula rasa. Uma outra parcela, minoritária, das famílias crê que os livros de literatura poderão redimir a sociedade dos seus preconceitos e, em alguns casos, exercem o controle dos livros atribuindo a eles esse caráter redentor, abrindo mão daquilo que é essencial para que um texto possa ser considerado como arte.

As professoras e mediadoras de leitura cumprem um papel importante ao avaliarem e selecionarem os livros tomando como parâmetro a qualidade literária que eles possuem e ao afirmarem sua aposta na competência de meninos e meninas. Nessa perspectiva, todo tema pode ser trabalhado com as crianças, desde que se observe a forma como dialoga com as infâncias, com os modos próprios que esses sujeitos têm de se relacionar com o mundo e de tentar compreendê-lo e imprimir nele a sua visão.

Analisando casos de controle à literatura infantil no Brasil, ao longo da história da literatura infantil, observamos que, para certos segmentos da sociedade não se trata apenas de indicar ou não a leitura de algum livro, mas, em muitos casos, de exigir sua retirada de circulação ou de impedir o acesso dos leitores em determinado contexto. Evidenciou-se também que, em relação às crianças, principalmente as de zero a seis anos, as concepções de infância, de literatura e de educação são os parâmetros que orientam o adulto na sua tarefa de determinar o que lhes deve ser ou não permitido acessar.

A percepção das crianças como sujeitos potentes, criativos, em constante interação com o meio não significa abrir mão do papel da sociedade de proteção e zelo pelo bem estar desses sujeitos por sua condição de fragilidade diante do mundo. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, para além da segurança da criança, é dever da sociedade assegurar a efetivação dos direitos à educação, à cultura, ao respeito e à liberdade (Art. 4º, 1990). O que deve ser questionado são as concepções de sociedade, de criança, de literatura que orientam os adultos quando sua intenção é impedir a circulação de obras a serem compartilhadas com as crianças e a legitimidade desses atos. Em última instância, são essas concepções que determinam o ato de controle, fazendo com que se caracterize como um ato de censura ou de regulação. Os atos de controle carregam, de algum modo, a percepção dos adultos mesmo quando suas motivações são implícitas ou veladas.

No processo de delineamento dos conceitos de controle, censura e regulação, emergiu a indagação: todo ato de impedimento do acesso de crianças a determinadas obras é ruim?

A discussão entre os termos controle, censura e regulação nos possibilitou entender que nem todas as formas de impedimento são iguais e que suas diferenças implicam inclusive em uma garantia de direitos. Para tanto, assumimos aqui a importância de, em determinadas situações, exercer o controle das obras. Educar pressupõe, entre outras coisas, o papel de controlar, proteger, fazer chegar às crianças produtos culturais de qualidade e comprometidos com a formação de uma sociedade plural, igualitária, eticamente fundamentada nesses preceitos.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que a produção cultural exerce influência na formação das subjetividades, apesar de entender que isso não acontece de forma linear, precisa ou direta como os atos de controle pesquisados deixam transparecer. Concebemos a literatura como arte e como tal, seu papel fundamental não é instruir (ainda que o faça), não é transmitir conhecimentos (ainda que o faça), não é moldar comportamentos e inculcar valores (ainda que possa exercer certa influência sobre eles), mas é, isso sim, o de ampliar os horizontes de significações, ampliar as experiências estéticas, políticas e éticas. Para tanto, é preciso assegurar que as crianças tenham acesso a livros de qualidade literária e comprometidos com a igualdade e a justiça social. O controle deve ser exercido, portanto, em função de critérios que assegurem a qualidade literária da obra, mas também na avaliação acerca do tratamento dado aos temas de forma que se comprometam com a construção de uma sociedade justa, igualitária, plural, respeitosa em relação às crianças, comprometida com sua formação como sujeitos de direito, em todas as dimensões: políticas, estéticas e éticas. A partir desses conceitos, podemos assumir como nossa a mesma conclusão a que chega Nodelman (2020, p. 91): “a censura é errada, a não ser às vezes, quando é correta”.

O levantamento documental realizado na pesquisa contribuiu para enxergar melhor o fenômeno do controle na construção de uma história da literatura infantil no Brasil com registros de 33 casos, ocorridos entre 1850 e 2022. Os casos registrados também possibilitaram ampliar o entendimento de como as sociedades percebem tanto a infância quanto o papel da literatura nos diferentes períodos históricos.

Nos depoimentos, tornou-se evidente que o conhecimento das professoras sobre literatura e o domínio dos critérios de qualidade de obras é fundamental para

uma prática autônoma, que contribua para a garantia do direito das crianças pequenas à literatura. No entanto, mesmo tendo uma boa formação e ainda que contando com vasta experiência, muitas vezes as entrevistadas relataram, em seus depoimentos, casos em que agiram no sentido de restringir a leitura de determinado livro, ou porque foram orientadas a fazê-lo ou por antecipar problemas que viveriam com as famílias.

O debate sobre a seleção de livros para crianças é bastante complexo, sobretudo considerando o fato de a infância requerer, dos adultos, seu papel de proteção. É nesse limite tênue entre a obrigação de zelar pela segurança da criança e, ao mesmo tempo, a confiança na sua capacidade inventiva, na sua potência criadora, na sua inteligência, que a seleção de livros deve incidir. Ainda que complexo, o debate não deve eximir-se da necessária garantia de as crianças verem expandidas suas experiências no mundo. Para tanto, é importante afirmar o compromisso com uma educação para a liberdade, que se predispõe a correr riscos necessários para fomentar mentes criadoras, capazes de questionar e buscar novos conhecimentos.

Espera-se que haja, por parte dos formadores e responsáveis pelas crianças, um compromisso em promover uma sociedade plural, justa, diversa e capaz de respeitar as diferenças. A literatura infantil de qualidade muito pode colaborar nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Thais de Mattos. **A cultura gramatical em Emília no País da Gramática**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IEL / UNICAMP, 2005.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **Caça às bruxas**: Repressão e censura na inventaria de Agamenon Magalhães. Palestra proferida junto ao *Colóquio Minorias Silenciadas*. São Paulo: USP, 1997.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, 2019.

ALMEIDA, Susano. Pais reclamam e escola tira livro do deputado Chico Alencar de lista. **Metrópole**. Brasília, 21 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/pais-reclamam-e-escola-tira-livro-do-deputado-chico-alencar-de-lista> Acesso em: 24 jul.2022.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMARAL, Mariana Parreira Lara do. **Livro ilustrado e primeira infância: leituras que excedem palavras**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**, 2a ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara. 1981.

ARQUIVO GERAL. Livro infante-juvenil com conteúdo controverso causa revolta entre mães nas redes sociais. **Jornal de Brasília**. Brasília, 08 de jul. 2014. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/viva/livro-infante-juvenil-com-conteudo-controverso-causa-revolta-entre-maes-nas-redes-sociais/> Acesso em: 29 jul. 2022.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

AZEVEDO, Carmen Lucia. CAMARGOS, Márcia. SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato**: furacão na Botocúndia. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. p. 307-310

BAEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. São Paulo. Ediouro, 2004

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAPTISTA, Mônica Correia. MACHADO, Maria Zélia Versiani PETROVITCH, Camila. AMARAL, Mariana Parreira Lara do. Literatura infantil ou *fakelivros* para bebês?. In: PINHEIRO, Marta Passos. LOPES, Vera (Org.). **Literatura e concepções teóricas no conta pra mim: o que dizem os pesquisadores?**. 1. ed. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 2022.

BAPTISTA, Mônica Correia. MICARELLO, Hilda. Literatura na educação infantil: pesquisa e formação docente. Curitiba, PR.: **Educar em Revista**, v.34, n.72, p.169-186, nov./dez. 2018.

BAPTISTA, Mônica Correia. PETROVITCH, Camila. AMARAL, Mariana Parreira Lara do. Livros de Literatura para a primeira infância: a questão da qualidade. In: MORO, Catarina; VIEIRA, D. M. (Org.). **Leituras em Educação Infantil: Contribuições para a formação docente**. 1. ed. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2019. v. 1. 256p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de GUARESKI, Pedrinho. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BLANCHARD, Pierre Louis. **Thesouro dos meninos**. Lisboa: Tipographia de Antonio José da Rocha, 1851. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>. Acesso em: 28 julho 2022.

BRASIL. Com base em parecer técnico, MEC recolhe das escolas livro “Enquanto o sono não vem”. **Portal MEC**, Brasília, 08 de jun. de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50011-mec-recolhe-das-escolas-o-livro-enquanto-o-sono-nao-vem> Acesso em: 13 jul. 2020.

CÂMARA MINEIRA DO LIVRO. **Até quando?**: pronunciamento oficial de Rosana Mont`Alverne Neto sobre o livro “Omo-oba: histórias de princesas” e a nota da FIRJAN. 2018. Disponível em: <http://www.camaramineiradolivro.com.br/noticias/ate-quando-pronunciamento-oficial-de-rosana-de-montalverne-neto-sobre-o-livro-omo-oba-historias-de-princesas-e-a-nota-da-firjan/> Acesso em: 22 ago. 2022.

CAMPOS, Giovana Cordeiro; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. O pensamento e a prática de Monteiro Lobato como tradutor. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 13, n 1, p. 67-79, jan/jul. 2009.

CARLOS MACHADO. **Leia a resposta da autora Silvana Rando diante da repercussão do seu livro Peppa lançado em 2008 pela Brinque-Book premiado e adotado pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo**. São Paulo, 2 de nov. 2017. Facebook Carlos Machado. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1486634838080395&set=a.12203944787>

[3281.23612.100002016802677&type=3&theater](https://www.youtube.com/watch?v=3281.23612.100002016802677&type=3&theater) Acesso em: 22 jun. 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN; Fapesp, 2002.

CASARIN, Rodrigo. Pais acusam livro de Ana Maria Machado de fazer apologia ao suicídio. **Página Cinco – Uol**. São Paulo, 07 de set. de 2018. Disponível em: <https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2018/09/07/pais-acusam-livro-de-ana-maria-machado-de-fazer-apologia-ao-suicidio/> Acesso em 29 jul. 2022.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato**: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo, Global. 2007

CORRÊA, Hércules Tolêdo. Qualidade estética em obras para crianças. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs). **Literatura Infantil**: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 91-109.

CORSINO, Patrícia. et al (Orgs.) . **Travessias da literatura na escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. v. 1. 304p .

COSTA, Francisco das Chagas Souza. **Monteiro Lobato e o leitor infanto-juvenil**: consensos, polêmicas e sugestões. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras), Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

CUNHA, Leo. A absurda censura a Lygia Bojunga e sua bolsa amarela. **Conta uma história**. Belo Horizonte, 16 de ago. de 2019. Disponível em: <https://contaumahistoria.com.br/2019/08/a-absurda-censura-a-lygia-bojunga-nunes-e-sua-bolsa-amarela/> Acesso em: 18 jul. 2022.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Tradução de COUTINHO, Sônia. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1986.

DAVILA, Denise. SOUZA, Renata Junqueira de. O Uso de Textos Polêmicos em Sala de Aula: formação e prática docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1207-1220, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 30 jun. 2022.

Dameres Alves 01/05/2016 Ideologia de gênero e livros impróprios. Belo Horizonte, 05 de mai. de 2016. 1 vídeo (15min). Publicado por **Protetores da infância e família**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9_PSmCR_r_o Acesso em: 27 jun. 2022.

DEBUS, Eliane Santana Dias. Caça às bruxas: Lobato na mira da censura. **Letras de hoje**. Porto Alegre v. 3, n 2, p. 145-151, junho 2001.

ESOPO. **Fábulas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2012

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola 2014.

FROMMING, Sigfrid. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

G1. Acusação de racismo faz autora tirar livro Peppa de circulação. **G1, Globo**. São Paulo, 22 de nov. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/acusacao-de-racismo-faz-autora-tirar-livro-peppa-de-circulacao.ghtml> Acesso em: 03 ago. 2022.

GABRIEL, Ruan de Sousa. Lançado há quase 50 anos, “Caneco de Prata”, de João Carlos Marinho, continua escandaloso. **Revista Época**, São Paulo, 27 de mar. De 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/lancado-ha-quase-50-anos-caneco-de-prata-de-joao-carlos-marinho-continua-escandaloso-23552852> Acesso em: 29 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas para uma educação antirracista. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº15/2010**. 1 de set. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jun. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Reexame do Parecer CNE/CEB nº15/2010, com orientações para que o material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº6/2011**. 1 de jun. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8180-pceb006-11-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jun. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder**: as crianças e a literatura fantástica. São Paulo: Summus, 1980.

HUNT, Peter. **Crítica, Teoria e Literatura Infantil**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.

JANILDA PRATA. **Todos sabem como incentivo a leitura para minhas filhas desde bebê**. Vitória, 5 de jul. 2014. Facebook Janilda Prata. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201324778359803&set=a.1429262909924&type=3> Acesso em: 22 jun. 2022.

JUNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura dos quadrinhos 1933-64**. 1 ed. Editora Companhia das Letras. São Paulo, SP. 2004.

JUSSIEU, Laurent. **Histórias de Simão de Nantua**. Paris: Livraria de V. P. Aillaud, 1867. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Historia_de_Sim%C3%A3o_de_Nantua_ou_O_Mercad.html?id=Qd3tAAAAMAAJ&redir_esc=y Acesso em: 28 jul. 2022.

KIRCHOF, Edgar Roberto. SOUZA, Renata Junqueira de. A literatura infantojuvenil na contemporaneidade: desafios, controvérsias e possibilidades. **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 105, p. 25-40, maio./ago. 2019

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6 ed. Editora Ática. São Paulo, SP. 2007

LIMA, Jocilene Pereira. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Uma História da Leitura: A Virtude e a Moral em História de Simão de Nantua**. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. 2009

MACHADO, Maria Zélia Versiani. A criança e a literatura. In: **A criança e a leitura literária: livros, espaços, mediações**. Curitiba: Positivo, 2012.

MACLEOD, Anne Scott. Censorship and Children's Literature. In: **The library quarterly**. Vol. 53, 1983

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Qualidade na literatura infantil e juvenil: como reconhecer na prática da leitura?. In: OLIVEIRA, Ieda (org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil: com a palavra o educador**. São Paulo: DCL, 2011. p. 47-64.

MEIRELES, Mauricio Bruxas, gnomo e seres mágicos de livros infantis entram na mira de religiosos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/bruxas-gnomos-e-seres-magicos-de-livros-infantis-entram-na-mira-de->

[religiosos.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa](#) Acesso em: 29 jul. 2022.

MENDONÇA, Iolanda. GOMES, Maria de Fátima. Grupo focal: instrumento de coleta de dados na pesquisa em educação. In: **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**. v. 10, n.1, p. 52-62, 2017

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**. (Subsídios para a história da educação no Brasil). 1835-1889. São Paulo: Nacional, 1939. v. 2.

MORAIS, Josenildo Oliveira de. **A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar, 2011**. Dissertação (Mestrado em Literatura e interculturalidade) – Programa de Pós-Graduação em Estudos socioculturais pela literatura, Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

NODELMAN, Perry. **Somos mesmo todos censores?**: dois ensaios por Perry Nodelman. São Paulo: Instituto Emília; Solisluna Editora, 2020

O BRASIL insultado por brasileiros. **Diário da noite**. Rio de Janeiro, ano VIII, nº 2568, 13 de março de 1963, p. 2. In: BIBLIOTECA NACIONAL, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_01/25978 Acesso em: 28 jul. 2022.

O menino que espiava para dentro. Goiania: **Robson Sousa**. 18 de set. de 2018. Publicado por Robson Sousa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8_HEiylxVFU Acesso em: 22 jul. 2022.

O menino que espiava pra dentro – UM ALERTA. Curitiba: Daisy Carias. 20 de set. de 2018. Publicado por **A Cigarra e a Formiga**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKT3yiHFj90> Acesso em: 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, Joana. ‘Caça às bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil. **El País**. São Paulo, 13 de fev. de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html?ssm=FB_CC Acesso em: 13 jun. 2022.

PAIVA, Aparecida. **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances. Autêntica, 1997.

PAIVA, Aparecida. **Nota técnica sobre o livro**. Ceale, Belo Horizonte, 01 de jun. de 2017. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf> Acesso em: 03 jul. 2022.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills, Sage Publ.

1986.

PAULINO, Graca. Formação de leitores: a questão dos cânones literários. In: **Revista portuguesa de educação**. Vol 14. N 1. Braga, Portugal. 2004

Peppa NÃO! – Resenha / Ana Paula Xongani. São Paulo: Ana Paula Xongani, 14 de abr. e 2016. Publicado por Ana Paula Xongani. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pl> Acesso em: 13 jun. 2022.

PETROVITCH, Camila. **Casos de censura na literatura infantil no Brasil**. Monografia. (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2020.

SANTOS, Máximo Moura. **Ofício nº1143/1939**. Departamento de Educação, da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. São Paulo, 15 de Nov de 1939. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2781/3/Marta%20Fagundes%20dos%20Reis3.pdf> Acesso em: 18 jul. 2022.

SANTOS, Rafaela Cristina da Silva. SILVA, Adjane da Costa Rourinho e Silva. JESUS, Maísa Pereira de. O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa em educação: aspectos éticos e epistemológicos. **9º Encontro Internacional de Formação de Professores 10 Fórum permanente internacional de inovação educacional**. 2016. Sergipe (Anais).

SILVA, Clayton. Requerimento nº 451/2019. **Câmara Municipal de Limeira**. Limeira, 12 de ago. de 2019. Disponível em: <http://consulta.limeira.sp.leg.br/arquivo?Id=215235> Acesso em: 17 jul. 2022.

SINZIG, Frei Pedro. **Através dos romances**: um guia para as consciências. 2 ed. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1923.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Coleção História – 44. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

TAMIZARI, Fábio. **DEOPS, presente! Formas de controle dos professores, alunos e familiares na educação básica sob a ditadura civil-militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História, Política, Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

VIEIRA, Adelina Lopes. **Contos Infantis**: em verso e prosa. 9 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

WEINBERG, Monica. Será que funciona? **Revista Veja**, São Paulo, 20 mar. 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/220306/p_116.html . Acesso em: 30 maio 2022.

ZILBERMAN, Regina. Leituras para a infância no século XIX brasileiro. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP**. São Paulo, 2016.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Professora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “A censura na literatura infantil e a prática docente: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo Horizonte”, desenvolvida por Camila Souza Petrovitch, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Professora Mônica Correia Baptista e coorientação da Professora Alessandra Latalisa de Sá.

O objetivo da pesquisa é, através de entrevistas coletivas com grupo de professoras da Educação Infantil, compreender a relação entre casos de censura na literatura infantil e as práticas de seleção e de mediação de leituras de professoras da Educação Infantil. As entrevistas serão realizadas de forma online no período de abril de 2022 com grupo de quatro a seis professores. Estima-se a realização de um encontro através da plataforma Zoom.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e não acarretará nenhum custo, ajuda ou vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para autorizar ou não sua participação. Caso você faça a opção por não ser identificado na pesquisa, seu sigilo será garantido e o direito ao anonimato na pesquisa também. Além disso, informamos que pode, a qualquer momento, recusar sua participação, e caso não sinta o desejo de fornecer as informações, a retirada da autorização não lhe causará qualquer prejuízo. Isso não acarretará qualquer penalidade ou modificação na sua interação com as pesquisadoras.

De acordo com a Resolução CNS nº466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, toda a pesquisa com seres humanos envolve riscos, mesmo que relacionados ao desconforto de ter sua imagem filmada e voz gravada. No entanto, nenhum procedimento visa ser invasivo e seremos cautelosas e respeitosas para que não haja situações de constrangimento. Esclarecemos ainda que o risco para as participantes é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades peculiares a realização de cursos ou a outras situações de formação profissional. A fim de minimizar tais riscos, as pesquisadoras se comprometem a agir de maneira extremamente respeitosa e ética, independentemente das opiniões ou posicionamentos das participantes da pesquisa, a ouvir e dialogar com você e as demais professoras que se dispuserem a participar, sobre todo o processo de pesquisa, prestando sempre as informações solicitadas. Mesmo assim, caso haja danos decorrentes da pesquisa, as pesquisadoras assumirão a responsabilidade por eles.

Esclarecemos que todos os dados obtidos por meio das gravações de vídeo, fotografias, desenhos e demais anotações serão sigilosos, somente as pesquisadoras responsáveis terão conhecimento ou acesso a eles e os arquivos ficarão em posse

das pesquisadoras, em HD externo preparado para coletar as informações, pelo tempo máximo de 10 (dez) anos e após este período, os dados serão destruídos.

Os dados coletados serão confidenciais e utilizados unicamente para fins desta dissertação de Mestrado de Camila Souza Petrovitch, podendo ser divulgados em congressos, simpósios, seminários, revistas, livros, visando contribuir para a formação inicial e em serviço de professores da Educação Infantil. Esperamos que possam subsidiar a reflexão acerca da formação inicial e continuada de professores, bem como para a melhoria do atendimento educacional às crianças. Garantimos que os dados são confidenciais e não serão usados para outros fins, se não para análises desta pesquisa e para produções de trabalhos acadêmicos. Reiteramos nossas responsabilidades com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP, garantindo a adequação às regras, dado que o COEP mantém sob guarda confidencial os projetos completos e todos os dados obtidos na execução de suas tarefas, resguardando a integridade e os direitos dos voluntários.

Para sua participação necessitamos da sua autorização, que será fornecida por meio de sua assinatura no presente Termo de Consentimento e sua rubrica em todas as páginas em duas vias de igual teor, sendo que uma via ficará com você e a outra será arquivada. Informamos que, em caso de qualquer dúvida ética, você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa por meio do telefone e dos endereços indicados neste documento. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e agradecemos por sua colaboração.

Caso você concorde em participar da pesquisa, pedimos que preencha o termo abaixo e assine esse documento.

Eu, _____
_____, RG _____, declaro que fui consultado(a) pelas responsáveis pelo projeto de pesquisa, Camila Souza Petrovitch, telefone (31) 98580-0311, profa. Mônica Correia Baptista, telefone (31) 97117-1378 e profa. Alessandra Latalisa de Sá, telefone (31) 99133-9970, e respondi positivamente à sua demanda de realizar a coleta de dados de sua pesquisa. Terei liberdade para manifestar minha adesão ou não ao projeto, sem qualquer prejuízo. Entendi as informações fornecidas pelas pesquisadoras e sinto-me esclarecido(a) para participar. Assim sendo, concordo em participar da pesquisa, com meu consentimento livre e esclarecido.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022

Assinatura da professora

Autorizo o uso de imagens, voz, gravações de vídeo, fotografias, desenhos e anotações para fins acadêmicos.

() Sim () Não

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022

Assinatura da professora

Dados das pesquisadoras:

- Camila Souza Petrovitch ENDEREÇO: Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901. Telefone: (31) 98580-0311 Email: camilaspet@hotmail.com
- Mônica Correia Baptista ENDEREÇO: Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação (Gabinete 1504), Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901. Telefone: (31) 34096212 Fax: (31) 34095323 E-mail: monicacb.ufmg@gmail.com
- Alessandra Latalisa de Sá ENDEREÇO: Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação (Gabinete 1504), Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901. Telefone: (31) 99133-9970 E-mail: latalisa@fumec.br

Dados do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG ENDEREÇO: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901. TELEFONE: (31) 3409-4592 E-MAIL: coep@prpq.ufmg.br

APÊNDICE B - Formulário aplicado com as professoras da pesquisa

Pesquisa sobre seleção de livros de literatura infantil por professoras da EI

O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre a literatura infantil e as práticas de seleção e de mediação de leituras por professoras da Educação Infantil. Para tal, reunimos um grupo de professoras no qual todas demonstram ter em sua prática um trabalho cuidadoso com a literatura. Nesta primeira etapa, vamos coletar alguns dados gerais sobre sua formação, para em um segundo momento, realizarmos uma entrevista com um pequeno grupo a fim de conhecer melhor as formas de seleção dos livros pelas professoras da Educação Infantil

- Nome completo
- Idade
- Estado civil

Solteira

Casada

Viúva

Separada

Divorciada

- Escola em que atua
- Formação inicial

Apenas magistério

Pedagogia + magistério

Apenas pedagogia

Normal superior + magistério

Apenas normal superior

Magistério + outro curso superior que não pedagogia nem normal superior

Outro

- Quando concluiu o curso de formação inicial?
- Cursos de formação continuada:

Não há

Com carga horária menor que 320h

Especialização

Mestrado

Doutorado

- Há quantos anos é professora de Educação Infantil?

Há menos de 5 anos

Entre 5 e 10 anos

Entre 11 e 15 anos

Mais de 15 anos

- Trabalha em mais de uma escola ou mais de um turno?

Sim

Não

- Se sim, é Educação Infantil?

Sim

Não

- Selecione as opções que estão presentes no seu dia a dia na escola

Lê todos os dias para as crianças.

Escolhe com liberdade os livros para compor o acervo da sala.

Participa da escolha do acervo da escola.

A quantidade de livros da sala é suficiente.

Na escola tem biblioteca.

Na sala existe um cantinho de leitura.

Tem dificuldade para encontrar livros de qualidade na escola.

Tem dificuldade para mediar os livros infantis no grupo.

As leituras literárias são incluídas no planejamento escolar.

No repertório de histórias lidas estão incluídos, frequentemente, livros com temáticas étnico raciais.

No repertório de histórias lidas estão incluídos frequentemente contos clássicos do Brasil e do mundo.

No repertório de histórias lidas estão incluídas, frequentemente, histórias de autores(as) de Minas Gerais ou de Belo Horizonte.

Há situações cotidianas em que as crianças podem, autonomamente, escolher livros, revistas e outros suportes textuais e manuseá-los, assumindo o lugar de leitores.

Na sua escola, encontram-se livros por toda parte, até mesmo no banheiro.

Frequentemente, histórias são contadas ou lidas em diferentes espaços da escola, não somente na biblioteca ou na sala de atividades.

O acervo de livros (da biblioteca ou do cantinho de leitura da sala de atividade) é renovado a cada ano.

As professoras da sua escola participam das decisões quanto à composição do acervo, isto é, participam das escolhas de livros infantis que constituirão os acervos da escola e de cada sala.

Em todos os espaços da escola, todos os livros ficam em lugares de fácil acesso das crianças.

Todos os dias são lidos ou recitados poemas, parlendas ou cantigas.

Pelo menos uma vez por ano, acontece uma atividade envolvendo as famílias, com o propósito de estabelecer parceria, incentivá-las e orientá-las para o trabalho com textos literários junto aos seus bebês ou crianças pequenas, tais como feiras literárias, exposições de arte, atividades culturais.

Tem dificuldade de escolher os livros para leitura.